

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	12
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	13
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	14
Demonstração de Valor Adicionado	15
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	17
Notas Explicativas	81
Proposta de Orçamento de Capital	136

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	137
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	141
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	142
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	144
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	145

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	503.735.259
Preferenciais	1.007.470.260
Total	1.511.205.519
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	26.465.924	20.508.000	18.803.905
1.01	Ativo Circulante	7.222.564	3.296.187	2.776.732
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.608.131	1.800.757	1.285.158
1.01.01.01	Caixas e Bancos	18.703	17.785	36.766
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	5.589.428	1.782.972	1.248.392
1.01.03	Contas a Receber	1.175.286	1.250.811	1.260.202
1.01.03.01	Clientes	1.175.286	1.250.811	1.260.202
1.01.04	Estoques	97.003	73.183	69.305
1.01.06	Tributos a Recuperar	191.378	26.298	14.644
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	191.378	26.298	14.644
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	150.766	145.138	147.423
1.01.08.03	Outros	150.766	145.138	147.423
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	108.258	96.569	61.654
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	14.029	22.451	62.838
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	28.479	26.118	22.931
1.02	Ativo Não Circulante	19.243.360	17.211.813	16.027.173
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.185.739	5.271.497	5.303.172
1.02.01.04	Contas a Receber	108.052	161.063	271.525
1.02.01.04.01	Clientes	108.052	161.063	271.525
1.02.01.07	Tributos Diferidos	940.662	787.118	828.516
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	940.662	787.118	828.516
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.137.025	4.323.316	4.203.131
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados	151.467	134.987	90.059
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	384.357	436.056	586.869
1.02.01.10.07	Ativos Financeiros Contratuais	797.305	850.582	708.227
1.02.01.10.08	Ativo de Contrato	3.685.796	2.777.922	2.761.013
1.02.01.10.09	Outros Contas a Receber	118.100	123.769	56.963
1.02.02	Investimentos	2.049	2.184	2.282

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.02.01	Participações Societárias	2.049	2.184	2.282
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.049	2.184	2.282
1.02.03	Imobilizado	453.245	348.623	378.052
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	245.830	216.485	218.627
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	207.415	132.138	159.425
1.02.04	Intangível	12.602.327	11.589.509	10.343.667
1.02.04.01	Intangíveis	12.602.327	11.589.509	10.343.667
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.436.906	11.420.154	10.170.024
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	165.421	169.355	173.643

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	26.465.924	20.508.000	18.803.905
2.01	Passivo Circulante	6.024.748	1.850.428	1.970.093
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	277.212	166.802	171.086
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	277.212	166.802	171.086
2.01.02	Fornecedores	504.986	331.691	354.897
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	504.986	331.691	354.897
2.01.03	Obrigações Fiscais	101.893	111.687	100.087
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	98.750	108.981	97.700
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.161	0	1.132
2.01.03.01.02	Demais Tributos Federais	97.589	108.981	96.568
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.143	2.706	2.387
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	997.329	584.638	671.117
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	334.511	261.702	215.751
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	303.776	231.123	190.337
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	30.735	30.579	25.414
2.01.04.02	Debêntures	524.640	201.954	350.461
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	138.178	120.982	104.905
2.01.04.03.01	Arrendamentos	138.178	118.345	104.905
2.01.04.03.02	Parceria Público-Privada PPP	0	2.637	0
2.01.05	Outras Obrigações	3.945.418	457.577	484.567
2.01.05.02	Outros	3.945.418	457.577	484.567
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	434.512	318.066	308.821
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	2.824	2.440	2.382
2.01.05.02.07	Receitas a Apropriar	3.560	3.560	3.560
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	62.287
2.01.05.02.09	Passivo Regulatório	3.305.438	0	0
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	199.084	133.511	107.517
2.01.06	Provisões	197.910	198.033	188.339

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.01.06.02	Outras Provisões	197.910	198.033	188.339
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	76.366	76.091	73.635
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	121.544	121.942	114.704
2.02	Passivo Não Circulante	8.093.395	7.828.865	7.089.612
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.395.335	6.046.697	5.106.543
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.308.504	2.657.562	2.253.224
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.124.090	2.477.358	2.216.629
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	184.414	180.204	36.595
2.02.01.02	Debêntures	2.662.695	3.020.079	2.450.048
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	424.136	369.056	403.271
2.02.02	Outras Obrigações	77.374	97.179	93.564
2.02.02.02	Outros	77.374	97.179	93.564
2.02.02.02.04	Empreiteiros e Fornecedores	11.521	4.730	0
2.02.02.02.09	Receitas a Apropriar	593	4.153	7.713
2.02.02.02.11	Outras Contas a Pagar	65.260	88.296	85.851
2.02.04	Provisões	1.620.686	1.684.989	1.889.505
2.02.04.02	Outras Provisões	1.620.686	1.684.989	1.889.505
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	1.069.126	1.065.280	1.030.892
2.02.04.02.05	Provisões	551.560	619.709	858.613
2.03	Patrimônio Líquido	12.347.781	10.828.707	9.744.200
2.03.01	Capital Social Realizado	5.996.137	5.996.137	5.996.137
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	5.996.137	5.996.137	5.996.137
2.03.03	Reservas de Reavaliação	42.265	46.067	50.164
2.03.03.01	Ativos Próprio	42.265	46.067	50.164
2.03.04	Reservas de Lucros	6.088.560	4.594.712	3.507.386
2.03.04.01	Reserva Legal	256.396	152.430	75.168
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.959	11.716	11.616
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	91.430	95.873	95.326

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.03.04.10	Plano de Investimentos	5.728.775	4.334.693	3.325.276
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.810	4.001	4.205
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	217.009	187.790	186.308

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.205.727	6.848.219	6.292.736
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.150.783	-2.890.386	-2.514.893
3.03	Resultado Bruto	4.054.944	3.957.833	3.777.843
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.717.438	-1.581.220	-1.430.553
3.04.01	Despesas com Vendas	-706.048	-562.354	-256.362
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.384.487	-1.082.608	-805.647
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-8.883	-4.488	9.807
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.071.829	6.263	2.941
3.04.04.01	Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	2.055.758	0	0
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	16.071	6.263	2.941
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.689.849	61.967	-376.029
3.04.05.01	Provisão para Contingencias	68.149	238.675	-169.385
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-48.391	-39.090	-48.233
3.04.05.03	Provisão Passivo Regulatório	-1.541.818	0	0
3.04.05.04	Programa de Participação nos Resultados	-148.965	-118.219	-115.007
3.04.05.05	Outras Despesas Operacionais	-18.824	-19.399	-43.404
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-5.263
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.337.506	2.376.613	2.347.290
3.06	Resultado Financeiro	-34.851	-294.451	-322.969
3.06.01	Receitas Financeiras	3.045.050	402.739	295.702
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.079.901	-697.190	-618.671
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.066.933	-697.190	-618.671
3.06.02.02	Provisão Passivo Regulatório	-1.763.620	0	0
3.06.02.03	Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	-249.348	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.302.655	2.082.162	2.024.321
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-223.087	-536.815	-520.958
3.08.01	Corrente	-391.683	-496.180	-647.219
3.08.02	Diferido	168.596	-40.635	126.261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.079.568	1.545.347	1.503.363
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.079.568	1.545.347	1.503.363
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	PN	1,4191	1,05455	1,0259
3.99.01.02	ON	1,29009	0,95868	0,93263
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	PN	1,4191	1,05455	1,0259
3.99.02.02	ON	1,29009	0,95868	0,93263

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	2.079.568	1.545.347	1.503.363
4.02	Outros Resultados Abrangentes	25.226	-2.819	-34.236
4.02.01	Ganhos e Perdas Atuariais	44.271	2.245	-45.238
4.02.02	Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-15.052	-763	15.381
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	-5.761	-6.208	-6.458
4.02.04	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	1.959	2.111	2.196
4.02.05	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-289	-309	-177
4.02.06	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	98	105	60
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.104.794	1.542.528	1.469.127

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.060.384	2.775.021	2.382.264
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.751.701	2.747.163	2.645.593
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	2.079.568	1.545.347	1.503.363
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	626.251	559.949	480.108
6.01.01.03	Custo das Baixas do Imobilizado e Intangível	12.507	14.615	12.525
6.01.01.04	Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	8.883	4.488	-9.807
6.01.01.05	Custo das Baixas de Investimentos	5	0	0
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	187.733	2.514	55.857
6.01.01.07	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	236.603	124.439	-69.698
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	-168.596	40.635	-126.261
6.01.01.09	Provisão para Contingências	-68.149	-238.675	169.385
6.01.01.10	Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	48.391	39.090	48.233
6.01.01.11	Juros sobre Financiamentos	565.444	481.813	421.586
6.01.01.12	Variações Monetárias sobre Financiamentos	126.563	100.389	101.073
6.01.01.13	Juros e Atualizações Monetárias Arrendamento Mercantil	65.799	58.162	45.982
6.01.01.14	Juros e Atualizações Monetárias PPP	84	0	0
6.01.01.15	Variações Cambiais, líquidas	1.602	26.221	-277
6.01.01.16	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	22.359	-18.276	2.611
6.01.01.17	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	5.263
6.01.01.18	Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	6.524	6.354	5.942
6.01.01.19	Ajuste a Valor Justo - Investimentos	130	98	-292
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.308.683	27.858	-263.329
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-108.067	-4.586	-250.116
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-165.080	-11.654	23.690
6.01.02.03	Estoques	-23.820	-3.878	7.638
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	51.699	150.813	-79.575
6.01.02.06	Outros Créditos e Contas a Receber	11.738	-64.437	-17.141
6.01.02.07	Empreiteiros e Fornecedores	180.086	-18.476	56.775

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	254.662	417.087	551.644
6.01.02.09	Salários e Encargos a Pagar	110.012	2.954	39.825
6.01.02.10	Cauções e Retenções Contratuais	384	58	165
6.01.02.11	Receitas a Apropriar	-3.560	-3.560	-3.560
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-324.980	-455.495	-603.487
6.01.02.13	Passivo Regulatório	3.305.438	0	0
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	20.171	19.032	10.813
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.615.418	-1.908.908	-1.914.714
6.02.01	Aplicação no Imobilizado e Intangível	-2.615.418	-1.908.908	-1.926.103
6.02.03	Aplicação no Investimento	0	0	11.389
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-637.592	-350.514	-390.324
6.03.01	Financiamentos Obtidos	904.082	1.233.592	1.025.541
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-385.468	-520.359	-452.427
6.03.03	Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-524.692	-451.291	-412.885
6.03.04	Pagamentos de Arrendamentos Mercantis	-145.421	-124.635	-109.755
6.03.05	Pagamentos de PPP	-40.179	0	0
6.03.06	Custo na Captação de Recursos de Terceiros	-5.002	-4.906	-2.462
6.03.07	Depósitos Vinculados	-28.169	-79.843	-52.794
6.03.08	Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio	-412.743	-403.072	-385.542
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.807.374	515.599	77.226
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.800.757	1.285.158	1.207.932
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.608.131	1.800.757	1.285.158

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.996.137	0	4.594.712	0	237.858	10.828.707
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.996.137	0	4.594.712	0	237.858	10.828.707
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.443	-585.270	0	-589.713
5.04.06	Dividendos	0	0	-4.443	0	0	-4.443
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-585.270	0	-585.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.083.561	25.226	2.108.787
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.079.568	0	2.079.568
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.993	25.226	29.219
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	5.761	-5.761	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.959	1.959	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	289	-289	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-98	98	0
5.05.02.10	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	44.271	44.271
5.05.02.11	Tributos sobre os Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	-15.052	-15.052
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.498.291	-1.498.291	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	103.966	-103.966	0	0
5.06.05	Incentivos Fiscais	0	0	243	-243	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	1.394.082	-1.394.082	0	0
5.07	Saldos Finais	5.996.137	0	6.088.560	0	263.084	12.347.781

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.996.137	0	3.507.386	0	240.677	9.744.200
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.996.137	0	3.507.386	0	240.677	9.744.200
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	547	-462.869	0	-462.322
5.04.06	Dividendos	0	0	547	0	0	547
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-462.869	0	-462.869
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.549.648	-2.819	1.546.829
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.545.347	0	1.545.347
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.301	-2.819	1.482
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	6.208	-6.208	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	-2.111	2.111	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	309	-309	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-105	105	0
5.05.02.10	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	2.245	2.245
5.05.02.11	Tributos sobre os Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	-763	-763
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.086.779	-1.086.779	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	77.262	-77.262	0	0
5.06.05	Incentivos Fiscais	0	0	100	-100	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	1.009.417	-1.009.417	0	0
5.07	Saldos Finais	5.996.137	0	4.594.712	0	237.858	10.828.707

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.996.137	0	4.515.837	0	274.913	8.786.887
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.996.137	0	4.515.837	0	274.913	8.786.887
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.000.000	0	-2.063.820	-452.373	0	-516.193
5.04.01	Aumentos de Capital	2.000.000	0	-2.000.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-63.820	0	0	-63.820
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-452.373	0	-452.373
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.507.742	-34.236	1.473.506
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.503.363	0	1.503.363
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.379	-34.236	-29.857
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	6.458	-6.458	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.196	2.196	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	177	-177	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-60	60	0
5.05.02.10	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	-45.238	-45.238
5.05.02.11	Tributos sobre os Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	15.381	15.381
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.055.369	-1.055.369	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	75.168	-75.168	0	0
5.06.04	Incentivos Fiscais	0	0	10	-10	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	980.191	-980.191	0	0
5.07	Saldos Finais	5.996.137	0	3.507.386	0	240.677	9.744.200

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	9.554.147	7.232.539	6.822.048
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.746.628	7.374.602	6.783.006
7.01.02	Outras Receitas	2.044.122	-17.624	-30.656
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-236.603	-124.439	69.698
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.940.482	-1.994.092	-2.012.589
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.025.906	-979.223	-908.974
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.372.893	-1.168.816	-978.831
7.02.04	Outros	-1.541.683	153.947	-124.784
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.613.665	5.238.447	4.809.459
7.04	Retenções	-626.251	-559.949	-480.108
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-626.251	-559.949	-480.108
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.987.414	4.678.498	4.329.351
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.176.401	402.739	290.439
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-5.263
7.06.02	Receitas Financeiras	3.176.401	402.739	295.702
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.163.815	5.081.237	4.619.790
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.163.815	5.081.237	4.619.790
7.08.01	Pessoal	1.862.735	1.536.428	1.272.023
7.08.01.01	Remuneração Direta	917.723	847.466	798.759
7.08.01.02	Benefícios	885.926	632.085	419.968
7.08.01.03	F.G.T.S.	59.086	56.877	53.296
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.135.113	1.295.205	1.217.390
7.08.02.01	Federais	1.124.741	1.283.936	1.211.840
7.08.02.02	Estaduais	477	470	495
7.08.02.03	Municipais	9.895	10.799	5.055
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.086.399	704.257	627.014
7.08.03.01	Juros	3.079.901	697.190	618.671
7.08.03.02	Aluguéis	6.498	7.067	8.343

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.079.568	1.545.347	1.503.363
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	585.270	462.869	452.373
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.494.298	1.082.478	1.050.990

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2025



Foto: Kamila Lechinhoski
de Oliveira

Sanepariana da área de
Desenvolvimento Socioambiental.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

APRESENTAÇÃO

O Relatório da Administração 2025 da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) apresenta, de forma transparente, os resultados e o desempenho da Companhia referentes ao exercício de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025**.

Este documento foi elaborado em estrita observância às normativas vigentes, notadamente as leis federais 6.404/76 (Lei das S.A.) e 13.303/16 (Lei das Estatais), bem como às orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações financeiras aqui contidas seguem as **melhores práticas contábeis brasileiras**, estando em **conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS)** e atendendo aos rigorosos requisitos de governança do **Nível 2 da B3**.

O Relatório **pode incluir previsões ou declarações prospectivas**, que refletem exclusivamente as expectativas atuais da administração da Companhia, não implicando em qualquer obrigação de atualização ou revisão por parte da Sanepar frente a novas informações, eventos futuros ou desenvolvimentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Carta do presidente

“Nossa prioridade inegociável é levar a universalização do esgoto a cada cidadão, garantindo que a água, fonte de vida e desenvolvimento, jamais falte.”

Em 2025, a Sanepar avançou em seu papel no setor de saneamento, equilibrando a expansão dos serviços com uma gestão financeira resiliente. Atualmente, as principais frentes de trabalho da companhia estão direcionadas para atingir a universalização, conforme as metas do Novo Marco Legal.

Enquanto o Brasil se desdobra para alcançar as metas até 2033, a Sanepar já garante o acesso universal à água desde 2007, mantendo esse patamar para preservar a segurança hídrica das futuras gerações. No esgotamento sanitário, nossa cobertura alcançou 82,4% e estamos empenhados em atingir os 90% até 2029, antecipando as metas legais e promovendo a saúde pública e a inclusão social.

Excelência e sustentabilidade

Nossos esforços foram novamente validados por importantes reconhecimentos. Em junho, fomos certificados com o Selo Solidário pelo Governo do Estado do Paraná e recebemos menção honrosa por nossas ações em ASG (Ambiental, Social e de Governança), alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

No pilar Ambiental, elevamos o patamar de excelência operacional com o uso intensivo de Inteligência Artificial para detecção de perdas de água. Esta tecnologia é uma alavanca direta de redução de custos e otimização de despesas operacionais (OPEX), do, contribuindo



Wilson Bley
Diretor - Presidente da
Sanepar

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

para a manutenção das margens e assegurando a modicidade tarifária. Adicionalmente, projetos de transição energética via biometano e hidrogênio, além da economia circular e proteção de mananciais, fortalecem a sustentabilidade do negócio a longo prazo.

A valorização de nossos empregados e o compromisso com a sociedade — traduzido em índices de satisfação que superam 80% — guiam nossas ações no pilar Social. Em 2025, concluímos o Plano de Demissão Voluntária (PDV), com a adesão de 527 saneparianos, e homologamos o novo concurso público. Essa transição coordenada honra aqueles que dedicaram suas trajetórias à Companhia e promove a renovação do nosso capital humano, preservando a expertise técnica de nossos 63 anos de história e assegurando a perenidade do negócio.

Investimento, inovação e solidez financeira

Para universalizar com eficiência e responsabilidade socioambiental, nossos investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) são contínuos. Por meio do Sanepar Startups, levamos a única solução do setor de saneamento brasileiro ao *Climate Launchpad 2025*, em Viena, reforçando nossa vocação inovadora.

Nosso programa de investimentos é robusto: projetamos R\$ 13,1 bilhões até 2030 para expansão, manutenção e melhoria do nosso core business (água e esgoto). No esgoto, destacam-se 15 obras de grande porte, com orçamento de R\$ 1,4 bilhão, reforçadas pela captação via linha de financiamento no modelo blended finance (Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC), que im-

pulsiona projetos com alto impacto socioambiental e confirma nosso pioneirismo em financiamentos sustentáveis.

Parcerias estratégicas para o futuro

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) consolidaram-se como um modelo para acelerar a universalização, garantindo a viabilidade econômica e executiva dos projetos. Em 2025, as microrregiões Centro-Leste e Oeste passaram a ter municípios atendidos por meio das PPP's. Neste modelo, o parceiro privado realiza as obras e opera os sistemas de esgoto, enquanto a Sanepar mantém a governança e a relação com o cliente.

Os resultados de 2025 refletem nossa essência e o engajamento de cada sanepariano. Expresso minha gratidão à nossa equipe e a todos os parceiros que tornam possível nossa missão de transformar cada real investido em dignidade, levando saúde e qualidade de vida a cada localidade atendida. Que os próximos ciclos sejam pautados pela inovação e pelo propósito de servir, consolidando o Paraná como um estado que antecipa o futuro.

Wilson Bley

Diretor - Presidente da Sanepar

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Carta do diretor financeiro e de relações com investidores

A solidez financeira da Sanepar é reconhecida pelo mercado: a Moody's e a Fitch Ratings mantiveram nosso Rating Nacional em AAA (triplo A), destacando a manutenção de um forte perfil de liquidez e alavancagem conservadora, mesmo diante da elevada necessidade de investimentos. Adicionalmente, a excelência e transparência das demonstrações contábeis foram mais uma vez premiadas (pela 12ª vez, sendo a oitava consecutiva), com o Troféu Transparência da Anefac-Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade e destaque pelo 3º ano consecutivo, na categoria receita líquida entre R\$ 5 bilhões e R\$ 20 bilhões do exercício de 2024.

No aspecto regulatório, em abril deste ano, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR) aprovou a tarifa média de R\$ 6,83/m³ na 3ª Revisão Tarifária Periódica (3ª RTP) para o ciclo 2025-2028. A agência estima que a etapa de fis-

calização seja concluída ainda no primeiro semestre de 2026. A consolidação de um ambiente regulatório estável, com estrutura tarifária bem desenvolvida é fundamental para proporcionar segurança jurídica e impulsionar os investimentos da Companhia. Também em abril, o Conselho de Administração aprovou o registro contábil relativo à ação judicial movida contra a União sobre a Imunidade Tributária Recíproca de IRPJ, cujos recursos ingressaram na Companhia em setembro. Em outubro, o Conselho Diretor da AGEPAR suspendeu cautelarmente os efeitos da previsão de compartilhamento de ganhos com recuperação de créditos fiscais (Nota Técnica nº 7/2024) até a manifestação final de mérito sobre a solicitação feita pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). No momento, acompanhamos a evolução dos trabalhos que estão sendo realizados por Grupo de Trabalho Intersetorial designado pela Agência Reguladora, que está fazendo análise e avaliação do tratamento regulatório sobre o tema.

Visando diversificar as fontes de captação de recursos e ampliar nossa capacidade financeira, em agosto de 2025 concluímos a captação de recursos no âmbito do Programa

Eco Invest Brasil, por meio da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, com distribuição privada, em complemento à estrutura de financiamento dos projetos da Companhia.

Moody's e a Fitch Ratings mantiveram nosso Rating Nacional em AAA, o que destaca a manutenção de forte perfil de liquidez e alavancagem conservadora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A operação foi organizada em conjunto com o Banco do Brasil S.A. e está vinculada ao financiamento de projetos com critérios socioambientais, reforçando os compromissos da Companhia com a sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os recursos, que totalizam R\$ 375 milhões, estão sendo destinados à ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto CIC – Xisto, fortalecendo significativamente a infraestrutura de saneamento no Estado do Paraná.

As decisões deste ciclo refletem nosso propósito de levar saúde à população de forma sustentável, o compromisso com a universalização e a manutenção da solidez financeira da Companhia.

Detalhamos, nas próximas páginas, os resultados e desempenho ao longo de 2025.

Boa leitura!

Abel Demetrio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Abel Demetrio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaques 2025

Capital financeiro



Geração de caixa

R\$ **7,1** bilhões

Investimentos

R\$ **2,7** bilhões

Patrimônio líquido

R\$ **12,3** bilhões

Nível de endividamento

0,6X
Ebitda

Capital natural

**866.533.807 m³**
de água distribuídos**855.044.539 kWh**
de recursos
energéticos estimados.

Capital social

**80,5%**de satisfação do
cliente externo.

Capital intelectual

**791.460 horas**
de treinamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Capital manufaturado**Água****168** ETAs.**1.219** poços.**63.495 km** de rede de distribuição.**345** municípios atendidos.**3.530.490** ligações de água.**Esgoto****273** ETEs.**44.383 Km** de rede coletora.**2.652.624** ligações de esgoto.**3** aterros sanitários resíduos sólidos urbanos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Planejamento estratégico

O Mapa Estratégico reflete o alinhamento estratégico da Sanepar face aos desafios do setor de saneamento, destacando a necessidade de uma abordagem proativa e inovadora para garantir resiliência, crescimento e competitividade. Estruturado nas perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC), o mapa

desdobra e comunica a estratégia corporativa. Os eixos norteadores e objetivos específicos definem o posicionamento da Companhia, guiando esforços concentrados na estruturação e execução de planos, alinhando operações internas à geração de valor, detalhada na Cadeia de Valor.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Propósito, Missão, Visão e Valores

A gestão da Sanepar é o reflexo de uma identidade sólida, onde a estratégia atua como o veículo para o nosso propósito. Mais do que diretrizes, nossos princípios asseguram a coerência entre nossa essência e o impacto que geramos na sociedade. Tais bases refletem sua essência, direcionam suas decisões e definem a maneira como ela se relaciona com a sociedade, o meio ambiente e todas as partes interessadas.



Nossos Valores

Estão presentes em cada projeto, investimento e relacionamento da Sanepar – são a base da nossa cultura corporativa e do impacto positivo que geramos:



Responsabilidade

ser responsável por suas ações e decisões, em comprometimento com os objetivos da Empresa.



Inovação

buscar novas soluções, visando a eficiência e a universalização do saneamento ambiental.



Competência

executar suas atribuições profissionais com o suporte do conhecimento, habilidades e atitudes assertivas.



Respeito

agir de forma correta, respeitando a diversidade, a sociedade e o meio ambiente.



Comprometimento

agir de forma dedicada e comprometida com os princípios, os valores, a visão e a missão da Empresa.



Profissionalismo

exercer suas atribuições com dedicação, ética e respeito.



Transparência

atuar e informar de forma clara e verdadeira.



Ética

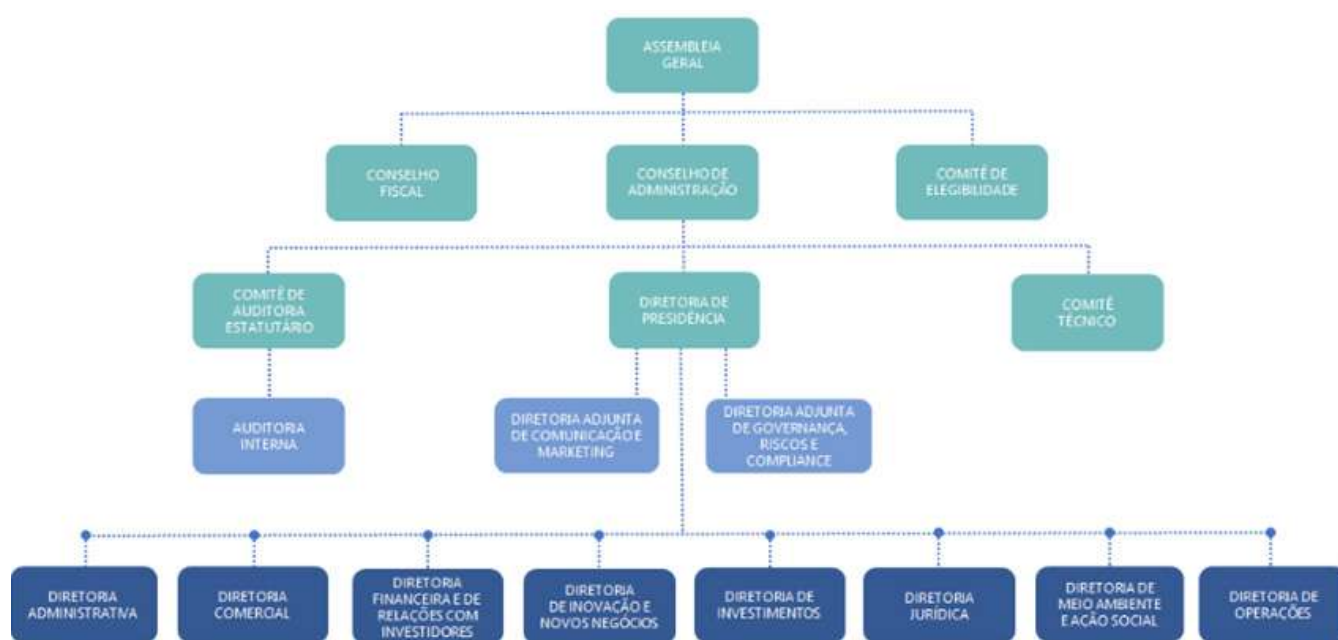
agir de acordo com valores que norteiam uma conduta íntegra, transparente e honesta.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Governança

A estrutura de governança da Companhia é composta por Assembleia de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Técnico e Comitê de Elegibilidade e pela Diretoria Executiva, além de Diretorias Adjuntas especializadas e Auditoria Interna, conforme demonstrado na figura abaixo:

Em 2025, a Sanepar consolidou avanços significativos em sua arquitetura de governança, priorizando a celeridade nas decisões e a prontidão para novos negócios.



Esse modelo robusto fornece a base para atuação consciente, com foco na sustentabilidade social, econômico-financeira e na promoção de um ambiente íntegro nos negócios.

A Administração da Companhia, reitera seu compromisso com seus deveres fiduciários inerentes à sua função, pautando suas ações pelos princípios da legalidade, moralidade e eficiência.

O engajamento da Alta Direção e demais órgãos de governança é fundamental para o fortalecimento do processo decisório da

Companhia. Em 2025 iniciativas como a realização do treinamento anual dos administradores, bem como o programa de integração dos agentes de governança, potencializaram o desempenho institucional. Destaca-se ainda, a alteração estatutária que contemplou a autorização da Assembleia Geral para que o Conselho de Administração possa deliberar sobre a criação de consórcios e Sociedades de Propósito Específico (SPEs), condicionada ao cumprimento de premissas técnicas, econômicas e estratégicas previamente estabelecidas, com o objetivo de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

promover maior agilidade e eficiência nos processos licitatórios e fortalecer a competitividade da Companhia no mercado, em alinhamento com o Novo Marco Legal do Saneamento; e a transferência de responsabilidades operacionais, antes atribuídas ao Conselho de Administração para a Diretoria Executiva, com o objetivo de maior enfoque nos assuntos estratégicos da Companhia.

Alinhada às boas práticas de governança quanto à revisão de diretrizes, normas e outros procedimentos, ao longo do ano, além do Estatuto Social, a Sanepar revisou os seguintes documentos: Políticas de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade, de Segurança da Informação, de Continuidade do Negócio, de Gestão de Riscos, Tesouraria e Mercado, de Indicação e Elegibilidade, de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, bem como, instituiu a Política de Inteligência Artificial. Revisou ainda, os Regimentos Internos dos Comitês de Inovação e Novos Negócios, de Planejamento Integrado da Sanepar, de Elegibilidade e de Conduta.

O comprometimento se estendeu ao Programa de Integridade, que constitui o alicerce de uma cultura organizacional voltada à ética, sendo um dos mecanismos mais efetivos para a mitigação de riscos de fraude e corrupção, fomentando a credibilidade institucional e a confiança na qualidade dos serviços prestados pela Sanepar.

Sanepar está entre as 50 empresas mais relevantes do Brasil na Agenda ASG.



Em 2025 a Sanepar revisou documentos como Políticas, Regimentos e Estatuto.



Foto: Edjane Madza / Marciano Cunha
Workshop de Planejamento Estratégico realizado em agosto em 2025 com as lideranças

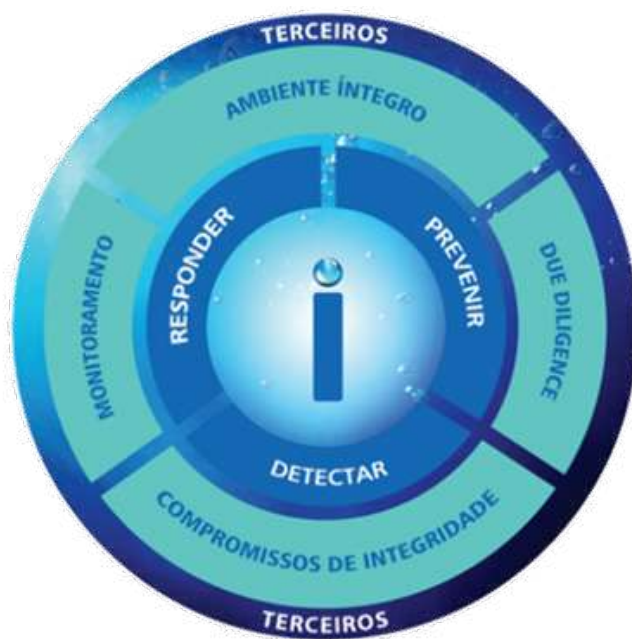
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Integridade

Em 2019 a Sanepar instituiu o Programa de Integridade para empregados, agentes de governança, estagiários e jovens aprendizes. Em 2022 realizou a primeira revisão, implantando também o Programa de Integridade para Terceiros, como incremento para o fortalecimento da cultura de integridade considerando toda sua Cadeia de Valor. Com base principalmente nas leis 13.303/2016 – Lei das Estatais e 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, seu principal intuito é atuar na prevenção, detecção e resposta a atos em desacordo com regulamentos internos e externos. O progresso da Companhia no tema é substancial, e fica evidente quando nota-se a evolução da Sanepar nas participações em índices como o Índice

de Sustentabilidade Empresarial – ISE da B3, *Carbon Disclosure Project* – CDP, Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos, entre outros.

Importante ressaltar que o Programa de Integridade para Terceiros é constituído de quatro pilares: Ambiente Íntegro, *Due Diligence*, Compromissos de Integridade e Monitoramento. No pilar de *Due Diligence* podemos destacar a ampliação do escopo de verificação de terceiros que venham a se relacionar com a Sanepar, como um dos principais avanços no Programa.



Programa de Integridade para Terceiros.

O Programa de Integridade da Sanepar foi estruturado para promover a governança corporativa responsável, a transparência e uma cultura de conduta ética alinhada aos seus valores institucionais e é organizado em oito pilares

fundamentais: Governança, Riscos, Instrumentos, Comunicação, Gestão da Consequência, Terceiros, Diversidade e Monitoramento, que atuam de forma articulada para prevenir, detectar, monitorar e remediar riscos de não con-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

formidade. Cada pilar contribui para consolidar a integridade nos processos internos, nas relações com terceiros e no alinhamento estratégico da Companhia aos princípios legais, sociais e ambientais.



Programa de Integridade Sanepar

A prevenção é o foco principal do Programa de Integridade e, continuamente, a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e *Compliance* dissemina seu conteúdo por meio de cursos obrigatórios aos empregados em formato Educação a Distância (EAD), presenciais, rodas de conversa com lideranças, encontros e trabalho conjunto entre *Compliance*, Serviço Social e Comitê Existir, além de treinamentos sobre riscos e controles internos específicos para cada público. Estes trabalhos são conduzidos de maneira leve e lúdica e tem o objetivo de satisfazer empregados e lideranças, proporcionando um ambiente onde todos podem ser ouvidos, no coletivo ou em suas individualidades. Anualmente a Sanepar promove a Semana

da Integridade, que ano após ano vem se consolidando como um grande evento corporativo. Em 2025 a edição trouxe como inovação a ampliação do convite para empregados terceiros e a descentralização, pois o evento, pela primeira vez, ocorreu fora da base administrativa da Companhia, foi realizado no Município de Ponta Grossa, onde contou com a participação de 100% dos empregados lotados no Município, além da participação, de forma on-line, dos empregados de outras cidades.

A Sanepar adota uma abordagem estruturada para identificar e tratar denúncias de seus *stakeholders*, tanto internos quanto externos, mantendo um Canal de Denúncias independente e externo com mecanismos acessíveis, confidenciais e eficazes para a resolução de problemas e a reparação de impactos negativos. Os registros são abordados de forma rápida e objetiva e os denunciante recebem um *feedback* direto sobre o tratamento da denúncia. A Sanepar repudia toda e qualquer discriminação ou retaliação contra denunciante que, de boa-fé, comuniquem suspeitas e casos de transgressões.

Quando são identificados indícios suficientes nas denúncias recebidas, a Sanepar instaura procedimentos internos, de acordo com o Regulamento Disciplinar, para levantamento dos fatos. Esse documento estabelece os meios para a tomada de decisão, envolvendo medidas disciplinares nos casos de violações do Código de Conduta e Integridade, e descumprimento de leis, normas, políticas e demais procedimentos internos conforme o nível de gravidade da conduta denunciada. Em todo o processo, há respeito ao direito de defesa dos denunciados e ao anonimato dos denunciante.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Riscos

No pilar de Riscos, a Sanepar desenvolve um processo de gerenciamento baseado nas práticas do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). A metodologia envolve identificação, avaliação, priorização e mitigação de riscos corporativos e operacionais, com definição de limites de exposição (apetite e tolerância) e monitoramento regular através do portfólio, matrizes de riscos, indicadores e planos de tratamento. O monitoramento dos riscos priorizados é mensal sendo trimestral o reporte ao Conselho de Administração, reforçando a conformidade com metas e segurança institucional.

Em 2025, de acordo com a metodologia estabelecida, o portfólio de riscos corporativos foi revisado, mantendo a priorização para 2026. Com foco nos macro processos do ciclo do negócio, a Companhia tem atuado no monitoramento dos controles internos, tendo revisitado processos e promovido ajustes e aprimoramentos de controles junto com as áreas.

Transparência e proteção de dados

O Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) da Sanepar é uma iniciativa contínua para monitoramento e aprimoramento da segurança da informação em toda a Organização, visando assegurar a transparência no ambiente empresarial. Desde setembro de 2024, a Companhia adota um Regulamento de Proteção às Informações, que estabelece critérios para a classificação (proteção, restrição ou sigilo) de dados e informações. Este regulamento norteia as ações para manter proteções e restrições legais aplicáveis a informações de natureza legal, estratégicas, comerciais, industriais, autorais, financeiras, bancárias, fiscais, pessoais e outras categorias pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia disponibiliza seus dados relevantes em um portal eletrônico, padronizando o fluxo para a solicitação e obtenção de informações corporativas.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Serviços prestados por auditores independentes

Em observância às diretrizes de Governança Corporativa e atendendo às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a política da Sanepar para contratação de auditoria independente fundamenta-se em princípios que preservam a integridade, a objetividade e a independência profissional. Tais preceitos são essenciais para assegurar a fidedignidade das informações e a emissão de pareceres imparciais, fortalecendo a confiança de todos os usuários das informações contábeis.

A Companhia mantém contrato com a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda para a prestação de serviços de auditoria externa das Demonstrações Contábeis Anuais e revisão das informações intermediárias (ITR) referentes ao triênio 2024-2026. Alinhado a esse cronograma e de forma integrada, o escopo abrange os trabalhos de assegurar limitada dos indicadores de sustentabilidade reportados no Relato Integrado (RI), em estrita conformidade com as orientações da CVM.

A Sanepar ratifica que, durante o exercício de 2025, os auditores independentes não prestaram outros serviços que não os de auditoria e asseguração aqui descritos. Esta prática garante a ausência de conflitos de interesse e a manutenção da objetividade, proporcionando a transparência e a integridade de todos os dados (financeiros e não financeiros) reportados ao mercado e à sociedade.

A Companhia disponibiliza seus dados relevantes em um portal eletrônico, padronizando o fluxo para a solicitação e obtenção de informações corporativas.



Os auditores da Grant Thornton foram contratados para a certificação dos indicadores de Sustentabilidade do Relato Integrado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Marco Legal do Saneamento

O saneamento básico é um direito fundamental e pilar indispensável para o desenvolvimento sustentável. Sob as diretrizes do Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal 14.026/2020), a Sanepar reafirma seu compromisso com a meta nacional de universalização até 2033: atender 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto.

No Paraná, esse compromisso é operacionalizado por meio do modelo de prestação regionalizada, consolidado pela Lei Complementar Estadual 237/2021. Este modelo estruturou o estado em três microrregiões (Oeste, Centro-Leste e Centro-Litoral), abrangendo os 345 municípios atendidos pela Companhia.

O Marco Legal do Saneamento tem como meta até 31/12/2033 o atendimento de 99% da população com água potável e 90% com a coleta e o tratamento de esgoto. A Sanepar busca antecipar a universalização.

Destaques de Estratégia e Segurança Jurídica

Conformidade Regulatória - A Sanepar atua em total alinhamento com as normas de referência da Agência Nacional de Águas (ANA) e a regulação estadual.

Aditivos Contratuais - Em observância à legislação, a Companhia formalizou aditivos que incorporam as metas de universalização, garantindo a sustentabilidade jurídica das concessões.

Consolidação Regional - Com regimentos definitivos aprovados pelas Assembleias Gerais (MRAE 1, 2 e 3), a gestão regionalizada está plenamente estabelecida, assegurando eficiência e transparência na execução do plano de metas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Sanepar avança de forma acelerada para consolidar a universalização do saneamento no Paraná, com o diferencial estratégico de antecipar as metas do Marco Legal. Com 100% de cobertura de água urbana já atendida, a Companhia direciona um plano de investimentos de R\$ 13,1 bilhões até 2030 para elevar o índice de esgotamento sanitário (atualmente em 82,4%) ao patamar de 90% antes do prazo regulamentar.

Referência em inclusão social desde 2004 com o programa Água Solidária, a Sanepar deu um novo passo em 2025 ao implementar a Tarifa Social de Água e Esgoto (TSAE), em conformidade com a Lei Federal 14.898/2024 e a Resolução Agepar 36/2025. A nova estrutura garante um desconto de 50% para os primeiros 15 m³ consumidos por famílias vulneráveis, ampliando o acesso a serviços essenciais. Para assegurar a sustentabilidade do modelo e a manutenção da tarifa média vigente, a estrutura tarifária foi tecnicamente realinhada em 2,71%, reafirmando o compromisso da Companhia com o equilíbrio econômico-financeiro e a justiça social.

Com o abastecimento de água já consolidado em 100% das áreas urbanas atendidas, a Companhia concentra seus esforços na expansão do esgotamento sanitário.

Destaque no Saneamento Rural: Com a infraestrutura urbana em estágio avançado, a Companhia intensifica o Programa de Saneamento Rural. Com mais de 40 anos de trajetória e um modelo de parceria entre o Governo do Estado, prefeituras e comunidades, o programa já soma 2.400 obras e 128 mil ligações, assegurando dignidade e saúde também no campo.

em 40 anos
do programa Saneamento Rural alcançamos: Mais de 2.400 obras executadas no campo. Mais de 128 mil ligações de água no campo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado

A Sanepar detém 345 concessões municipais de prestação de serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com

exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que foi objeto de discussão judicial transitada em julgado, em fase de cumprimento de decisão para a apuração dos valores devido pelo município a título de indenização prévia; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia.

As microrregiões estão distribuídas da seguinte maneira:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho operacional

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita Total da Companhia, em 31 de dezembro de 2025:

Municípios	% Receita total	Período remanescente de concessão	Tipo de concessão	Água	Coleta de esgoto	Água	Esgoto
Curitiba	22,0%	22,4 anos	Água e Esgoto	100%	99,4%	857,7	849,1
Londrina	7,1%	22,4 anos	Água e Esgoto	100%	99,7%	262,9	264,3
Maringá	5,4%	14,7 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	177,7	203,5
Cascavel	3,7%	22,4 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	141,1	156,1
Foz do Iguaçu	3,6%	22,4 anos	Água e Esgoto	100%	83,9%	127,4	107,5
Ponta Grossa	3,3%	22,4 anos	Água e Esgoto	100%	92,9%	168,6	156,1
São José dos Pinhais	2,9%	22,4 anos	Água e Esgoto	100%	89,5%	125,1	110,4
Colombo	1,8%	22,4 anos	Água e Esgoto	100%	77,7%	89,9	69,6
Guarapuava	1,7%	22,4 anos	Água e Esgoto	100%	89,2%	74,6	64,9
Toledo	1,6%	22,4 anos	Água e Esgoto	100%	94,5%	67,9	62,9
Demais municípios	46,9%					2.298,9	1.541,3
Totais				100,0%	82,4%	4.391,8	3.585,7



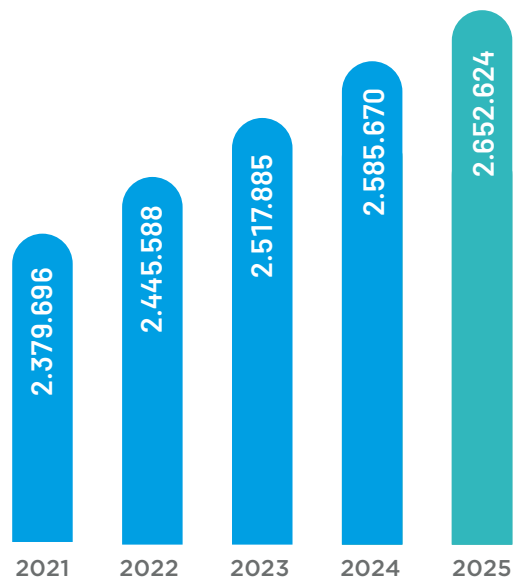
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Ligações de água**

Tipo de ligação	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	3.043.774	3.097.925	3.131.292	3.160.438	3.198.334
Comercial	240.203	247.400	251.516	256.312	264.380
Industrial	13.551	13.778	13.776	13.740	13.941
Utilidade pública	23.987	24.250	24.912	24.882	25.079
Poder público	26.926	27.333	27.404	28.154	28.756
Total	3.348.441	3.410.686	3.448.900	3.483.526	3.530.490

Ligações de esgoto

Tipo de ligação	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	2.152.949	2.211.364	2.276.921	2.337.952	2.395.354
Comercial	190.128	196.595	202.135	207.873	216.179
Industrial	6.123	6.291	6.432	6.573	6.804
Utilidade pública	15.678	16.034	16.705	16.947	17.309
Poder público	14.818	15.304	15.692	16.325	16.978
Total	2.379.696	2.445.588	2.517.885	2.585.670	2.652.624

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Total de Ligações de água
por anoTotal de Ligações de esgoto
por anoLigações de esgoto
2024 x 2025

Índice de atendimento com rede coletora de esgoto

82,4%

Atendimento:
Água e EsgotoPercentual de esgoto
coletado que é tratado

100%

+66.954

Ligações
de esgotoÍndice de
atendimento
com água tratada
100%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Evolução do Volume Medido de Água**

Volume medido água (milhões m ³)	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	428,5	433,4	456,5	475,2	479,2
Comercial	36,7	39,8	42,8	45,2	45,9
Industrial	13,7	11,8	11,4	12,3	12,8
Utilidade pública	4,6	5,3	5,6	5,9	6,0
Poder público	14,7	18,3	19,6	21,7	22,1
Total	498,2	508,6	535,9	560,3	566,0

Evolução do volume faturado de água

Volume faturado água (milhões m ³)	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	447,9	454	476,9	494,7	498,7
Comercial	40,3	43,6	46,7	49,0	49,9
Industrial	14,3	14	11,6	12,5	12,9
Utilidade pública	3,9	4,3	4,5	4,8	4,8
Poder público	15,1	18,7	19,9	22,0	22,4
Total	521,5	534,6	559,6	583,0	588,7

Evolução do volume faturado de esgoto

Volume Faturado Esgoto (milhões m ³)	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	342	350,9	374,3	394,2	404,1
Comercial	36,5	40,3	43,6	46,3	47,8
Industrial	3,2	3,6	3,8	4,1	4,2
Utilidade pública	3,3	3,7	4	4,3	4,3
Poder público	11,5	14,4	15,4	17,1	17,8
Total	396,5	412,9	441,1	466,0	478,2



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Evolução do Índice de Perdas por Ligação*

IPL	2021	2022	2023	2024	2025
	210,81	222,23	217,56	223,11	222,71

*Houve alteração na metodologia de cálculo. Valores históricos foram corrigidos e divulgados ao mercado nos relatórios trimestrais.

Água e esgoto: dados gerais

Água	2021	2022	2023	2024	2025
Economia com rede de água*	4.170.413	4.236.728	4.277.957	4.321.469	4.391.803
Nº Estações Tratamento de Água	168	168	168	167	168
Nº de poços	1.247	1.180	1.191	1.217	1.219
Nº de captações superfície	236	234	231	227	225
Km de rede assentada	59.070	60.077	61.396	62.505	63.495
Volume produzido (m³)	750.475.130	785.378.020	812.102.342	853.193.982	867.908.750
Perdas no faturamento (%)	30,51%	31,93%	31,15%	31,67%	32,17%
Evasão de receitas (%)	3,33%	3,36%	-2,4%	0,71%	0,63%

*Considera economias de água industrial.

Água	2023 (1)	2024 (2)	Var. % (2/1)	2025 (3)	Var. (3/2)
Economias atendidas com rede de distribuição*	4.277.957	4.321.469	1,0%	4.391.803	1,6%
Nº de estações de tratamento	168	167	-0,6%	168	0,6%
Nº de poços	1.191	1.217	2,2%	1.219	0,2%
Nº de captações superfície	231	227	-1,7%	225	-0,9%
Km de rede assentada	61.396	62.505	1,8%	63.495	1,6%
Volume produzido (m³)	812.102.342	853.193.982	5,1%	867.908.750	1,7%
Perdas no faturamento (%)	31,10	31,67	0,57 p.p.	32,17	0,50 p.p.
Evasão de receitas (% - inadimplência)	-2,42	0,71	3,13 p.p.	0,63	-0,08 p.p.

*Considera economias de água industrial.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Esgoto	2021	2022	2023	2024	2025
Economias com rede esgoto	3.210.059	3.296.674	3.394.421	3.484.890	3.585.715
Nº de estações de tratamento	258	261	265	269	273
Km de rede assentada	39.660	40.733	42.156	43.447	44.383
Volume coletado (m³)	375.586.933	390.688.459	419.869.134	445.305.597	456.818.082

Esgoto	2023 (1)	2024 (2)	Var. % (2/1)	2025 (3)	Var. (3/2)
Economias atendidas com rede de coleta	3.394.421	3.484.890	2,7%	3.585.715	2,9%
Nº de estações de tratamento	265	269	1,5%	273	1,5%
Km de rede assentada	42.156	43.447	3,1%	44.383	2,2%
Volume coletado (m³)	419.869.134	445.305.597	6,1%	456.818.082	2,6%

Mercado	2021	2022	2023	2024	2025
Índice de cobertura - água	100%	100%	100%	100%	100%
Índice de cobertura - coleta de esgoto	77,3%	78,9%	80,2%	81,4%	82,4%
Economias ativas - água	4.170,4	4.236,7	4.277,9	4.321,5	4.391,8
Economias ativas - esgoto	3.210,1	3.296,7	3.394,4	3.484,9	3.585,7



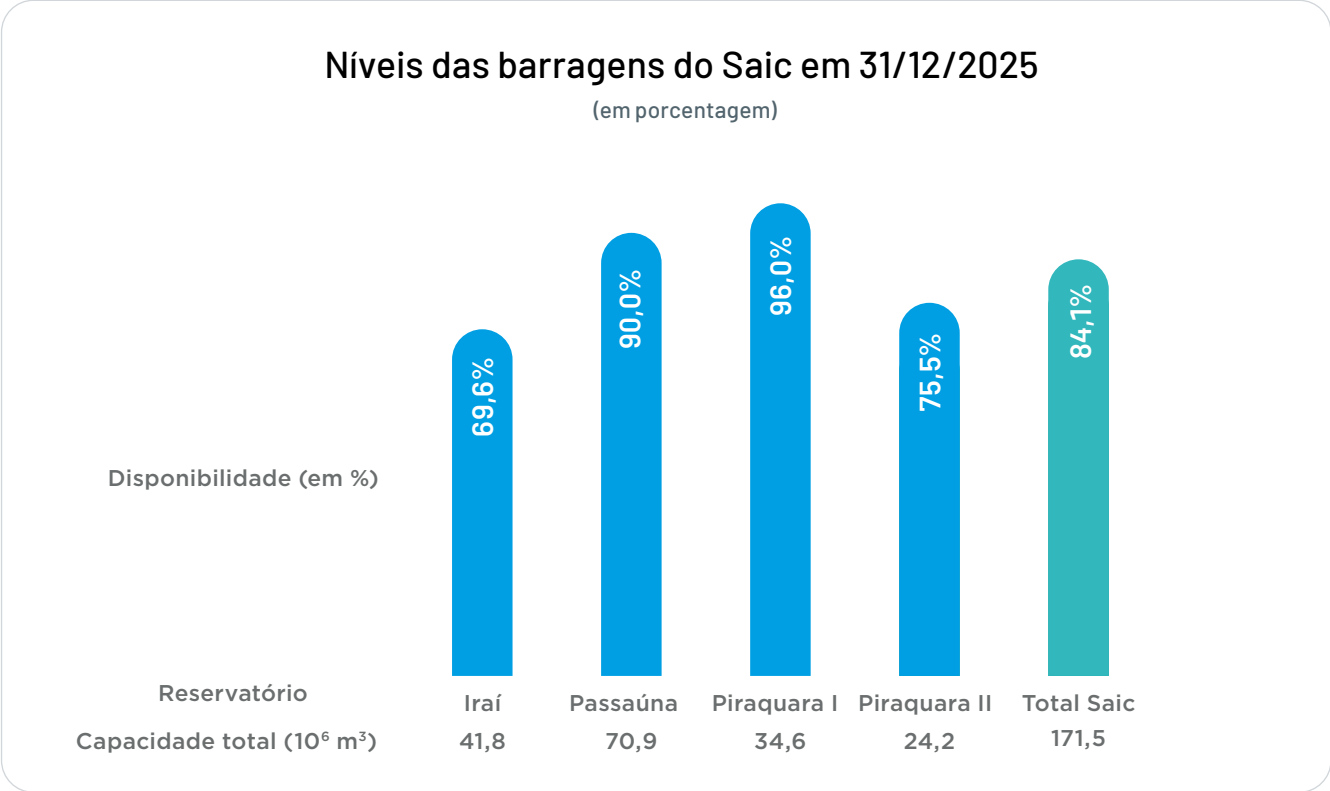
Foto: Barbara Zanicotti Leite
Sanepariana área de Pesquisa e Inovação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Volumes disponíveis

A Companhia capta água de mananciais superficiais e subterrâneos, contudo a principal fonte é a água dos mananciais superficiais, compreendidos por rios, córregos, açudes e reservatórios de barragens.

A Empresa opera, atualmente, 4 (quatro) barragens de grande porte para a acumulação de água na Região Metropolitana de Curitiba, sendo estas denominadas Iraí, Passaúna, Piraquara I e Piraquara II. Estas estruturas são fundamentais para garantir a regularização de vazão para o abastecimento de água à população, em especial na Região Metropolitana de Curitiba, que é uma região de nascentes e que possui alta densidade demográficas, com pouca disponibilidade hídrica por habitante. Os reservatórios formados por estas barragens integram o Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba (Saic). Em 31 de dezembro de 2025, o volume médio de reservação das barragens em questão, estava em 84,1 %.



A Companhia procedeu à atualização dos dados cadastrais das características físicas dos reservatórios do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC), incorporando os resultados do estudo topobatimétrico. A utilização de tecnologias de alta precisão (Laser Scanner para Modelo Digital de Terreno e ecobatímetros com GNSS - Global Navigation Satellite System) permitiu corrigir imprecisões históricas das bases cartográficas dos projetos originais. Além das barragens supracitadas, está prevista para entrar em operação em 2026 a barragem Miringuava, no município de São José dos Pinhais, que também irá integrar o Saic.

As demais barragens operadas pela Sanepar são classificadas como barragens de nível ou pequenas barragens de acumulação de água, distribuídas ao longo do estado do Paraná, que tem como objetivo principal garantir o nível de água dos cursos de água, propiciando regularidade no processo de captação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos

O exercício de 2025 foi marcado por uma aceleração histórica no ritmo de execução da Sanepar. Reafirmando nossa competência técnica em converter planejamento em entregas complexas, a Companhia expandiu significativamente seu aporte de capital para fortalecer a infraestrutura hídrica do Paraná. Esse ciclo de crescimento é sustentado pela excelência operacional de nossas equipes, que alinham o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) às diretrizes estratégicas para gerar impacto positivo e valor sustentável.

Em 2025, os investimentos totalizaram R\$ 2,65 bilhões, representando um aumento de 38,8% em relação ao ano de 2024, em decorrência, principalmente de obras de ampliação do sistema de esgotamento de Curitiba - Ampliação ETE Atuba Sul; Ampliação SES Assis Chateaubriand; Nova ETE Rio Verde, interceptores, rede coletora de esgoto e ligações prediais de esgoto, além da ampliação do SES Cornélio Procópio - Nova ETE Tangará e interceptor.

Ao todo, foram realizadas diversas obras e projetos para implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em 16 municípios, manutenção dos sistemas operados pela Companhia, ampliação de Sistema de Abastecimento de Água, bem como investimentos em aterro sanitário e infraestrutura administrativa.

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) da Sanepar, em consonância com a Política de Investimentos e com o Programa de Investimentos da Companhia, é elaborado em ciclos de cinco anos e acompanhado trimestralmente pelo Conselho de Administração, passando por revisões anuais.

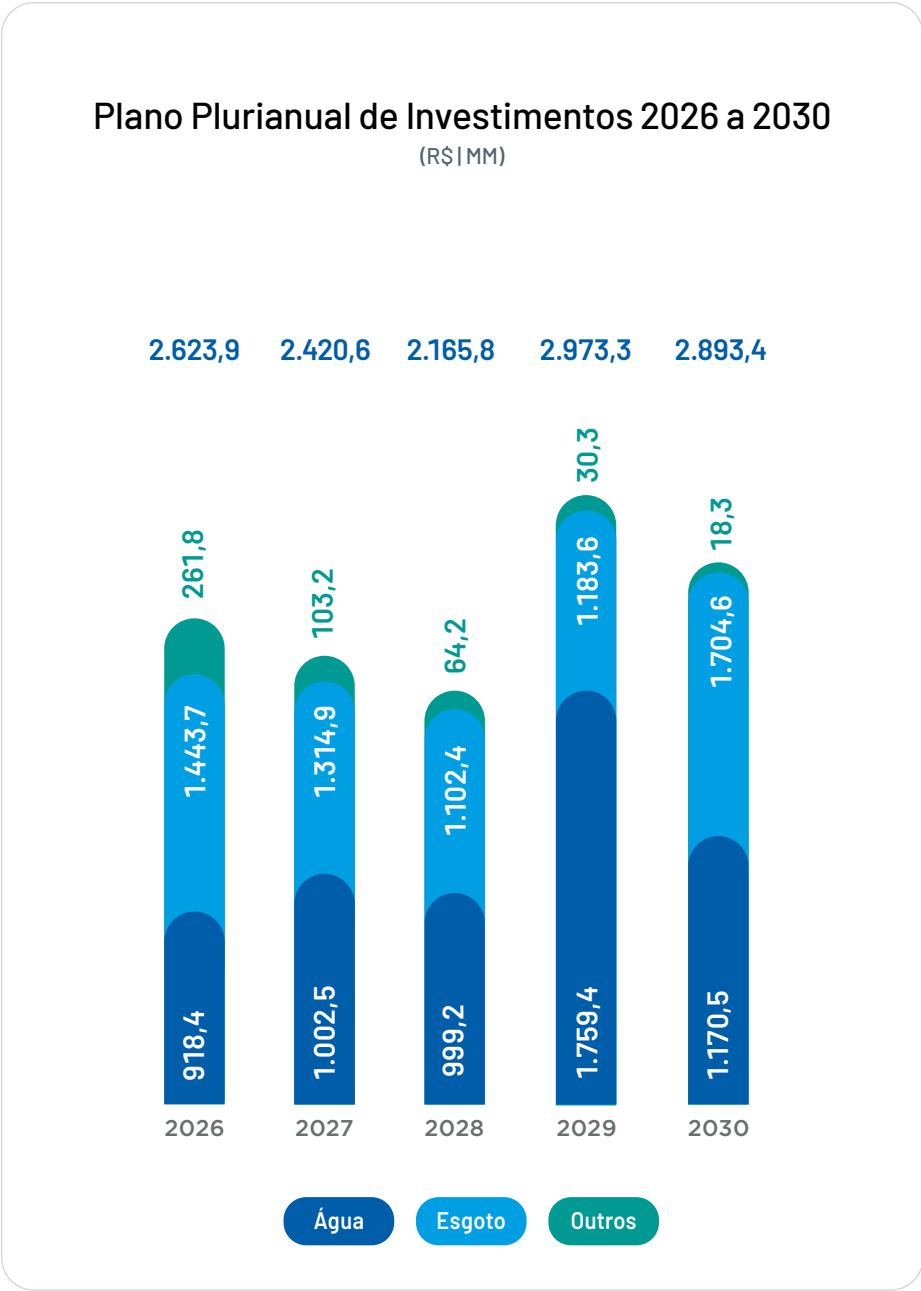
Plano Plurianual de Investimentos 2026 a 2030 (em milhões de R\$)

	2026	2027	2028	2029	2030	2026 a 2030
Capex regulatório **	2.134,7	1.878,2	1.596,9	1.624,0	2.086,2	9.320,0
Resíduos sólidos/água industrial	3,9	0,2	0,2	0,0	0,0	4,3
Capitalizações **	186,5	191,4	202,1	216,5	232,0	1.028,5
Doações de redes	39,9	43,2	42,8	43,2	43,7	212,8
Parcerias **	258,9	307,6	323,8	1.089,6	531,5	2.511,4
Total	2.623,9	2.420,6	2.165,8	2.973,3	2.893,4	13.077,0

	2026	2027	2028	2029	2030	2026 a 2030
Água	918,4	1.002,5	999,2	1.759,4	1.170,5	5.850,0
Esgoto	1.443,7	1.314,9	1.102,4	1.183,6	1.704,6	6.749,2
Outros	261,8	103,2	64,2	30,3	18,3	477,8
Total	2.623,9	2.420,6	2.165,8	2.973,3	2.893,4	13.077,0

Valores do Plano Plurianual de Investimentos divulgado em Fato Relevante de 11/12/2025.
Componentes da base tarifária de água e esgoto da Companhia, conforme 3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho econômico-financeiro

Vantagens competitivas



Outputs/entregas:

100% de cobertura da rede de água.

4,4 milhões de economias de água.

99,9% de conformidade da água distribuída.

82,4% de cobertura da rede de esgoto.

100% do esgoto coletado tratado.

3,6 milhões de economias de esgoto.



Outcomes/geração de valor:

99,9% Alto índice de conformidade ao padrão de potabilidade

Índice de atendimento da coleta de esgoto acima da média nacional, com impacto positivo na saúde e na qualidade de vida dos clientes.

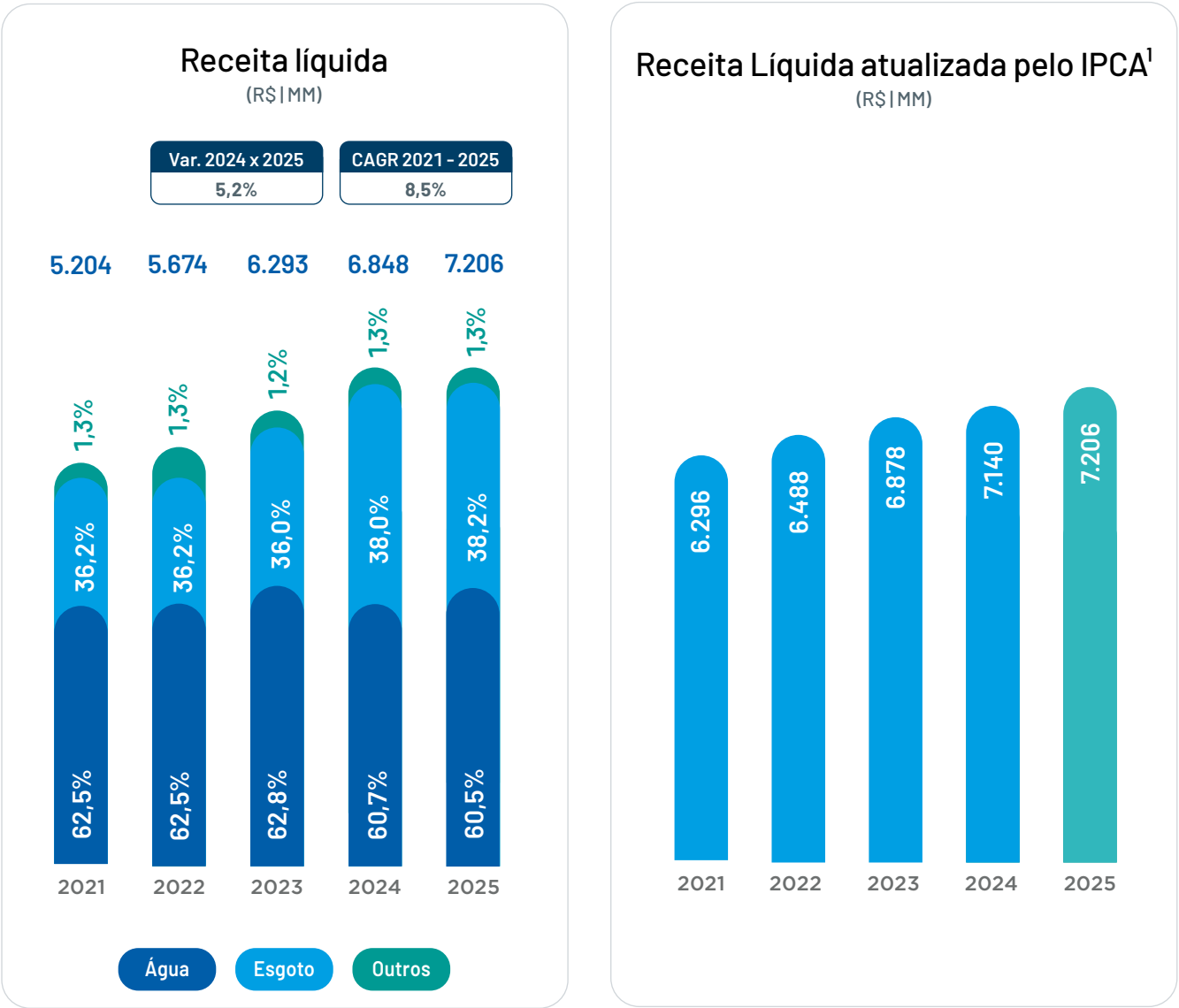
Pagamento de dividendos e geração de caixa.

Gestão de impactos e *compliance* ambiental.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita líquida

Em 2025, a receita operacional líquida atingiu R\$ 7,2 bilhões, o que representa uma evolução de 5,2% em relação ao exercício anterior. Tal desempenho decorre, primordialmente, do reajuste tarifário de 3,7753%, aplicado a partir de 17 de maio de 2025, aliado à expansão da base de clientes e ao consequente incremento nos volumes faturados. No período, a Companhia realizou 47 mil novas ligações de água e 67 mil de esgoto, contribuindo para a elevação de 1,0% no volume faturado de água e de 2,6% no de esgoto.



¹ IPCA IBGE 2021: 10,06% | 2022: 5,79% | 2023: 4,62% | 2024: 4,83% | 2025: 4,26%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicadores

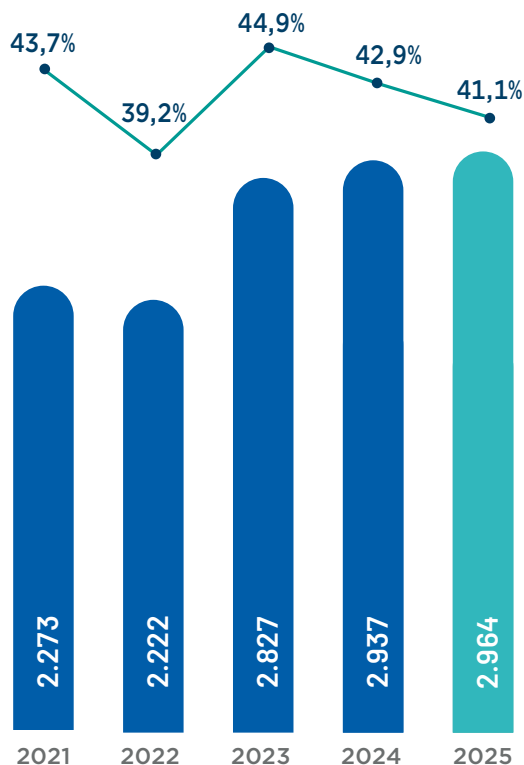
EBITDA e margem EBITDA

Em 2025, o resultado operacional da Companhia (EBITDA) totalizou R\$ 3,0 bilhões, correspondendo a uma margem de 41,1% — redução de 1,8 p.p. em relação à margem verificada em 2024. Enquanto a Receita Operacional Líquida teve crescimento de 5,2%, os custos e despesas operacionais que impactam o EBITDA aumentaram 21,6%, principalmente em: (i) gastos com pessoal, devido ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), que teve adesão de 527 empregados, com indenização de R\$ 174,0 milhões e payback previsto de 12,6 meses, além de baixas de ações judiciais finalizadas; (ii) serviços técnicos profissionais, principalmente pelo registro

dos Honorários Advocatícios relacionados com a Ação Judicial do IRPJ; (iii) serviços de cadastro e faturamento; (iv) serviços de vigilância; (v) serviços de manutenção de redes; (vi) perdas na realização de créditos relacionados principalmente com a inadimplência observada em parcelamento de clientes particulares; e (vii) serviços de operação de esgoto (PPP), que tiveram o seu alcance ampliado com a entrada em operação dos contratos para as Microrregiões Centro-Leste e Oeste. A integração de 112 municípios ao modelo de regionalização, com custos operacionais de R\$ 95,2 milhões, reforça o compromisso de universalização do esgoto até 2033.

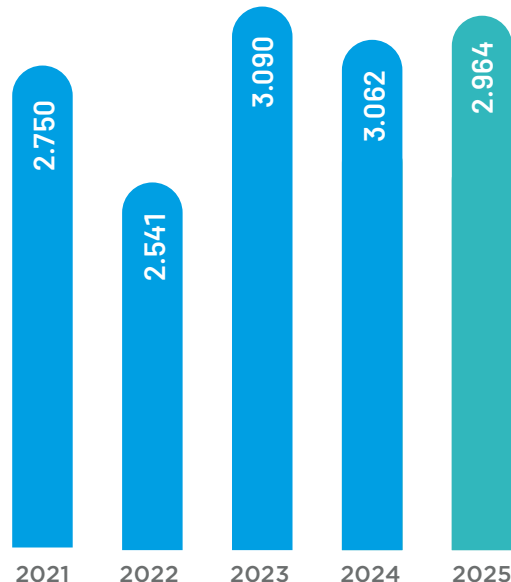
EBITDA e Margem EBITDA

(R\$ | MM)

CAGR 2021 - 2025
6,9%Var. 2024 x 2025
0,9%

EBITDA atualizado pelo IPCA¹

(R\$ | MM)



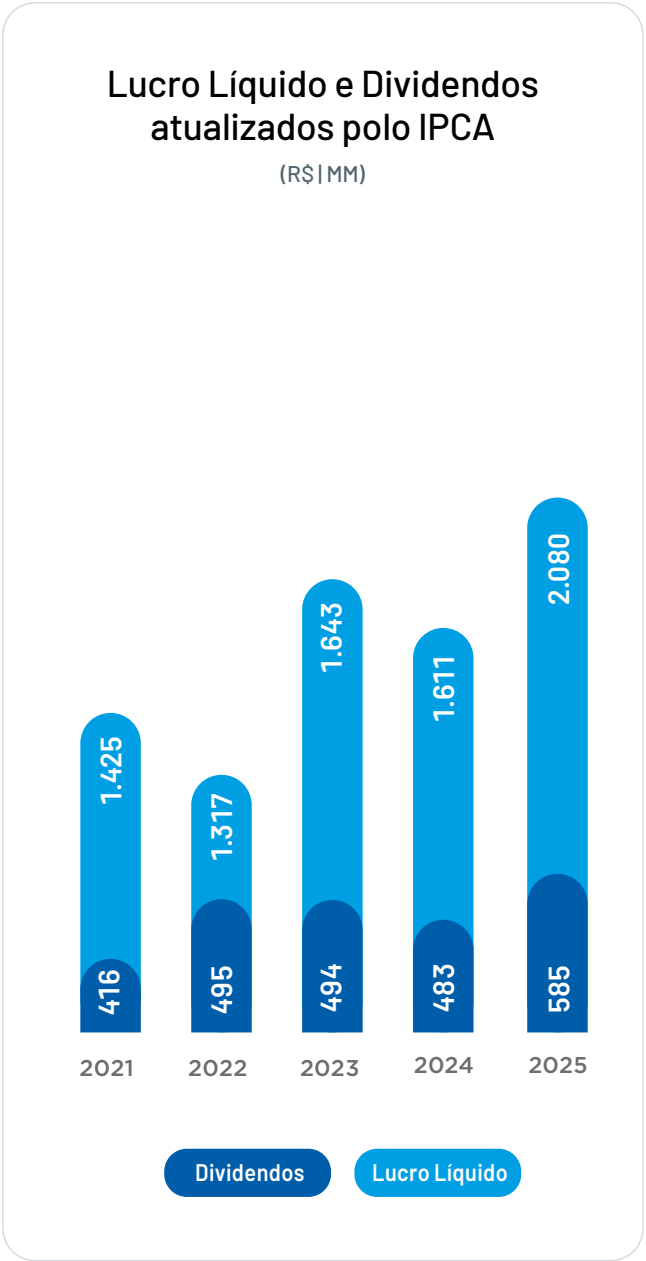
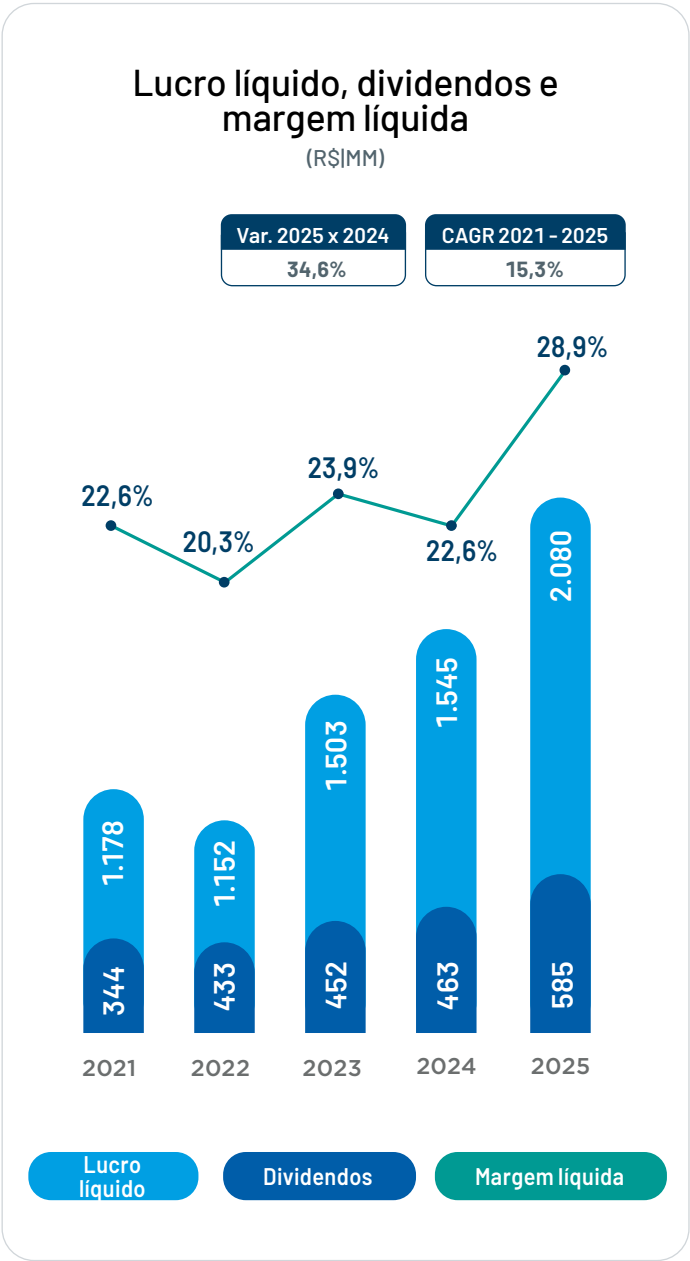
¹IPCA IBGE 2021: 10,06% | 2022: 5,79% | 2023: 4,62% | 2024: 4,83% | 2025: 4,26%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado

Lucro líquido e margem líquida

Em 2025, o lucro líquido atingiu R\$ 2,1 bilhões, representando um crescimento de 34,6% frente a 2024 e elevando a margem líquida para 28,9%. Além das atividades normais da Companhia, o desempenho foi afetado por eventos extraordinários, sendo eles: o reconhecimento da receita dos Precatórios decorrente do ganho da ação de imunidade tributária do IRPJ (R\$ 4,3 bilhões), constituição de Provisão de Passivo Regulatório (R\$ 3,3 bilhões) e registro de honorários advocatícios de êxito da ação do IRPJ (R\$ 129,1 milhões).

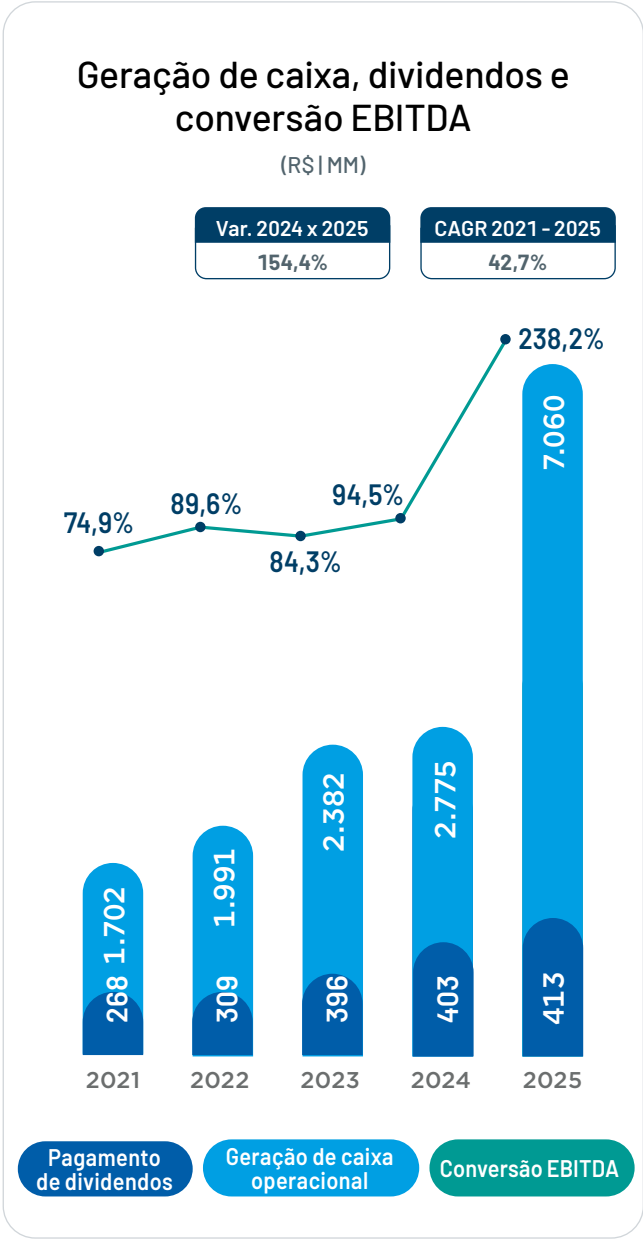


¹IPCA IBGE 2021: 10,06% | 2022: 5,79% | 2023: 4,62% | 2024: 4,83% | 2025: 4,26%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Geração de caixa operacional

As atividades operacionais da Sanepar registraram uma geração de caixa de R\$ 7,1 bilhões em 2025, montante 154,4% superior ao verificado em 2024. Esse desempenho de liquidez permitiu à Companhia efetuar o pagamento de R\$ 412,7 milhões em remuneração aos acionistas no período, mantendo o equilíbrio entre a execução do plano de investimentos e o retorno ao capital investido.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

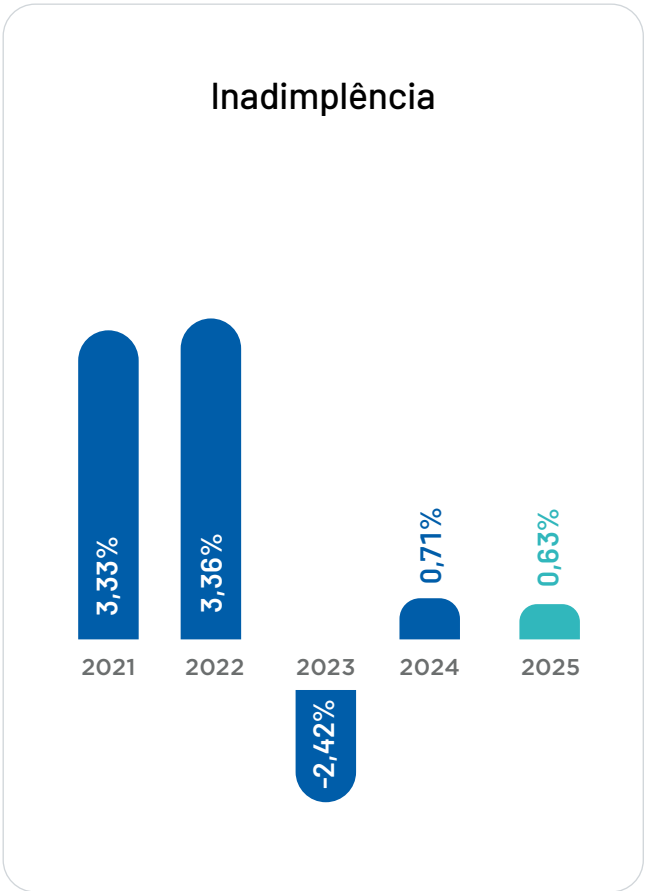
Inadimplência

Em 2025, a Sanepar alcançou uma redução de 0,08 p.p. no seu índice de inadimplência, que encerrou o exercício em 0,63%, relacionado com o fortalecimento dos mecanismos de recuperação de crédito, otimizando o capital de giro e reforçando a robustez financeira necessária para a manutenção das políticas de subsídio e inclusão social, mesmo diante de um cenário desafiador.

Esse desempenho foi sustentado por um crescimento de 3,6% na arrecadação total, impulsionado pela modernização dos meios de pagamento, com destaque para o PIX e pelo sucesso do programa “Água em Dia”, que negociou R\$ 129,3 milhões e seguirá vigente até maio de 2026. Para reduzir a inadimplência, a Companhia intensificou ações de cobrança que somaram 1,22 milhão de suspensões no abastecimento e 4,88 milhões de notificações, além de medidas coercitivas como negativações e protestos que recuperaram R\$ 157,2 milhões.

Como inovação do processo, além de disponibilizar o parcelamento em até três cartões pelo site, a empresa implantou o re-

cebimento de débitos via cartão diretamente com o agente comercial no ato da suspensão do serviço — iniciativa que já atende Curitiba, Região Metropolitana e Litoral, com previsão de expansão para todo o estado em 2026, facilitando a regularização imediata e evitando a interrupção do fornecimento aos clientes.



Solução completa para você

 **Parcelamento em até 12x**
Mais flexibilidade na hora de parcelar.

 **Segurança no pagamento**
Transações protegidas com máxima segurança.

 **Pagamento com até 3 cartões**
Use até três cartões na mesma transação.

 **Regularização de débitos**
Regularize seus débitos de forma rápida e segura.

 **Comprovante de pagamento**
Comprovante gerado na hora para sua segurança.

 **Facilidade no pagamento**
Opções flexíveis para te ajudar da melhor jeito.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Captação de recursos

A Sanepar capta recursos de terceiros junto a bancos públicos – como Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e ao mercado de capitais, com o objetivo de expandir a prestação dos serviços e manter a liquidez da Companhia.

Em 2025, foram realizadas as seguintes captações junto a instituições financeiras:

Caixa Econômica Federal: **R\$ 371,8 milhões.**

BNDES: **R\$ 123,5 milhões.**

Banco KfW: **R\$ 33,7 milhões.**

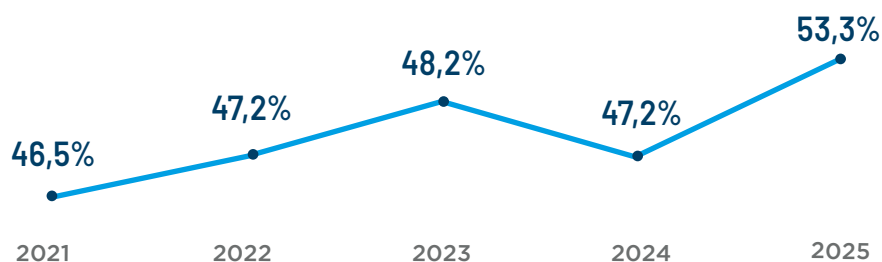
Banco do Brasil: **R\$ 375,0 milhões.**

No mês de agosto, a Sanepar concluiu a estruturação de captação de recursos no âmbito do Programa EcolInvest Brasil, por meio da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com distribuição privada, em complemento à estrutura de financiamento dos projetos da Companhia, no montante de R\$ 375 milhões, vinculada ao financiamento de projetos com critérios socioambientais, reforçando os compromissos da Companhia com a sustentabilidade e os ODS.

Endividamento

A Companhia encerrou o exercício de 2025 evidenciando elevada solidez patrimonial, com ativos totais de R\$ 26,5 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 12,3 bilhões. A estrutura de capital apresentou uma dívida total de R\$ 14,1 bilhões, resultando em um Índice de Endividamento sobre o Ativo de 53,3%.

Endividamento sobre o ativo (%)

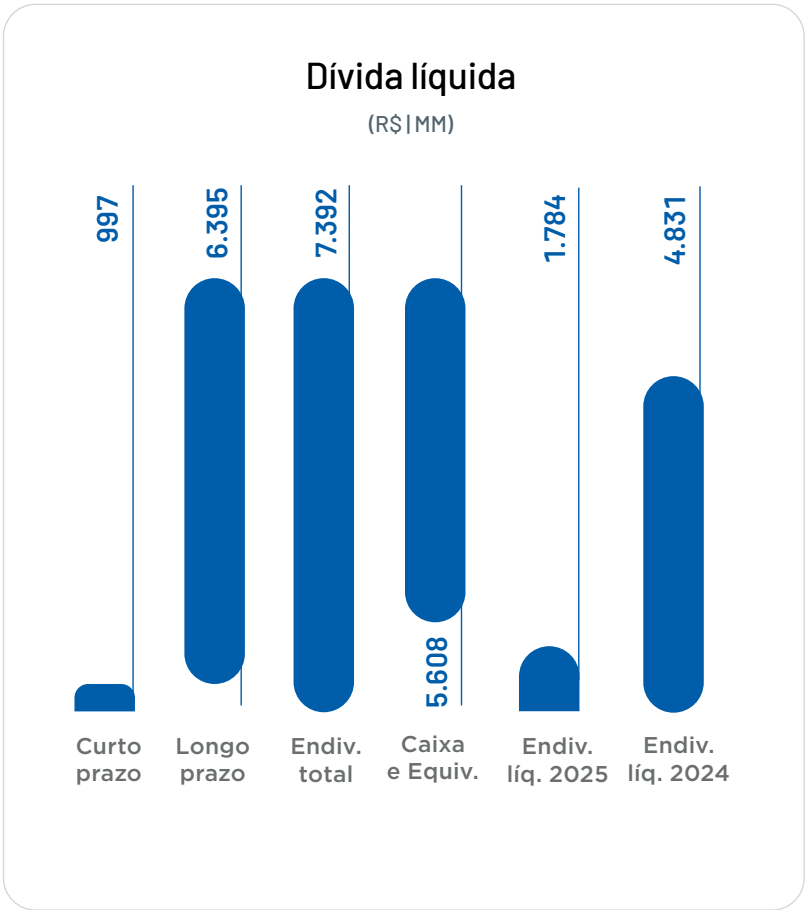


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

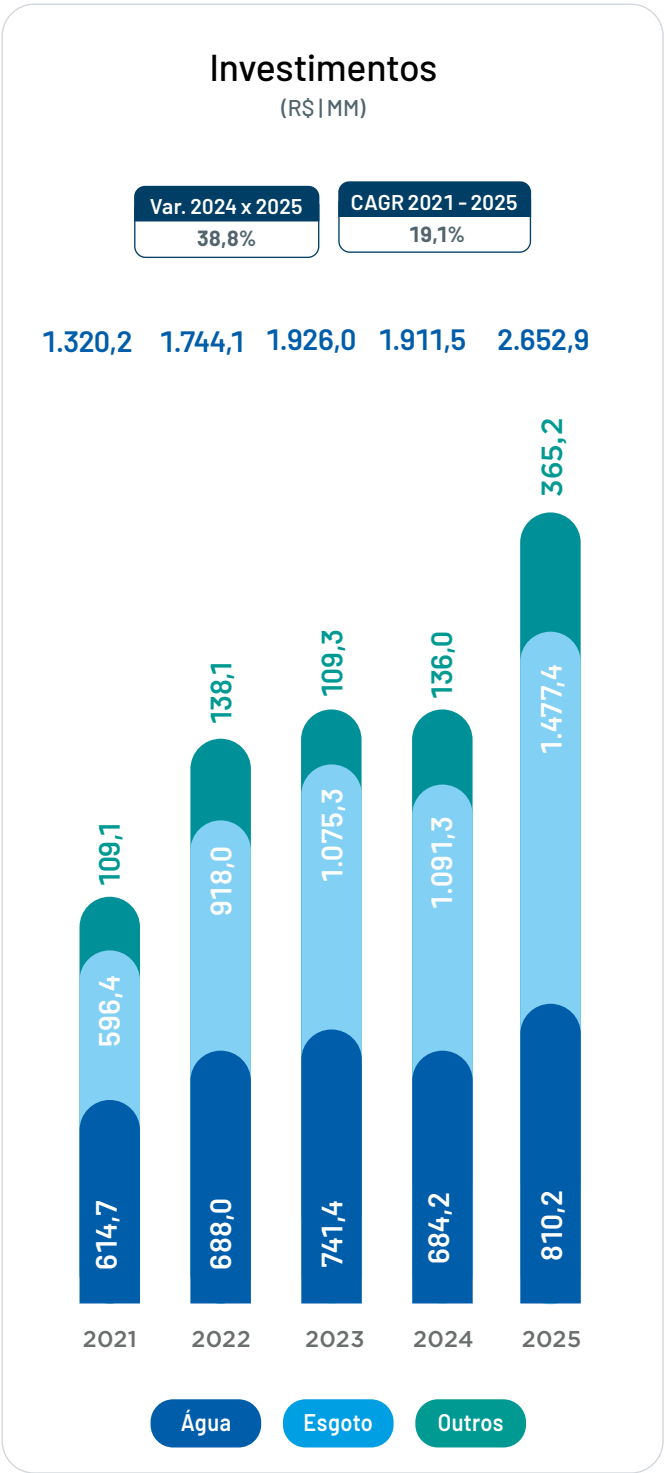
Dívida líquida

A dívida líquida da Companhia encerrou o exercício de 2025 em R\$ 1,8 bilhão, apresentando uma redução expressiva de 63,1% em comparação ao montante de R\$ 4,8 bilhões registrado ao final de 2024. Tal evolução na posição de liquidez decorre, primordialmente, do ingresso de recursos provenientes dos precatórios da ação judicial do IRPJ, os quais se encontram mantidos em aplicações financeiras de alta liquidez e segurança.

Consequentemente, o índice de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA, recuou de 1,6 vez em 2024 para 0,6 vez em 2025. Este patamar evidencia o elevado grau de solvência e a robusta capacidade de pagamento da Sanepar, garantindo a sustentabilidade financeira necessária para a continuidade do seu ambicioso plano de investimentos em saneamento básico.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Gerência Geral	Realizado 2025				
	Água	Esgoto	RSU	Outros	Total
Região Metropolitana e Litoral	368,2	500,8	-	65,7	934,7
Região Sudeste	144,0	140,0	-	-	284,0
Região Sudoeste	102,1	318,7	-	26,2	447,0
Região Nordeste	98,2	264,6	2,2	4,1	369,1
Região Noroeste	97,7	253,4	7,6	2,9	361,6
Dimensão estratégica	-	-	-	256,5	256,5
Total	810,2	1.477,5	9,8	355,4	2.652,9

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Contexto regulatório

A inserção da Sanepar em ambiente regulado ocorreu efetivamente no ano de 2017, com mudanças no seu sistema tarifário por meio da 1ª Revisão Tarifária Periódica (RTP). Este marco estabeleceu a transição para um modelo de regulação por incentivos, visando maior eficiência operacional.

Desde então a Companhia passou pela 2ª RTP, realizada em duas etapas sendo concluída em 2023, com revisão das metodologias que passaram a apresentar critérios mais rigorosos para a Base de Ativos e custos operacionais, e por ciclos de Reajustes Tarifários Anuais (IRT), todos sob metodologias estabelecidas pela Agência Reguladora do Paraná (Agepar).

Em 2025, a Agepar publicou a Nota Técnica 06/2025, que consolidou as metodologias de cálculo tarifário para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (3ª RTP) dos serviços de água e esgoto. Este documento definiu os resultados finais dos componentes do modelo econômico-financeiro, incluindo parâmetros para Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis, Custos Operacionais Eficientes (OPEX), Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) e a avaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Como resultado direto da 3ª RTP, a Agepar aprovou a tarifa básica média de R\$ 6,83/m³. Este valor representou um índice de correção inicial de 3,7753%, aplicado de forma linear sobre a estrutura tarifária vigente. O ajuste busca o equilíbrio entre a sustentabilidade financeira da Companhia para o cumprimento de suas metas de universalização e a modicidade tarifária.

No mesmo ano, o cenário regulatório foi impactado pela Lei Federal 14.898/2024, que instituiu as diretrizes nacionais para a Tarifa Social. Em atendimento a Lei Federal, a Agepar publicou a Resolução 36/2025, criando uma nova categoria de Tarifa Social de Água e Esgoto na estrutura da Sanepar. O benefício garante um desconto de 50% em relação à categoria residencial, aplicado à faixa de consumo fixa (primeira faixa), e o valor do metro cúbico correspondente é estendido aos primeiros 15m³ consumidos, e o início de vigência ocorreu em 15 de dezembro de 2025.

Para viabilizar a implementação dessa nova política social sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, houve uma readequação técnica. Para a manutenção da tarifa média vigente de R\$ 6,83/m³, as demais categorias da tabela tarifária sofreram uma ampliação de 2,7117%. Esse ajuste compensatório foi necessário para neutralizar o impacto da ampliação dos subsídios destinados aos usuários de baixa renda.



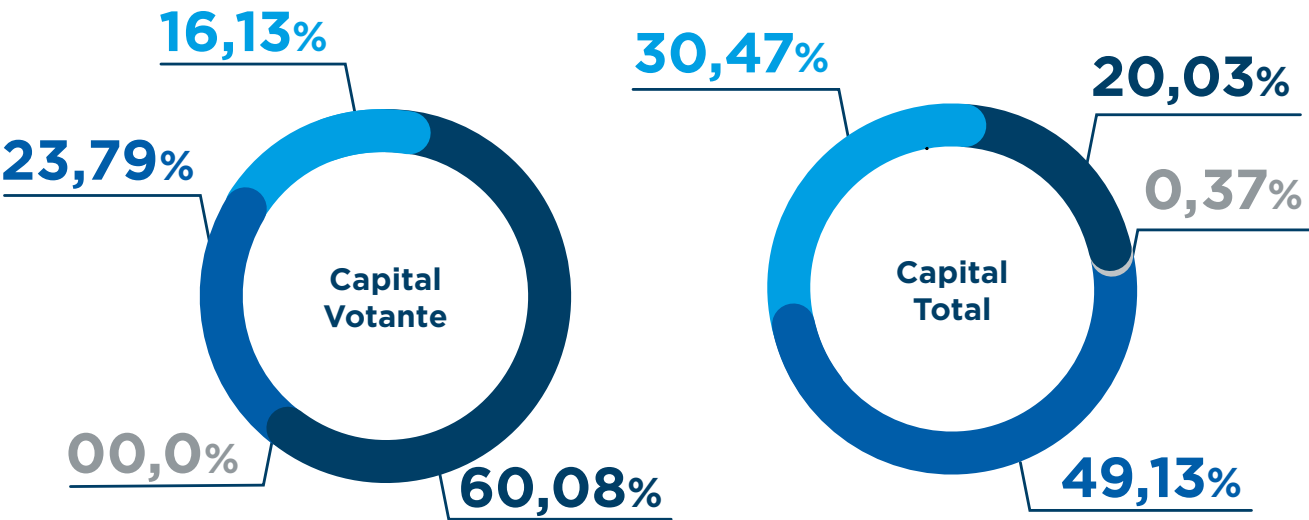
Foto: Edjane Madza / Marciano Cunha.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado de capitais

A composição acionária da Sanepar é constituída da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações			% de participação		Quantidade de Units	
	ON	PN	Total	Cap. Votante	Cap.Total	Units	%
Estado do Paraná	302.653.775	3	302.653.778	60,08%	20,03%	-	-
Municípios (70)	-	5.561.963	5.561.963	0,00%	0,37%	-	-
Outros Acionistas Nacionais (526.612)	119.843.250	622.619.984	742.463.234	23,79%	49,13%	69.985.163	47,11%
Outros Acionistas Estrangeiros (340)	81.238.234	379.288.310	460.526.544	16,13%	30,47%	78.565.283	52,89%
TOTAL (527.023 acionistas)	503.735.259	1.007.470.260	1.511.205.519	100,00%	100,00%	148.550.446	100,00%



● Estado do Paraná ● Municípios ● Acionistas Nacionais ● Acionistas Estrangeiro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho das Ações

Fatores estratégicos e cenário positivo de mercado consolidam a valorização das ações da Companhia em 2025.

O cenário positivo refletido pela valorização do IBOVESPA, o reposicionamento tarifário relativo à 3ª RTP, a manutenção da Companhia no ISE e sua inclusão no IBrX 100, são alguns dos elementos que impactaram positivamente a percepção dos investidores, resultando na valorização das ações da Companhia ao longo de 2025.

O valor de mercado da Companhia passou de R\$ 8,4 bilhões em dezembro de 2024 para R\$ 12,4 bilhões ao final de 2025.

As ações ordinárias (SAPR3) encerraram 2025 cotadas a R\$ 8,99, apresentando alta de 62,27% em relação ao fechamento 2024. As ações preferenciais (SAPR4) encerraram o ciclo a R\$ 7,80, apresentando uma valorização de 38,79% em relação ao exercício anterior. As Units (SAPR11), formadas por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais, chegaram ao fim de 2025 cotadas a R\$ 40,18, valor 44,58% superior ao do fim de 2024.

O volume financeiro de negócios com ações da Sanepar somou R\$ 12,6 bilhões em 2025.

Variação Cotação dos valores mobiliários da Sanepar em 2025

Tipos de ações	Data	Valor	Valor atual	Valor	Variação*
ON	28/12/2024	5,54	30/12/2025	8,99	62,27%
PN	28/12/2024	5,62	30/12/2025	7,80	38,79%
UNITS	28/12/2024	27,79	30/12/2025	40,18	44,58%
IBOVESPA	28/12/2024	120.283	30/12/2025	161.125	33,95%

Variação Cotação dos valores mobiliários da Sanepar em 2025

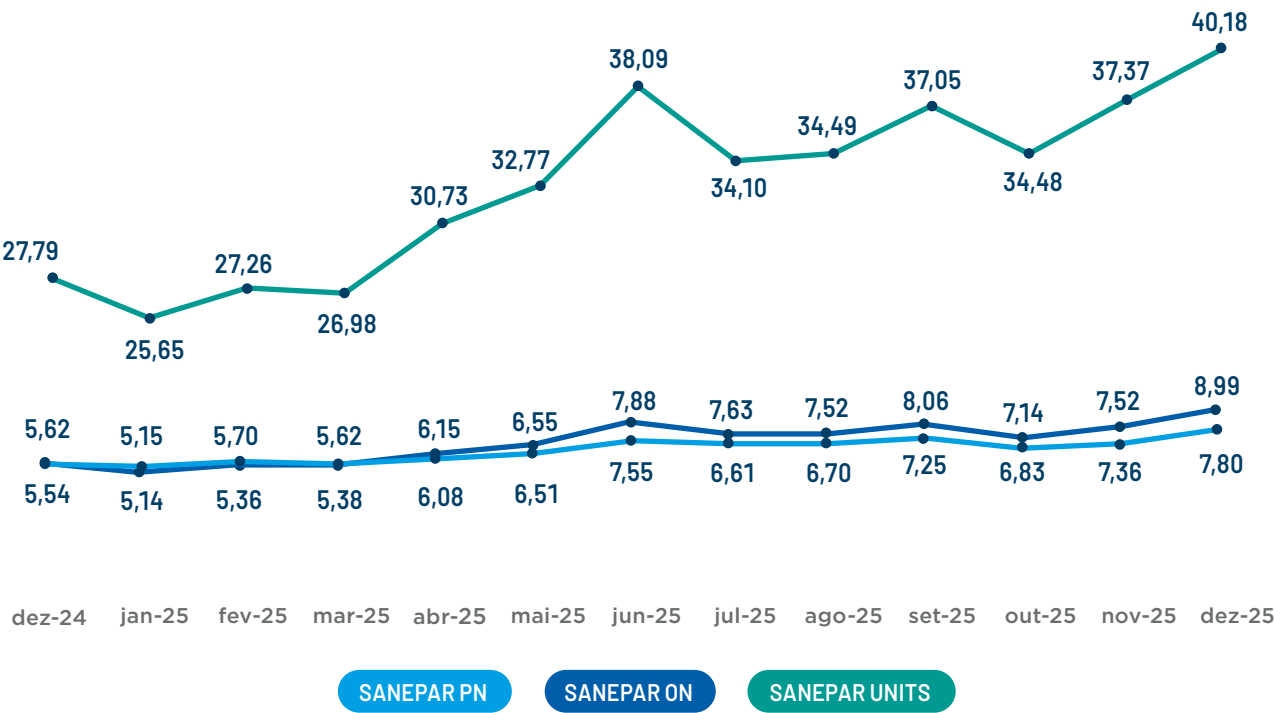
Fechamento Mês	SANEPAR ON	SANEPAR PN	SANEPAR UNITS	IBOVESPA
dezembro-24	5,54	5,62	27,79	120.283
janeiro-25	5,15	5,14	25,65	126.134
fevereiro-25	5,70	5,36	27,26	122.799
março-25	5,62	5,38	26,98	130.259
abril-25	6,15	6,08	30,73	135.066
maio-25	6,55	6,51	32,77	137.026
junho-25	7,88	7,55	38,09	138.854
julho-25	7,63	6,61	34,10	133.071
agosto-25	7,52	6,70	34,49	141.422
setembro-25	8,06	7,25	37,05	146.237
outubro-25	7,14	6,83	34,48	149.540
novembro-25	7,52	7,36	37,37	159.072
dezembro-25	8,99	7,80	40,18	161.125

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Sanepar integra, pelo terceiro ano consecutivo o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, relativo a critérios ASG, e é a Companhia com a melhor classificação na carteira no setor de utilidade pública – água e saneamento, dentre as que operam serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

Em Dezembro de 2025 foi divulgado novo Ranking do Carbon Disclosure Project (CDP). A Sanepar alcançou nota B na dimensão de Mudanças Climáticas e A- na dimensão de Segurança Hídrica.

Variação da cotação dos valores mobiliários da Sanepar em 2025



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sociedade

Em 2025, a Sanepar gerou um Valor Adicionado Total a Distribuir de R\$ 8,2 bilhões. Esse montante representa a riqueza distribuída à sociedade por meio da remuneração e benefícios a empregados, pagamento de tributos (municipais, estaduais e federais), remuneração de capitais de terceiros (juros e aluguéis) e remuneração aos acionistas.

Dos valores retidos pela Companhia, destaca-se a destinação de R\$ 1,5 bilhão para a Reserva de Lucro para Plano de Investimentos. Esse montante será integralmente aplicado na expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo diretamente para a meta de universalização dos serviços e para a melhoria dos indicadores de saúde pública e qualidade de vida em todo o Estado do Paraná.

Em 2025 a Sanepar distribuiu R\$ 8,2 bilhões à sociedade por meio de remuneração e benefícios a empregados, pagamentos de tributos, remuneração de capitais e terceiros e remuneração aos acionistas.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Remuneração aos Acionistas

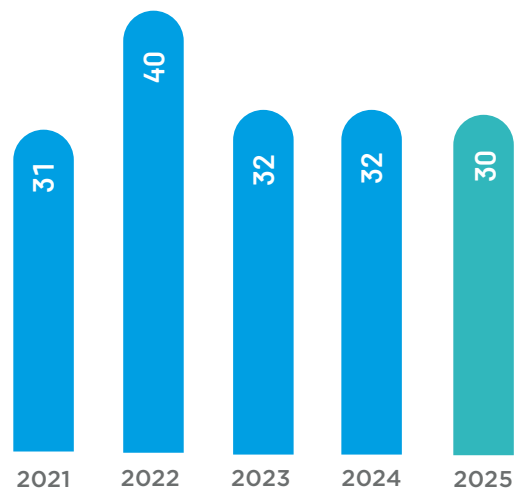
A Sanepar mantém, desde 2017, uma Política de Dividendos em linha com os preceitos legais, que estabelece os limites e critérios de remuneração aos acionistas por meio da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) que, por sua vez, são atribuídos aos dividendos correspondentes à parcela do lucro líquido da Companhia. Já seu Estatuto Social, cuja última alteração ocorreu em setembro de 2025, prevê que a parcela referente ao dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado, em linha com o art. 202 da Lei 6.404/1976.

A remuneração aos acionistas, portanto, é atribuída com base na posição acionária dos meses de junho e dezembro de cada exercício, e as negociações posteriores ao crédito são consideradas ex-dividendos. A remuneração conferida às ações preferenciais é 10% superior à atribuída às ações ordinárias.

Em 28 de abril de 2025, em cumprimento à deliberação da 61ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 462,9 milhões referentes aos proventos do exercício de 2024. Relativamente ao exercício de 2025, a Administração propõe a distribuição de R\$ 585,3 milhões,

montante na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Esta proposta equivale a 29,62% do Lucro Líquido Ajustado do período. O respectivo pagamento deverá ocorrer no prazo de até 60 dias após a aprovação das contas de 2025 pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2026.

Pay-Out¹



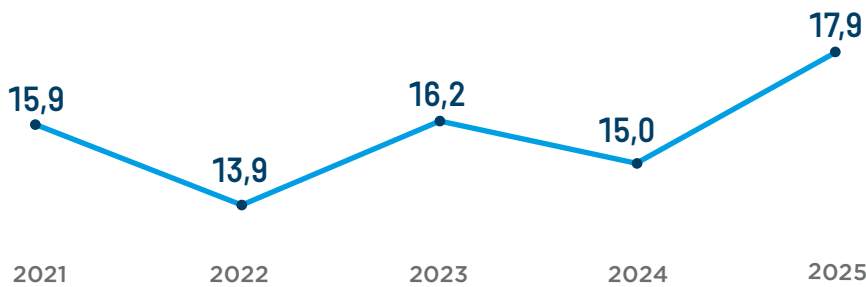
¹Pay-Out: percentual de distribuição de lucro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

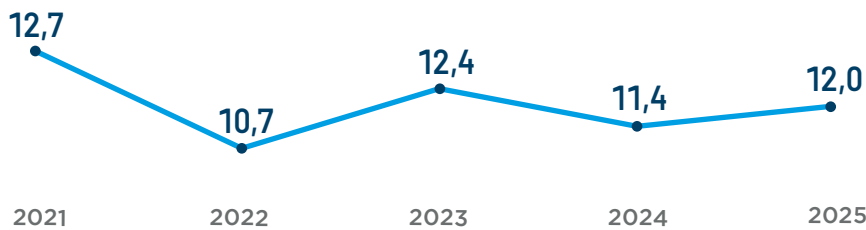
Rentabilidade

No âmbito da rentabilidade, a Companhia registrou avanços expressivos nos indicadores de retorno. A Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) atingiu 17,9% em 2025, representando um incremento de 2,9 p.p. frente aos 15,0% verificados em 2024. Paralelamente, o Retorno sobre o Capital Investido (ROIC) evoluiu de 11,4% no exercício anterior para 12,0% em 2025, refletindo o impacto positivo da performance operacional e da gestão de ativos sobre o capital empregado.

Rentabilidade sobre o patrimônio líquido (%)



Retorno sobre o capital investido (%)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relacionamento com Clientes

A Sanepar possui uma estrutura tarifária específica para cidades do litoral que prevê uma tarifa aumentada em 20% nos meses de dezembro a março, e reduzida em igual percentual nos meses de abril a novembro no consumo excedente a 5 m³ por economia. A tarifa para micro e pequeno comércio é destinada aos clientes com atividades comerciais isentas de ICMS, com inscrição no Simples, na condição de micro e pequena empresa, microempreendedor individual ou a clientes que executam atividades de prestação de serviços com alvará da Prefeitura Municipal. O imóvel comercial cadastrado nesta categoria, passa a pagar uma tarifa mínima que corresponde ao valor da tarifa mínima da categoria residencial, obtendo um benefício próximo dos 45% de abatimento. A tarifa para entidades assistenciais atende clientes que exercem atividades assistenciais, sem fins lucrativos. Esta tarifa é minorada em 50% no consumo excedente a 5 m³.

O programa Água Solidária representa um investimento da Sanepar na saúde da população paranaense, pois possibilita o acesso de famílias de baixa renda ao saneamento básico, com melhoria da qualidade de vida por meio da universalização do saneamento ambiental. O programa atende os clientes com renda familiar de até 2 salários mínimos ou, no máximo, meio salário mínimo por pessoa; imóvel residencial com área de até 70 m² de área construída e consumo mensal de água de até 10 mil litros (10 m³).

Outro destaque é o Programa Caixa d'Água Boa, voltado à inclusão social, realizado em parceria com o Governo do Estado e os municípios. Desde sua criação, em 2017, foram beneficiadas cerca de 11.000 famílias em situação de vulnerabilidade social, com a entrega de reservatórios e kits de instalação que asseguram o direito ao armazenamento de água potável nos domicílios.

Além disso, existe uma iniciativa social que isenta a cobrança da primeira ligação de esgoto para clientes residenciais em municípios que ainda não alcançaram 90% de cobertura de saneamento básico.

O Programa Sanepar Rural, que permite o acesso de milhares de famílias do campo à água potável, foi recentemente reconhecido com o Prêmio Boas Práticas, na categoria Segurança Hídrica, pelo Pacto Global da ONU.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Programa Sanepar Rural encerrou 2025 com 35 parcerias celebradas e R 8 3 milhões investidos, levando água potável a 4 193 famílias (cerca de 16 772 pessoas) O planejamento para 2026 2030 prevê R 70 milhões em novos aportes, expandindo a atuação para aldeias indígenas e comunidades quilombolas A iniciativa reforça o compromisso da Sanepar em levar o saneamento a todas as realidades do campo.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sustentabilidade

A sustentabilidade é fundamental para o core business da Companhia, uma vez que a atividade de saneamento está diretamente relacionada à água e ao meio ambiente, onde ocasiona impactos tanto positivos quanto negativos relacionados à preservação na natureza e às obras de abastecimento em áreas cada vez mais urbanizadas. Os

aspectos sociais, por sua vez, promovem a saúde da população através de qualidade e do tratamento de esgoto dentro dos padrões legais e regulatórios. Mediante pagamento de tarifas adequadas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Principais ações desenvolvidas em 2025

A Sanepar ficou entre as 50 empresas mais relevantes do Brasil na Agenda ASG – Anuário de Integridade ESG 2025, produzido pela Insight Comunicação, publicado em agosto de 2025. No pilar Ambiental, o Anuário citou a limpeza diária de 48 quilômetros das praias no litoral do Paraná durante o verão e a exposição interativa Planeta Água, instalada no Museu do Saneamento, antiga Estação de Tratamento de Água Tarumã, a primeira do Estado.

Em relação a gestão de resíduos gerados pelos processos da Companhia, em 2025, foram reciclados na agricultura 27.200 toneladas de lodo (higienizado), gerado a partir do tratamento do esgoto em cerca de 40 Unidades de Gerenciamento de Lodo (UGLs) de Estações da Sanepar. O produto final (biossólido) fornecido pela Sanepar (gratuitamente) beneficiou 183 agricultores do Estado do Paraná, promovendo a correção de solo e aporte de nutrientes e matéria orgânica para diversas culturas, como soja, milho, café, trigo, entre outras.

A Companhia também desenvolve o Inventário dos Gases de Efeito Estufa, trabalho realizado há mais de 15 anos e que monitora a emissão destes gases, além de funcionar como um indicador de boa performance no tratamento do esgoto.

A Empresa mantém, pelo quarto ano consecutivo, zero não conformidades, como atestado por certificadoras distintas no sistema de Gestão Ambiental. Em especial, com certificados ISO 14001 no Aterro Sanitário de Cianorte e, desde 2019, nos sistemas de água e de esgoto de Foz do Iguaçu.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Sanepar iniciou a implementação do Programa Água Segura em 2019, com o objetivo de consolidar suas ações de gestão de riscos, de modo que seja possível, com apoio das parcerias, o planejamento, o monitoramento e o fortalecimento destas ações, refletidas na melhoria da gestão integrada dos recursos hídricos.

Em 2025, a parceria da Sanepar com o IDR para o desenvolvimento de metodologia de manejo sustentável de sistemas de produção agropecuário em microbacias selecionadas entrou em sua segunda fase, gerando pré-diagnóstico para 27 bacias de manancial. Além disso, desenvolveu o guia e o manual do programa para apoio aos extensionistas, que atuarão em 125 propriedades de referência dentro destes mananciais. Pretende-se, por meio de técnicas de manejo de solo, promover a conservação de solo e água nas áreas agrícolas do território paranaense, entre outros objetivos.

A Companhia contratou a UFPR para criar a metodologia e fazer a gestão da água subterrânea do Estado, utilizada para abastecimento. O projeto visa analisar a qualidade e quantidade de água nos aquíferos utilizados a fim de direcionar estrategicamente suas ações de captação.

Além disso, o desenvolvimento dos Planos de Manejo das Áreas de Proteção Ambiental (APA) da RMC, apoiando a proteção das áreas produtoras de água do SAIC. O plano estabelece normas, diretrizes e forma de gestão destas unidades de conservação, a fim de proteger os recursos hídricos. Em 2025, foram realizadas 15 oficinas participativas com a presença de mais de 250 pessoas.

Em parceria com o IDR, foi gerado um pré-diagnóstico para 27 bacias de manancial.

Obtenção de licenciamento ambiental para obras estratégicas como: implantação de sistema de aproveitamento energético de biogás e secagem térmica do lodo na ETE Sul de Londrina; anuência do Ibama e Autorização de Supressão de Vegetação para o reservatório da Barragem do Miringuava e acessos no entorno, em São José dos Pinhais; implantação de tratamento por lodos ativados na ETE Biguaçu de Apucarana; implantação de novos SES em Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Itapejara do Oeste, Juranda, Missal, Nova Prata do Iguaçu, Paulo Frontin, Ramilândia, Roncador e Serranópolis do Iguaçu.

Em 2025, foram contabilizados mais de 88 mil participantes, entre quase 70 mil abordagens domiciliares de sensibilização, orientação e vistorias técnicas, e outras 444 ações em 54 municípios como: capacitações, oficinas das mais variadas temáticas, visitas mediadas, palestras, projetos especiais e reuniões comunitárias e de grupos gestores.

Entre todas estas ações promovidas pela Intervenção Socioambiental, uma iniciativa que tem recebido destaque é o Jardim de Água e Mel. Desde o início da primeira implantação, em 2021, a Sanepar já instalou, por meio do Projeto Jardins de Água e Mel, 113 jardins e 608 colônias de abelhas sem ferrão, em 31 municípios do Paraná e em Porto União (SC). Estima-se que o projeto tenha gerado benefícios diretos para 2.334

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

alunos das instituições de ensino que receberam essa ferramenta de apoio às atividades de educação ambiental. De janeiro de 2024 a junho de 2025, o projeto contribuiu com 47 novos Jardins de Água e Mel e 111 colmeias de abelhas nativas instaladas.

Essa iniciativa é um importante aliado na promoção da biodiversidade e na conscientização da comunidade sobre a preservação dos recursos naturais, e ilustra bem como a Sanepar integra a agenda ambiental à sua responsabilidade corporativa, promovendo um legado sustentável que beneficia diretamente o meio ambiente e a formação dos estudantes. O Jardins de Água e Mel também incentiva o plantio de espécies vegetais nativas e dialoga sobre a segurança alimentar e nutricional na produção de alimentos.

A Sanepar demonstra um firme compromisso com o desenvolvimento sustentável. Como signatária do Pacto Global das Nações Unidas, a Companhia adota integralmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), trabalhando ativamente para o cumprimento de suas metas e para a disseminação e promoção da Agenda 2030.

A contribuição da Sanepar para os ODS se manifesta também em programas específicos, como o Água Solidária, quanto na forma como a Companhia conduz suas atividades cotidianas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. A Empresa prioriza estrategicamente e reconhece que os 17 objetivos da ONU são igualmente importantes e intrinsecamente ligados. No entanto, para otimizar a abordagem e facilitar a internalização de suas



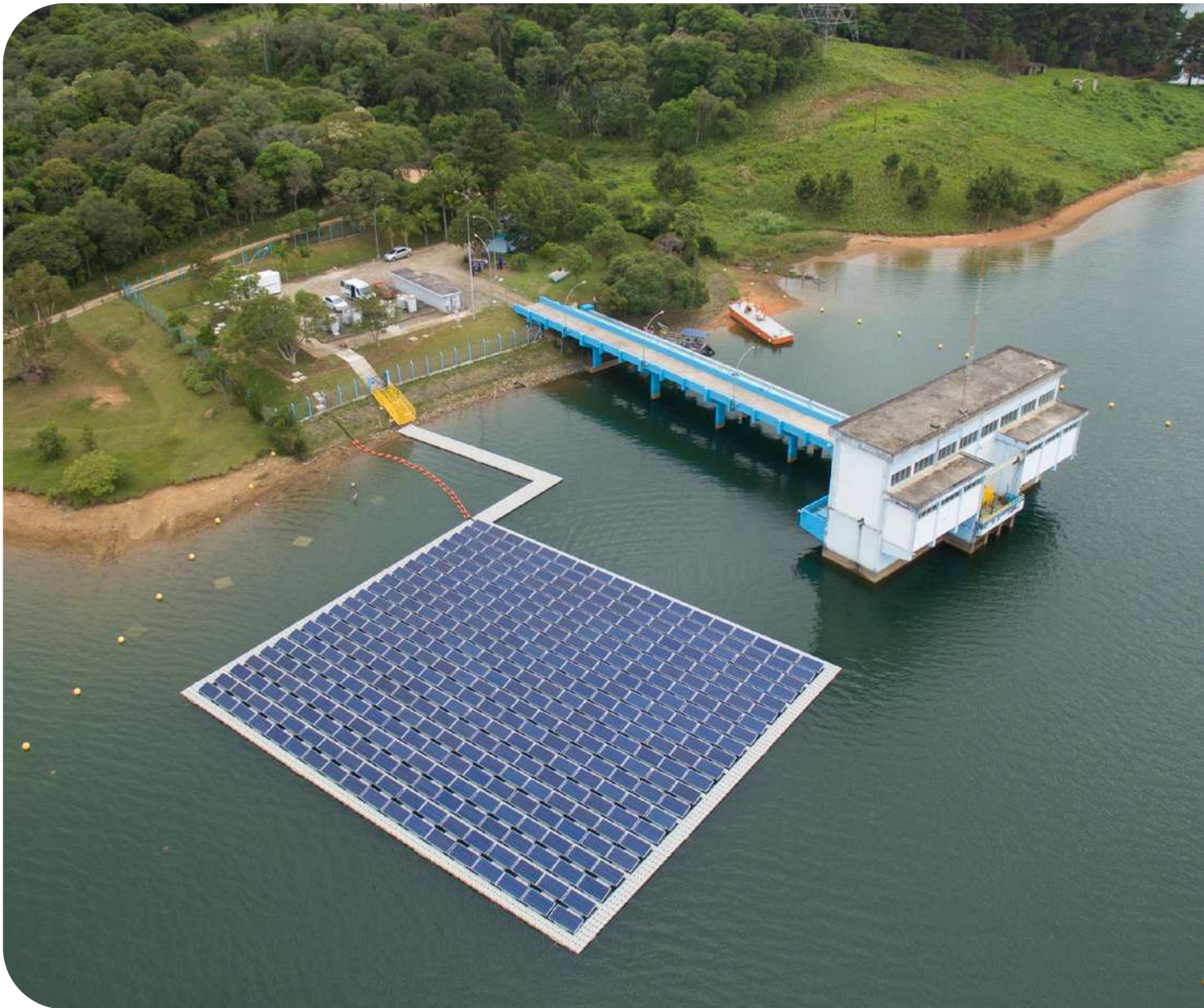
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

metas, a Companhia revisou sua estratégia e, para o período a partir de 2025, elegeu como prioritários os seguintes ODS:

A definição de prioridades, realizada com a participação de representantes de todas as diretorias da Companhia, permite orientar os investimentos, ações e programas, estabelecendo um caminho possível para alcançar as metas da Agenda 2030 com

responsabilidade, consistência e geração de valor para os acionistas, os empregados e a sociedade.

Anualmente, a Sanepar publica informações socioambientais no Relato Integrado, seguindo a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI).



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Capital Humano

A Sanepar manteve seu compromisso com a valorização das pessoas, investindo em ações humanizadas e programas voltados à segurança, saúde e bem-estar. O objetivo central permanece a consolidação de um ambiente de trabalho cada vez mais saudável e seguro. Em 2025, a equipe Sanepar demonstrou resiliência e eficiência, superando desafios e garantindo resultados sólidos para a Companhia.

Um marco importante do ano foi a homologação, em abril, do resultado do Concurso Público iniciado em 2024. O certame, que atraiu 56.392 inscritos para 102 vagas iniciais e cadastro de reserva, destacou-se pelo seu caráter social e inclusivo. De forma inédita no país, a Sanepar previu cotas sociais para mulheres vítimas de violência doméstica, além de manter e reforçar as cotas para pessoas com deficiência (PcD) e pessoas negras.

Como resultado prático dessa estratégia de renovação, em 2025 foram admitidos 482 novos empregados, convocados a partir do cadastro de reserva para atuar em diversas regiões do Estado. Simultaneamente ao ingresso de novos talentos, a Companhia concluiu o ciclo do Plano de Demissão Voluntária (PDV), com o desligamento de 527 empregados. O número de novas admissões (482) quase se equiparou ao volume de desligamentos pelo plano, garantindo a continuidade operacional e a oxigenação do quadro funcional.

A Sanepar reitera sua profunda gratidão à trajetória desses profissionais. Como forma de reconhecimento, ofereceu benefícios e suporte financeiro, assegurando que o encerramento de suas carreiras na empresa ocorresse de forma justa, respeitosa e com o apoio necessário para o planejamento de seus próximos passos.

Clima organizacional

Em 2025, a Sanepar avançou significativamente na gestão de seu Capital Humano ao fundamentar suas ações em um diagnóstico abrangente de cultura organizacional e no fortalecimento do engajamento interno, compreendendo o clima como um facilitador essencial para a sustentabilidade do negócio. Por meio de uma metodologia que integrou a participação de 42% do quadro funcional e de toda a Diretoria Executiva, a Companhia mapeou sua identidade corporativa, evidenciando um elevado senso de orgulho pelo propósito público e pela excelência técnica.

Esse estudo permitiu a estruturação de um plano de ação estratégico focado no fortalecimento da transparência, no desenvolvimento de lideranças e na modernização de processos para maior agilidade operacional. Esse compromisso com a escuta ativa foi reforçado pelos resulta-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

dos da Pesquisa de Clima, que contou com a adesão de 74% dos colaboradores — superando a meta de 70% — e atingiu um índice médio de satisfação de 77,36%, com destaques expressivos para os indicadores de satisfação específica (84,27%), respeito (83,05%) e imagem e rumo da Sanepar (82,15%).

Além das inovações na pesquisa, como o item “Saiba Mais” para reflexão dos empregados, a Companhia garantiu que 100% dos novos admitidos participassem do treinamento “Estação de Embarque” logo em sua primeira semana. Realizado na Sede da empresa, o evento assegurou uma base técnica e cultural uniforme para todos os novos profissionais, eliminando disparidades na recepção e fortalecendo o alinhamento estratégico desde o início da trajetória na organização, contribuindo para o início de uma transformação cultural.

A Política de Gestão de Pessoas da Sanepar atua como elo estratégico entre a cultura empresarial e o perfil de seu corpo funcional, fundamentando-se em princípios que promovem um ambiente de trabalho seguro, saudável, inspirador e inovador. Adicionalmente, a Companhia demonstra seu compromisso por meio de acordos coletivos de trabalho e de diretrizes internas que asseguram a definição clara de benefícios sociais e trabalhistas, além de ações afirmativas essenciais para garantir o respeito mútuo e mitigar passivos trabalhistas. Em 2025, essa estratégia consolidou a valorização do conhecimento e o respeito à pluralidade, diversidade e equidade, garantindo igualdade de oportunidades em todas as esferas. Como reflexo prático dessa visão, a Empresa realizou a Semana do Bem-Estar Comvida, iniciativa que adota uma abordagem integral do ser humano nas dimensões física, emocional, mental, espiritual e sociocultural. O programa promoveu o desenvolvimento de competências socioemocionais críticas — como inteligência emocional, resiliência e gestão da mudança — fundamentais para o fortalecimento do clima organizacional e da produtividade sustentável.

Complementarmente à promoção do bem-estar, a Sanepar avançou na consolidação de uma cultura de segurança robusta. Após a conclusão de um diagnóstico comportamental iniciado em 2024 — que envolveu 1.021 entrevistas individuais e representou 31,01% do quadro funcional —, o ano de 2025 marcou a transição para a fase de capacitação prática. Nesse período, a Companhia alcançou a formação de 100% da equipe do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) e concluiu o primeiro módulo de treinamento para as lideranças formais. Este ciclo de desenvolvimento terá continuidade em 2026 com os módulos avançados para líderes e a estruturação do Plano de Transformação Cultural (PTC). Paralelamente, foi elaborada a nova Política de Saúde e Segurança do Trabalho, que entrará em vigor em 2026 com foco na integridade física e mental, na prevenção de doenças ocupacionais e na aderência às melhores práticas de mercado, reforçando a segurança como um valor inegociável da cultura sanepariana.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diversidade, equidade e inclusão

A Sanepar consolida a diversidade como um pilar estratégico para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e justo, refletindo diretamente seus valores de respeito e equidade. Para assegurar a efetividade dessa visão, a Companhia mantém o Comitê Existir, órgão responsável por gerir as demandas corporativas e garantir o pleno cumprimento da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I). Em 2025, esse compromisso ganhou ainda mais relevância durante a Semana da Integridade Sanepar, que dedicou sua programação dinâmica ao pilar de Diversidade do Programa de Integridade da Companhia. O evento promoveu reflexões fundamentais sobre a valorização da diversidade humana, contando com a participação inspiradora de palestrantes com deficiência (PcD), e sediou o Painel “Cultura e Diversidade”. O debate focou no combate incisivo ao preconceito e à discriminação, reforçando a importância da pluralidade cultural e da valorização das diferenças como elementos indissociáveis da excelência técnica e da sustentabilidade institucional da Sanepar.

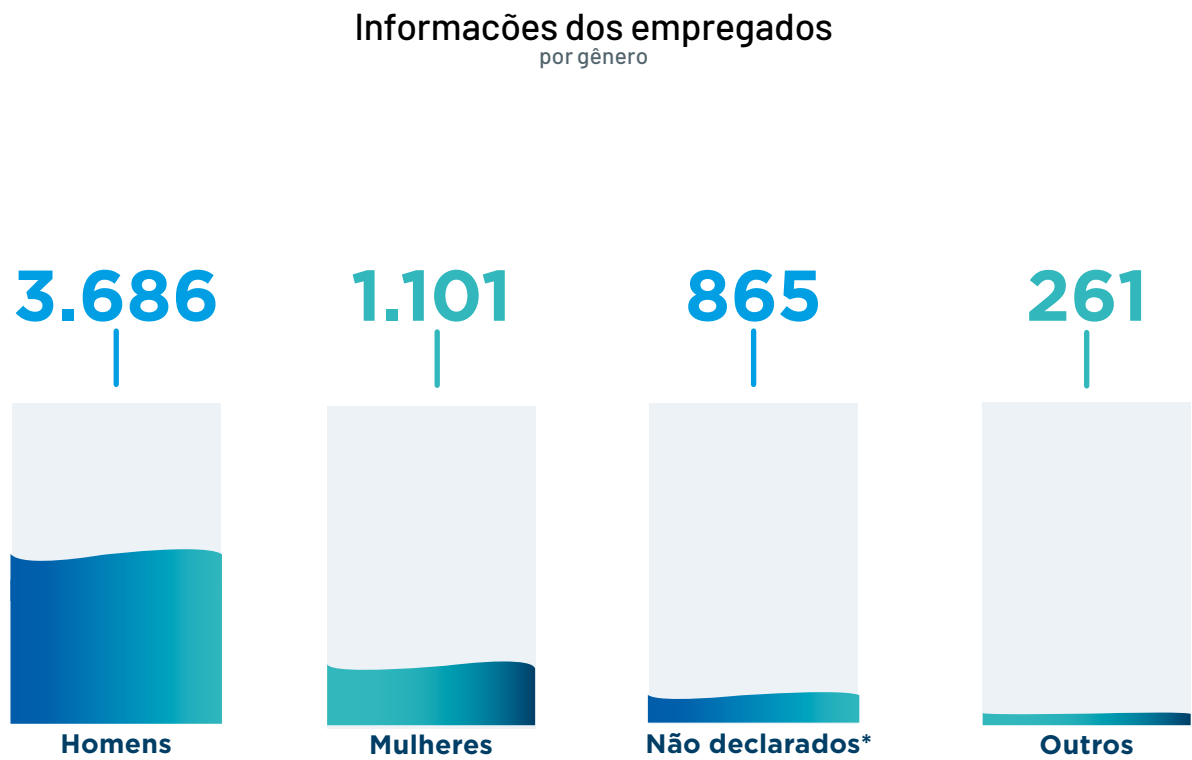
Em 2025, a Semana da Integridade Sanepar ofereceu uma programação dinâmica, com foco central no pilar de Diversidade do Programa de Integridade da Companhia.

O evento contou com a participação inspiradora de uma palestrante PcD, que abordou a valorização da diversidade humana. O Painel “Cultura e Diversidade”, promoveu um debate sobre o combate ao preconceito e à discriminação, valorização das diferenças e promoção da diversidade cultural.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O perfil dos empregados da Sanepar está apresentado a seguir:

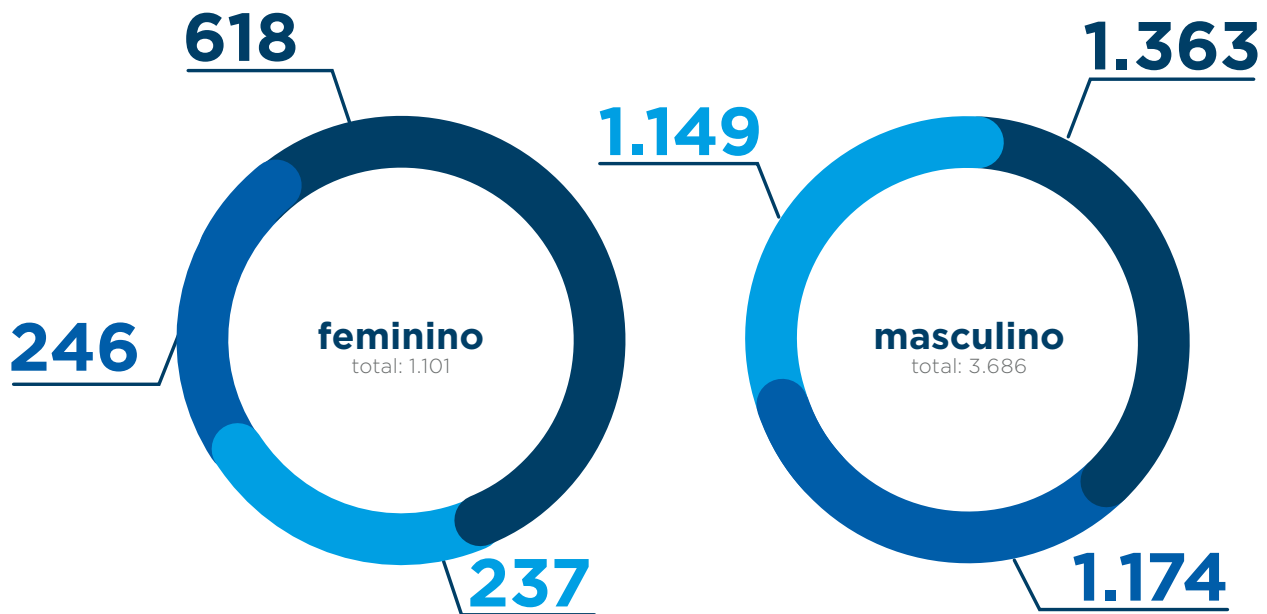


*A Sanepar passou a atualizar o cadastro do gênero, passando a ter os dados com a realidade atual.

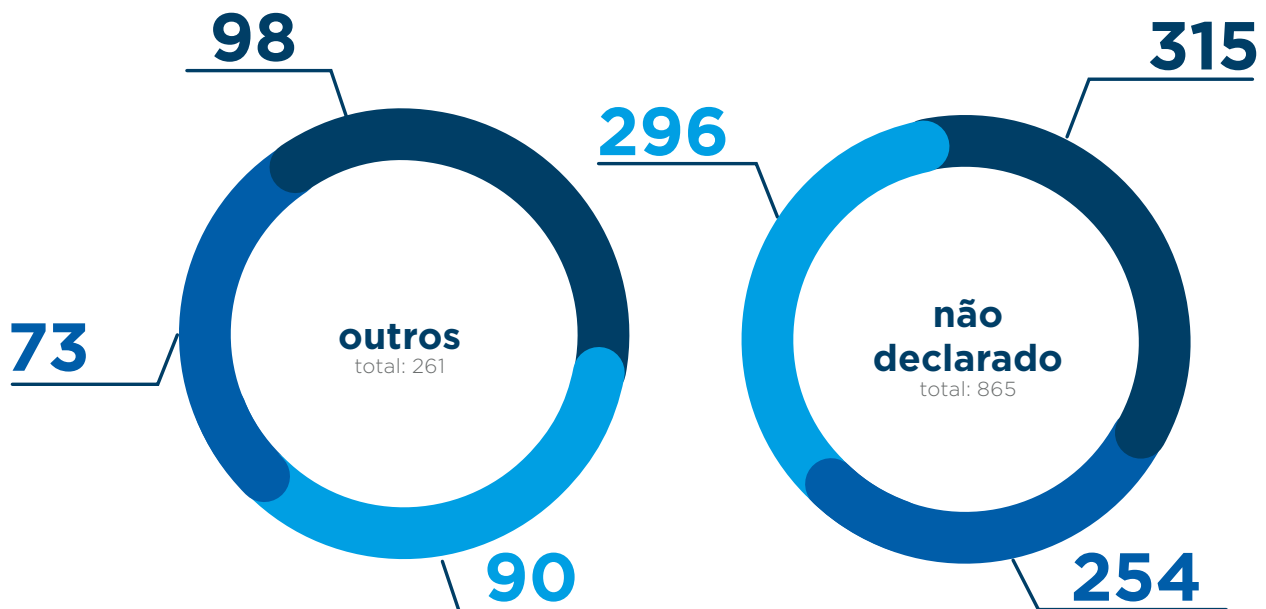


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Distribuição geográfica por Microrregião



● Central-Litoral ● Oeste ● Centro-Leste



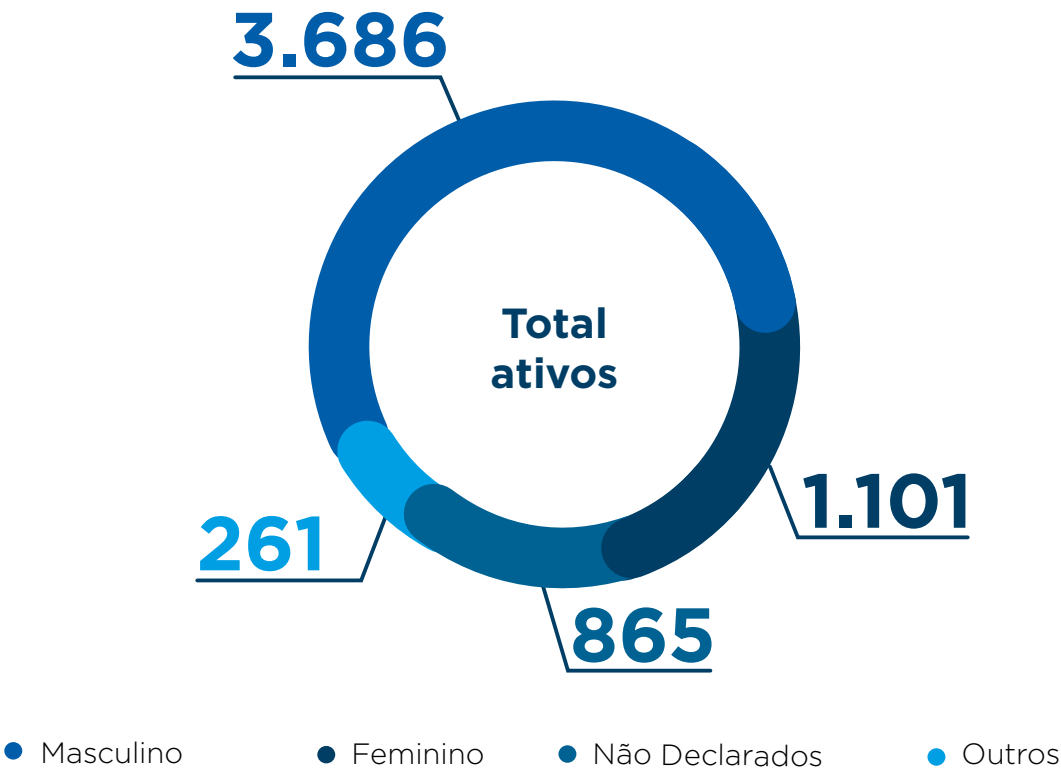
● Central-Litoral ● Oeste ● Centro-Leste

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gráfico escolaridade

 Feminino	 Masculino		Não declarado	Outros
0	6	Ensino Fundamental Incompleto	2	2
0	6	Ensino Fundamental	6	1
183	1.087	Ensino Médio	395	113
144	661	Ensino Médio Técnico	178	55
326	1.123	Ensino Superior	186	54
383	716	Especialização	86	35
59	81	Mestrado	10	1
6	6	Doutorado e Pós-Doutorado	2	0

Gráfico de empregados por gênero



A Sanepar atualizou o cadastro do gênero, passando a distribuir os númeors relativos ao Capital Humano por Microrregiões, instituídas por Lei Complementar Estadual para regionalizar a prestação de serviços de água e esgoto no Paraná.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gráfico funções de liderança

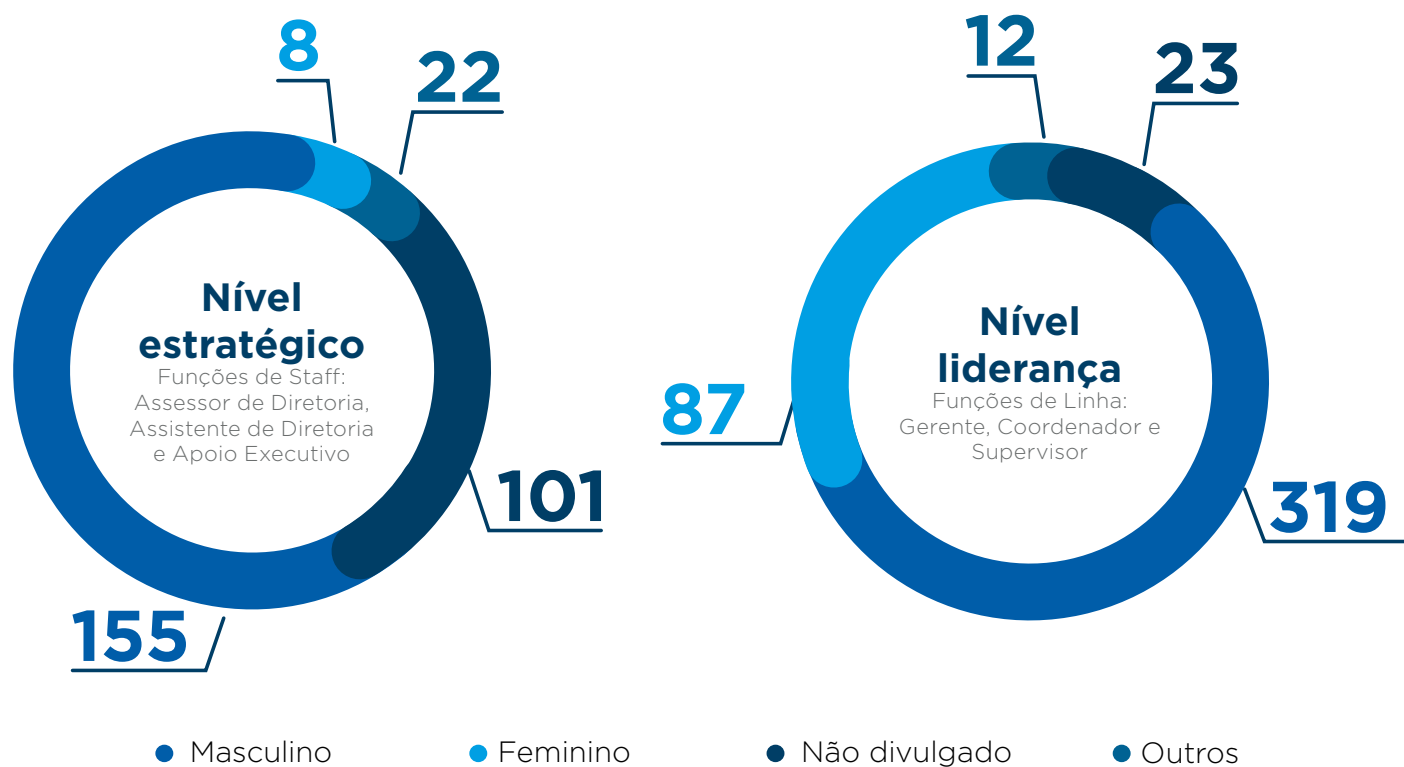
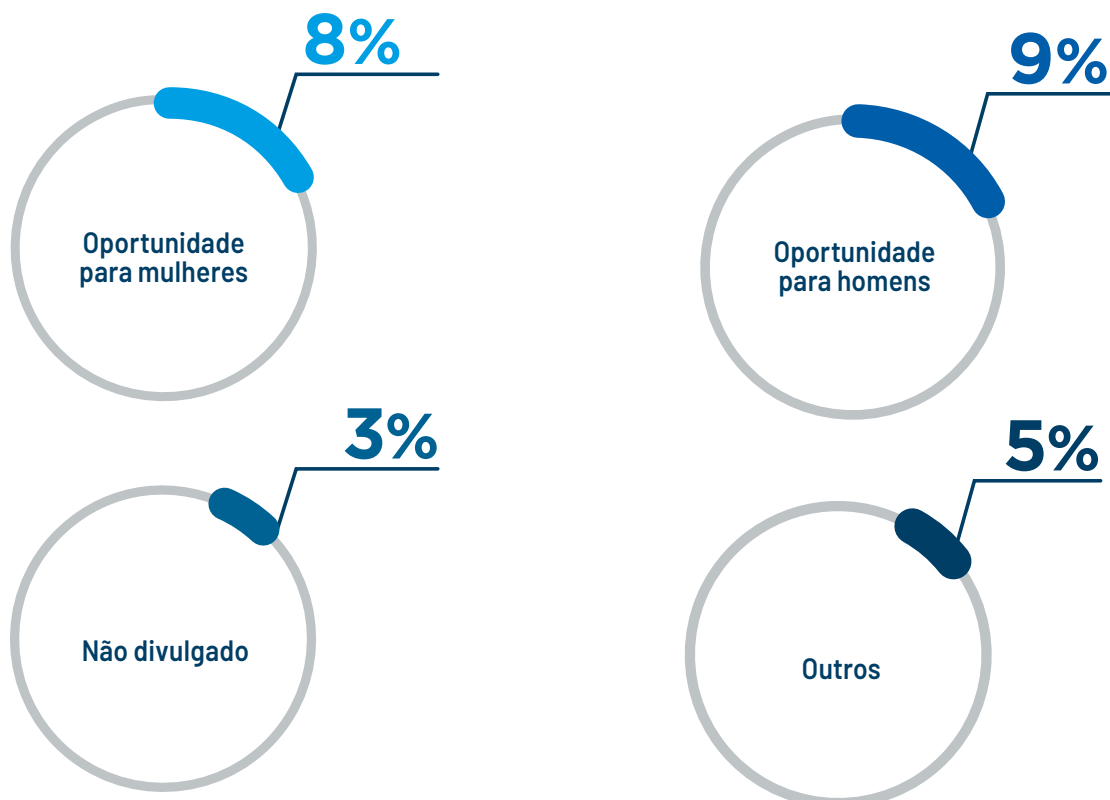


Gráfico Índice de Oportunidade – mulheres x homens



Oportunidade: Significa o total de empregados feminino/masculino/não divulgado e outros, que ocupam funções de liderança ou estratégica, quando comparado com o grupo total.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estratificação por sexo (mulheres e homens)

Novas contratações 2025	Total	%
Mulheres	114	24%
Homens	368	76%
Total	482	

Total por cargo	2024				
	Total	Mulheres	%	Homens	%
Operacional	4.058	725	18%	3.333	82%
Técnico	805	169	21%	636	79%
Superior	552	177	32%	375	68%
Funções gratificadas	632	209	33%	423	67%
Total	6.047	1.280	21%	4.767	79%

Total por cargo	2025					2025 x 2024	
	Total	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	Homens
Operacional	3.765	686	18%	3.079	82%	-5%	-8%
Técnico	790	185	23%	605	77%	9%	-5%
Superior	578	182	31%	396	69%	3%	6%
Funções gratificadas	780	228	29%	552	71%	9%	30%
Total	5.913	1.281	22%	4.632	78%	0%	-3%

Administração	2024				
	Total	Mulheres	%	Homens	%
Diretorias	11	2	18%	9	82%
Conselhos e Comitês Estatutários	27	6	22%	21	78%
Total	38	8	21%	30	79%

Administração	2025					2025 x 2024	
	Total	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	Homens
Diretorias	11	2	18%	9	82%	0%	0%
Conselhos e Comitês Estatutários	29	7	24%	22	76%	17%	5%
Total	40	9	23%	31	78%	13%	3%

Comparativo salarial (em R\$)	2024		
	Total	Mulheres	Homens
Média de tempo em casa (em anos)	18,92	18,01	19,17
Média salarial - Cargo Operacional	5.552,86	5.611,87	5.539,00
Média salarial - Cargo Técnico	8.492,60	7.729,19	8.702,94
Média salarial - Cargo Superior	19.081,66	17.625,64	19.777,62
Média salarial - Total	7.853,14	8.399,56	7.706,42

Comparativo salarial (em R\$)	2025			2025 x 2024	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Média de tempo em casa (em anos)	17,21	16,46	17,42	-9%	-9%
Média salarial - Cargo Operacional	5.588,74	5.607,95	5.584,17	0%	1%
Média salarial - Cargo Técnico	8.612,87	7.718,08	8.890,76	0%	2%
Média salarial - Cargo Superior	19.002,13	17.598,37	19.665,23	0%	-1%
Média salarial - Total	7.988,35	8.459,48	7.858,05	1%	2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Balanço Social Anual

A Sanepar apresenta seu Balanço Social Anual como um instrumento fundamental de transparência e diálogo com seus diversos públicos de interesse — empregados, acionistas, analistas de mercado, clientes e a sociedade paranaense. Estruturado sob o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o documento consolida o compromisso da Companhia com a ética, a responsabilidade socioambiental e a prestação de contas fidedigna de seu desempenho social.

Nesta seção, evidenciam-se as ações e indicadores voltados à materialização de valores institucionais, tais como a participação ativa,

a equidade, a promoção da diversidade de gênero e raça, e a inclusão efetiva de Pessoas com Deficiência (PCD). A análise evolutiva desses dados permite à Companhia mensurar os marcos já atingidos e identificar oportunidades de aprimoramento contínuo em sua gestão de capital humano e social.

Mais do que um registro histórico, o Balanço Social atua como uma ferramenta estratégica que orienta o enfrentamento dos desafios futuros, garantindo que o crescimento da Sanepar esteja intrinsecamente ligado ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar da população atendida.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025

1) Base de Cálculo		2025		2024		
		Valor (Mil Reais)		Valor (Mil Reais)		
Receita Operacional Líquida (ROL)		7.205.727		6.848.219		
Lucro Operacional (LO)		2.302.655		2.082.162		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		1.720.349		1.428.626		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
Alimentação	122.982	7,15	1,71	118.942	8,33	1,74
Encargos sociais compulsórios	276.397	16,07	3,84	267.419	18,72	3,90
Previdência privada	50.537	2,94	0,70	46.966	3,29	0,69
Saúde	115.780	6,73	1,61	107.602	7,53	1,57
Vale transporte	871	0,05	0,01	1.065	0,07	0,02
Segurança e saúde no trabalho	22.598	1,31	0,31	22.266	1,56	0,33
Educação	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.230	0,48	0,11	5.929	0,42	0,09
Creches ou auxílio-creche	1.471	0,09	0,02	1.685	0,12	0,02
Participação nos lucros ou resultados	148.965	8,65	2,07	118.219	8,28	1,73
Outros	562.595	32,70	7,81	327.383	22,90	4,77
Total - Indicadores Sociais Internos	1.310.440	76,17	18,19	1.017.476	71,22	14,86
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL	Valor (Mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL
Cultural, Artístico, Audiovisual e Desportivo	12.060	0,52	0,16	13.368	0,64	0,20
Fundos da Criança e do Idoso	3.700	0,16	0,05	4.300	0,21	0,06
Programas de Assistência à Saúde e Oncológico	1.850	0,08	0,03	4.299	0,21	0,06
Lazer e diversão	5.451	0,24	0,08	4.940	0,24	0,07
Outros	78	-	-	699	0,02	0,01
Total das Contribuições para a Sociedade	23.139	1,00	0,32	27.606	1,32	0,40
Tributos (excluídos encargos sociais)	960.240	41,70	13,33	1.125.513	54,06	16,44
Total - Indicadores Sociais Externos	983.379	42,70	13,65	1.153.119	55,38	16,84
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL	Valor (Mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL
Relacionados com a operação da empresa	2.876.488	124,92	39,92	2.209.307	106,11	32,26
Em Programas e/ou projetos externos	192.551	8,36	2,67	194.095	9,32	2,84
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	3.069.039	133,28	42,59	2.403.402	115,43	35,10



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5) Indicadores do Corpo Funcional		2025	2024
Nº de empregados(as) ao final do período		5.913	6.047
Nº de admissões durante o período		482	4
Nº de estagiários(as)		85	81
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		3.282	3.517
Nº de mulheres que trabalham na empresa		1.281	1.119
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		19,73%	26,90%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa ¹		271	291
Nº de pessoas com deficiências ou necessidades especiais ²		144	107
6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		32,8	29,5
Número total de acidentes de trabalho		119	134
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)
		() direção	(X) direção e gerências
			() todos(as) empregados (as)
6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
		(X) todos(as) + Cipa	
		() direção e gerências	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
		(X) todos(as) empregados(as)	
		() direção	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
		(X) todos(as) empregados(as)	
		() direção	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
		(X) são exigidos	
		() não são considerados	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva
		(X) organiza e incentiva	
		() não se envolve	
		() apóia	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2025: 8.163.815		Em 2024: 5.081.237
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	13,9% governo	22,8% colaboradores(as)	25,5% governo
			30,2% colaboradores(as)
	7,2% acionistas	37,8% terceiros	9,1% acionistas
		18,3% retido	13,9% terceiros
			21,3% retido

¹ Cota de Afrodescendentes em Concurso Público a partir do ano-calendário 2005;² Cota de Deficientes Físicos em Concurso Público a partir do ano-calendário 2000.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que foi objeto de discussão judicial transitada em julgado, em fase de cumprimento de decisão para a apuração dos valores devido pelo município a título de indenização prévia; e (iii) Andará, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia.

Quando do vencimento da concessão, o município deverá ressarcir à Companhia os valores dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, em relação ao contrato com o município de Maringá, as partes (Município e Companhia) discutiram judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município e, após percorridas todas as instâncias, com o julgamento do ARE nº 1363547 em 14/02/2025, transitou em julgado o acórdão proferido pela Quinta Câmara Cível do TJ/PR nos autos da Apelação Cível nº 867.874-2. A decisão judicial prevê que o Contrato de Concessão não se extinguirá até que a municipalidade efetue o pagamento da indenização devida à Companhia mediante cumprimento de sentença. Na data de 04/04/2025 o Município de Maringá peticionou nos autos da Ação Civil Pública nº 0009874-25.2009.8.16.0017 requerendo o início do processo de cumprimento da decisão, para a apuração dos valores devidos a título de indenização prévia. Ato contínuo, a Companhia reafirmou nos autos que a apuração dos valores a serem pagos pela municipalidade deverá ocorrer de forma judicial e, até que ocorra a referida indenização, a Companhia continuará prestando os serviços de água e esgoto, conforme previsto no v. acórdão proferido pela Quinta Câmara Cível do TJ/PR.

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem ainda as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2026.

2.2. Base de Mensuração e Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, exceto pelas reavaliações reconhecidas, como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na Nota Explicativa 3 de práticas contábeis.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma, quando aplicável.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas e políticas contábeis materiais, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) **Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros** – Nota Explicativa 4
- b) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Nota Explicativa 5
- c) **Contas a Receber de Clientes** – Nota Explicativa 6
- d) **Perdas Esperadas na Realização de Créditos** – Nota Explicativa 6
- e) **Ativos Financeiros Contratuais** – Nota Explicativa 10
- f) **Ativo de Contrato** – Nota Explicativa 11

Notas Explicativas

- g) **Capitalização de Juros e Encargos Financeiros** – Nota Explicativa 11
- h) **Investimentos** – Nota Explicativa 12
- i) **Imobilizado e Intangível** – Nota Explicativa 13
- j) **Arrendamentos:** Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 13 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 14.
- k) **Parceria Público-Privada PPP:** Os bens alocados à Parceria Público-Privada PPP estão demonstrados na Nota Explicativa 13 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 14.
- l) **Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment*)** – Nota Explicativa 13
- m) **Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos** – Nota Explicativa 14
- n) **Imposto de Renda e Contribuição Social** – Nota Explicativa 16
- o) **Provisões e Passivos Contingentes** – Nota Explicativa 18
- p) **Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica** – Nota Explicativa 19
- q) **Partes Relacionadas** – Nota Explicativa 20
- r) **Remuneração aos Acionistas** – Nota Explicativa 23.f
- s) **Receitas** – Nota Explicativa 24
- t) **Estoques:** Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.
- u) **Passivo Circulante e Não Circulante:** Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.
- v) **Concessões:** A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei nº 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei nº 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Programas”, em observância as regras da Lei nº 11.445/07 – Marco Regulatório, celebrados até a edição da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível

Notas Explicativas

ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

A Lei nº 14.026, de 2020, vedou a formalização de Contrato de Programa com Sociedade de Economia Mista ou Empresa Pública, sem prévio procedimento licitatório. A Companhia não celebrou novos contratos após a edição da Lei nº 14.026.

w) Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método indireto) e do Valor Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

x) Uso de Estimativas e Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas demonstrações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas de fechamento do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor e representa a melhor estimativa.

Perdas esperadas na realização de créditos

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e esperadas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

Plano de aposentadoria e plano de assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Notas Explicativas

Novas normas, alterações e interpretações

As emissões e alterações de normas do *International Accounting Standards Board* ("IASB") e do *International Sustainability Standards Board* ("ISSB"), já efetivas ou previstas para adoção futura, foram avaliadas pela Companhia. As alterações emitidas pelo IASB que são efetivas para o período ou exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB e o ISSB emitiram/revisaram algumas normas, as quais têm sua adoção prevista para o exercício de 2026 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis e relatórios de sustentabilidade, conforme segue:

- Alteração da norma IAS 21 – Falta de conversibilidade (CPC 02 – R3): esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e à divulgação quando uma moeda apresenta restrições de conversibilidade em outra. Com vigência para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2025, a Companhia confirmou, com base em suas operações realizadas substancialmente em Real e em exposições limitadas a moedas estrangeiras, que não houve impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis;
- Emissão das normas IFRS S1 e IFRS S2 (ISSB) – Requisitos de Divulgação de Sustentabilidade e Riscos Climáticos: estabelecem padrões globais para a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade (ESG). São obrigatórias no Brasil a partir de 1º/01/2026 (Resolução CVM nº 193/2023 – CBPS 01 e CBPS 02). A Companhia está avaliando os impactos e aprimorando seus processos de governança, coleta de dados e reporte, com foco em riscos climáticos relevantes para o setor de saneamento básico;
- Alterações das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarecem aspectos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, inclusive aqueles vinculados a indicadores de sustentabilidade (ESG). Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas alterações;
- Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: substitui a IAS 1 e estabelece requerimentos para apresentação e divulgação, introduzindo subtópicos obrigatórios na Demonstração do Resultado e regras para medidas de desempenho gerencial. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2027, com dados comparativos de 2026. No Brasil, o Pronunciamento Técnico CPC 51 foi recepcionado para companhias abertas por meio da Resolução CVM nº 237/2025, e a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 (decorrente do CPC 51) foi aprovada pela Resolução CVM nº 238/2025, ambas com vigência alinhada à adoção do CPC 51. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis e implementará alterações de processos nos sistemas de tecnologia da informação;
- Emissão da norma IFRS 19 – Controladas sem obrigação legal de divulgação: estabelece divulgações simplificadas para subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2027. A Companhia avaliou que esta norma não é aplicável, tendo em vista que é uma empresa listada na B3 e não possui subsidiárias; e
- Projeto do IASB – Atividades Reguladas por Tarifas (Rate-regulated Activities): norma em desenvolvimento no IASB que trata do reconhecimento e divulgação de ativos e passivos regulatórios aplicáveis a entidades que atuam com tarifas reguladas. O projeto encontra-se em fase final de elaboração, com publicação esperada no segundo trimestre de 2026 e vigência estimada para exercícios subsequentes. Esta norma é relevante para a Companhia considerando que atua em setor regulado com concessões e tarifas reguladas. A Companhia está acompanhando o desenvolvimento desta norma e seu endosso pelo CPC.

Notas Explicativas

Adicionalmente, outras alterações e melhorias emitidas pelo IASB e endossadas no Brasil, quando aplicável, poderão requerer ajustes de divulgação em períodos futuros, os quais vêm sendo avaliados pela Companhia.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração até 2048, com exceção dos contratos de concessões de Andirá (não operado), o qual tem prazo de duração até 2032 e Maringá, o qual tem prazo de duração até 2040. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antes de seu término, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil apresentado em 31 de dezembro de 2025 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 22. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando o tipo de negócio a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração concentra esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos e financiamentos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$13.583 e R\$27.166 em 31 de dezembro de 2025 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Aplicações Financeiras	DI	112.816	(112.816)	225.632	(225.632)
Ativos		112.816	(112.816)	225.632	(225.632)
Caixa Econômica Federal	TR	(9.358)	9.358	(18.716)	18.716
BNDES-PAC2	TJLP	(3.169)	3.169	(6.338)	6.338
AVANÇAR BNDES	IPCA	(1.349)	1.349	(2.698)	2.698
FINAME BNDES	IPCA	(502)	502	(1.004)	1.004
FINEM BNDES	IPCA	(16)	16	(32)	32
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(1.135)	1.135	(2.270)	2.270
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(427)	427	(854)	854
Debêntures - 7ª Emissão	TLP	(2.040)	2.040	(4.080)	4.080
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série	DI	(5.611)	5.611	(11.222)	11.222
Debêntures - 10ª Emissão	IPCA	(5.048)	5.048	(10.096)	10.096
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	DI	(2.813)	2.813	(5.626)	5.626
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Série	IPCA	(5.061)	5.061	(10.122)	10.122
Debêntures - 12ª Emissão - 1ª Série	DI	(10.517)	10.517	(21.034)	21.034
Debêntures - 12ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(3.771)	3.771	(7.542)	7.542
Debêntures - 13ª Emissão	DI	(13.982)	13.982	(27.964)	27.964
Debêntures - 14ª Emissão	DI	(20.993)	20.993	(41.986)	41.986
Arrendamento Mercantil Financeiro	IPC-FIPE	(3.816)	3.816	(7.632)	7.632
Arrendamento Mercantil Operacional	DI	(4.506)	4.506	(9.012)	9.012
BANCO DO BRASIL - BB-NC1	DI	(5.119)	5.119	(10.238)	10.238
Passivos		(99.233)	99.233	(198.466)	198.466
Efeitos no Lucro antes da tributação		13.583	(13.583)	27.166	(27.166)

Os índices considerados para o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2025 foram, TR de 1,97% e a TJLP de 8,66% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 4,26% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 14,32% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 3,83% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é redução de 1,1213% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para março de 2026, em relação a última taxa PTAX informada na data de 31/12/2025.

Considerando o valor da dívida em moeda estrangeira de €33.333 mil (R\$215.640), o valor da cotação da moeda Euro como R\$6,4692 para 31 de dezembro de 2025 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$1,1757 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$5,5024, estimamos o provável impacto de R\$2.418 e apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Notas Explicativas

Efeito no resultado	Provável Impacto	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (redução de 1,1213%)	2.418	(53.910)	53.910	(107.820)	107.820

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui Política de Dividendos e Política de Gestão de Risco de Tesouraria e Mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de “*hedge accounting*” para esse contrato, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro os efeitos desse instrumento financeiro derivativo. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap

Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocial EUR	Valor Justo da Posição Ativa (em R\$)	Valor Justo da Posição Passiva (em R\$)	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap (em R\$)
1	Banco Itaú	28/11/2023	25/06/2026	2.181	13.928	11.509	2.419
2	Banco Bradesco	04/06/2024	25/06/2026	200	1.280	1.122	158
3	Banco Bradesco	04/06/2024	24/12/2026	2.381	15.101	13.196	1.905
4	Banco Itaú	04/06/2024	25/06/2027	2.381	14.928	13.029	1.899
5	Banco Itaú	04/06/2024	24/12/2027	2.381	14.765	12.899	1.866
6	Banco Itaú	04/06/2024	26/06/2028	2.381	14.626	12.787	1.839
7	Banco Itaú	04/06/2024	22/12/2028	2.381	14.453	12.687	1.766
8	Banco Itaú	04/06/2024	25/06/2029	2.381	14.303	12.585	1.718
9	Banco Itaú	04/06/2024	24/12/2029	1.513	8.981	7.955	1.026
10	Banco Santander	28/11/2024	24/12/2029	868	5.171	4.905	266
11	Banco Itaú	28/11/2024	25/06/2030	2.381	13.969	13.787	182
12	Banco Itaú	28/11/2024	24/12/2030	2.381	13.791	13.678	113
13	Banco Itaú	28/11/2024	25/06/2031	2.381	13.623	13.629	(6)
14	Banco Itaú	28/11/2024	24/12/2031	1.884	10.637	10.656	(19)
15	Banco Itaú	16/06/2025	24/12/2031	497	2.807	2.912	(105)
16	Banco Itaú	16/06/2025	25/06/2032	2.381	13.291	13.774	(483)
17	Banco Santander	16/06/2025	24/12/2032	2.380	13.047	13.562	(515)
TOTAL				33.333	198.701	184.672	14.029

Notas Explicativas

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e financiamentos, emissão de notas promissórias e debêntures. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	2025	2024
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	7.392.664	6.631.335
Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.608.131)	(1.800.757)
Dívida Líquida	1.784.533	4.830.578
Patrimônio Líquido	12.347.781	10.828.707
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,14	0,45

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia e o valor justo é igual ao valor contábil, conforme a seguir:

Descrição	2025	2024
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	5.589.428	1.782.972
Instrumentos Financeiros Derivativos	14.029	22.451
Depósitos Vinculados	259.725	231.556
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	18.703	17.785
Contas a Receber de Clientes, Líquido	1.283.338	1.411.874
Ativos Financeiros Contratuais	797.305	850.582
Outras Contas a Receber	146.579	149.887
Totais	8.109.107	4.467.107
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	7.392.664	6.631.335
Fornecedores	516.507	336.421
Outras Contas a Pagar	264.344	221.807
Totais	8.173.515	7.189.563

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Depósitos Bancários Livres	12.052	17.462
Depósitos Bancários Vinculados	6.651	323
	18.703	17.785
Aplicações Financeiras	5.589.428	1.782.972
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.608.131	1.800.757

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo, classificadas no nível 2 da hierarquia do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento Exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Caixa Exclusivo Sanepar I Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Caixa – Responsabilidade Limitada), Fundo de Investimento Exclusivo do Banco do Brasil (CNPJ 61.585.013/0001-64 - BB Sanepar Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo - Responsabilidade Limitada) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e pelos CDB's junto à Caixa (CNPJ 00.360.305/0001-04), com remuneração média de 100,3% do CDI (99,50% em 2024). As aplicações em CDB's possuem rentabilidade de 100,5% a 102,0% do CDI.

O incremento nas aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 decorre, essencialmente, do ingresso líquido de R\$4.048.899 proveniente do precatório judicial, recebido em setembro de 2025, referente ao ganho da ação de imunidade tributária do IRPJ do período de maio de 1996 a outubro de 2020. Este montante foi integrado às demais fontes de recursos da Companhia e encontra-se integralmente aplicado em ativos de alta liquidez, em conformidade com a política de gestão financeira e riscos da Sanepar.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática Contábil:

Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Notas Explicativas

Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base em juros de 6% ao ano, e trazidos a valor presente pelas mesmas taxas de atualização.

Perdas Esperadas na Realização de Créditos: Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas esperadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos.

Para os valores de contas a vencer é constituída perdas esperadas utilizando uma matriz que segmenta os saldos por categoria de consumo e idade de vencimento, resultando na melhor expectativa de recuperação destes créditos. Para os valores vencidos de contas a receber de clientes é constituída perdas esperadas considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, e com base nos valores vencidos segregados pelas categorias de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, além dos valores vencidos há mais de 2 anos para o Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída perdas esperadas para a totalidade dos créditos. A Companhia não constitui perdas esperadas na realização de créditos do setor Estadual devido ao histórico de pagamento.

A partir de 2025, a Companhia passou a provisionar, complementarmente às perdas esperadas já registradas, o efeito vagão de contas vencidas de clientes que possuem saldo de parcelamentos de débitos e daqueles com faturas vencidas acima de 360 dias que não pagam as contas atuais nem possuem parcelamentos, considerando o risco de crédito do cliente, em atendimento ao CPC 48.

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2025	2024
Contas a Receber Vincendas	426.150	397.550
Contas a Receber de Parcelamentos	347.692	385.657
Ajuste a Valor Presente	(52.777)	(56.689)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	340.306	322.474
	<u>1.061.371</u>	<u>1.048.992</u>
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	213.098	210.801
De 31 a 60 dias	73.031	70.099
De 61 a 90 dias	33.564	32.996
De 91 a 180 dias	63.852	67.548
Mais de 180 dias	711.379	617.792
Perdas Esperadas na Realização de Créditos (1)	(872.957)	(636.354)
	<u>221.967</u>	<u>362.882</u>
Totais de Contas a Receber, líquidas	1.283.338	1.411.874
Circulante	1.175.286	1.250.811
Não Circulante	108.052	161.063

(1) A partir de 2025 a Companhia passou a provisionar, complementarmente as perdas esperadas já registradas, o efeito vagão de contas vencidas de clientes que possuem saldo de parcelamentos de débitos, considerando o risco de crédito do cliente, em atendimento ao CPC 48.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber, líquidas das perdas esperadas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	2025	2024
Prefeituras Municipais	114.330	(54.615)	(35)	59.680	52.545
Particulares	2.075.792	(818.342)	(52.742)	1.204.708	1.342.179
Setor Federal	2.375	-	-	2.375	1.896
Setor Estadual	16.575	-	-	16.575	15.254
Saldos no Final do Exercício	2.209.072	(872.957)	(52.777)	1.283.338	1.411.874

b) A movimentação das perdas esperadas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Saldos no Início do Exercício	(636.354)	(512.326)
Valores Registrados como (Despesas)/Reversão	(236.603)	(124.439)
Baixas, Líquidas das Recuperações	-	411
Saldos no Final do Exercício	(872.957)	(636.354)

c) O saldo de perdas esperadas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Clientes Particulares	(818.342)	(581.839)
Prefeituras Municipais	(54.615)	(54.515)
Totais	(872.957)	(636.354)

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Saldos no Início do Exercício	(56.689)	(64.136)
Ajuste a Valor Presente	3.912	7.447
Saldos no Final do Exercício	(52.777)	(56.689)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda a compensar (1)	191.378	23.184
Contribuição Social a compensar	-	3.114
Totais	191.378	26.298
Circulante	191.378	26.298

(1) IRPJ no valor de R\$132.665 resultado da apuração do Saldo Negativo do cálculo do lucro real do exercício de 2025 e IRRF no valor de R\$58.713 provisionado sobre as aplicações financeiras da Companhia em 2025.

Notas Explicativas**8. DEPÓSITOS VINCULADOS**

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Reservas mantidas na CAIXA (1)	151.467	134.986
Outros Convênios (2)	108.258	96.570
Totais	259.725	231.556
Circulante	108.258	96.569
Não Circulante	151.467	134.987

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos a Empregados	17.327	17.075
Pagamentos Reembolsáveis	2.189	436
Depósitos Dados em Garantia	2.119	1.991
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (1)	122.962	128.630
Despesas Antecipadas	283	270
Títulos e Outros Créditos	1.699	1.485
Totais	146.579	149.887
Circulante	28.479	26.118
Não Circulante	118.100	123.769

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, conforme previsto em contrato de programa.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS**Prática Contábil:**

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa o spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

Notas Explicativas

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2024	Adições	Receita de AVP	Despesa de AVP	2025
Investimento Não Amortizado	2.310.510	420.971	-	-	2.731.481
Ajuste a Valor Presente	(1.459.928)	(286.515)	29.355	(217.088)	(1.934.176)
Totais	850.582	(a) 134.456	29.355	(217.088)	797.305

(a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do exercício (nota explicativa 13c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no encerramento do exercício foi de 5,66% (4,36% em 2024) que representa o *spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC e levou em consideração os prazos dos Contratos de Programa.

11. ATIVO DE CONTRATO**Prática Contábil:**

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, são classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	2024	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	Requisição para Obras	2025
Projetos e Obras em Andamento	2.674.994	2.189.455	48.988	(7.802)	(1.365.331)	-	3.540.304
Estoque para Obras	102.928	133.602	-	-	-	(114.106)	122.424
Obras em Andamento PPP	-	30.627	-	-	(7.559)	-	23.068
Totais	2.777.922	2.353.684	48.988	(7.802)	(1.372.890)	(114.106)	3.685.796

Durante o exercício de 2025 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$2.353.684 (R\$1.721.381 em 2024), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Umuarama, Piraquara, Telêmaco Borba, Medianeira e Castro; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Arapongas, Cascavel, Castro e Assis Chateaubriand. Foram transferidos para o Ativo Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Londrina, Campo Largo, São José dos Pinhais, Curitiba e Toledo.

Durante o exercício de 2025 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$48.988 (R\$42.225 em 2024). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 7,0% (7,2% em 2024).

Notas Explicativas

12. INVESTIMENTOS

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia), enquadrado no nível I decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e outros investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$316, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2025 equivalem a R\$2.049.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

Intangível: O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Programa. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(v). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

Arrendamentos: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 14. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

Ativos de Parcerias Público-Privadas: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos da obrigação. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 14. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado conforme a política aplicável.

Notas Explicativas

Estudo da Vida Útil: A Companhia revisa anualmente as estimativas de vida útil econômica de seus bens por meio de estudos técnicos conduzidos por grupo multidisciplinar. Tais estudos avaliam a aderência das taxas de depreciação e amortização para as classes de bens aglutináveis, identificáveis e plaqueteáveis. O processo considera o padrão de consumo dos benefícios econômicos, fatores operacionais e o histórico de baixas, integrando-se à análise de recuperabilidade (impairment) por Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Eventuais ajustes decorrentes dessa revisão são aprovados pela Administração e reconhecidos prospectivamente no resultado, garantindo a aderência aos pronunciamentos CPC 27, CPC 04, CPC 01 e CPC 23. Não houve alteração das estimativas de vida útil dos bens no exercício de 2025.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2025	2024
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	434.875	(190.647)	244.228	214.935
Outras Imobilizações	9.477	(7.875)	1.602	1.550
Direito de Uso em Arrendamento	355.816	(148.401)	207.415	132.138
Totais	800.168	(346.923)	453.245	348.623

Por Natureza				2025	2024
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.921	-	2.921	2.921
Construções Civas	*1,84%	134.193	(30.979)	103.214	97.084
Benfeitorias	*2%	11.305	(1.222)	10.083	2.616
Instalações	*5,83%	14.995	(6.080)	8.915	6.772
Equipamentos	*6,23%	113.316	(53.723)	59.593	56.098
Móveis e Utensílios	*7,14%	58.214	(30.726)	27.488	25.402
Equipamentos de Informática	*19,82%	47.844	(34.698)	13.146	14.865
Veículos	*13,05%	35.662	(19.046)	16.616	6.047
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.443	(21.073)	2.370	2.621
Ferramentas	*6,67%	1.791	(975)	816	793
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	668	-	668	1.266
Direito de Uso em Arrendamento	*3,87%	355.816	(148.401)	207.415	132.138
Totais		800.168	(346.923)	453.245	348.623

* Taxa Média Ponderada

Notas Explicativas**b) Intangível**

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2025	2024
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	8.129.035	(2.588.194)	5.540.841	5.067.367
Sistemas de Esgoto	8.730.506	(2.287.135)	6.443.371	6.071.624
Resíduos Sólidos	7.577	(7.577)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(83.089)	42.031	43.907
Direito de Uso em Arrendamento	202.115	(36.694)	165.421	169.355
Sistemas de Informática em Implantação	120.623	-	120.623	78.694
Outros Ativos Intangíveis	463.439	(173.399)	290.040	158.562
Totais	17.778.415	(5.176.088)	12.602.327	11.589.509

Por Natureza				2025	2024
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	363.758	-	363.758	338.999
Poços	*3,10%	217.354	(50.647)	166.707	160.105
Barragens	*2,67%	292.725	(84.475)	208.250	187.017
Construções Cíveis	*2,59%	4.615.677	(1.031.517)	3.584.160	3.232.127
Benfeitorias	*2,67%	87.883	(12.133)	75.750	65.042
Tubulações	*2,64%	8.008.771	(2.332.483)	5.676.288	5.392.527
Ligações Prediais	*3,33%	1.214.944	(402.930)	812.014	754.779
Instalações	*5,83%	307.500	(151.054)	156.446	156.360
Hidrômetros	*10%	426.650	(169.010)	257.640	225.607
Macromedidores	*10%	10.818	(6.756)	4.062	3.380
Equipamentos	*6,23%	1.252.278	(519.444)	732.834	673.741
Móveis e Utensílios	*7,14%	8.297	(4.814)	3.483	3.476
Equipamento de Informática	*19,82%	106.514	(92.466)	14.048	13.777
Programas de Informática	*20%	307.104	(121.464)	185.640	61.945
Veículos	*13,05%	19.148	(15.460)	3.688	4.698
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	27.174	(25.569)	1.605	2.093
Ferramentas	*6,67%	397	(285)	112	104
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	4.823	(1.336)	3.487	3.780
Crédito de Carbono	100%	20	-	20	-
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	50.467	(34.462)	16.005	15.441
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(82.969)	42.031	43.907
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	120	(120)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	8.256	-	8.256	2.555
Direito de Uso em Arrendamento	*7,24%	202.115	(36.694)	165.421	169.355
Sistemas de Informática em Implantação	-	120.622	-	120.622	78.694
Totais		17.778.415	(5.176.088)	12.602.327	11.589.509

* Taxa Média Ponderada

- (1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;
- (2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos. A continuidade da operação dos serviços foi autorizada em caráter precário pelo Decreto Municipal de Cianorte nº 3, de 12 de janeiro de 2023, pelo prazo até 30 de abril de 2025 ou até que seja regularizada a prestação de serviço no município nos termos da legislação vigente.

Notas Explicativas**Parceria Público-Privada:**

Os ativos vinculados com os contratos de Parcerias Público-Privada (MRAE1 - Microrregião Centro-Litoral, MRAE2 – Microrregião Centro-leste e MRAE3 Microrregião Oeste) no montante de R\$870.377 referem-se a cessão pela Companhia da estrutura dos Sistemas de Esgoto Sanitário para a consecução dos respectivos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor contábil para cada categoria de ativos vinculados à Parceria Público-Privada registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				2025	2024
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	12.902	-	12.902	6.810
Construções Cíveis	*2,59%	355.275	(61.918)	293.357	86.350
Benfeitorias	*2,67%	8.696	(940)	7.756	1.540
Tubulações	*2,64%	623.845	(151.243)	472.602	238.808
Ligações Prediais	*3,33%	63.328	(17.390)	45.938	17.606
Instalações	*5,83%	10.767	(4.520)	6.247	2.582
Macromedidores	*10%	8	(4)	4	-
Equipamentos	*6,23%	44.937	(13.693)	31.244	5.708
Móveis e Utensílios	*7,14%	16	(11)	5	-
Equipamentos de Informática	*19,82%	1.853	(1.852)	1	-
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	447	(126)	321	153
Ativos de PPP		1.122.074	(251.697)	870.377	359.557

* Taxa Média Ponderada

No exercício de 2025 foram registrados R\$37.458 como investimentos relacionados com as Parcerias Público-Privada.

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199.297 decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2025 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				2025	2024
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Construções Cíveis	1,67%	37.434	(5.330)	32.104	32.730
Tubulações	2,00%	147.315	(23.865)	123.450	126.397
Ligações Prediais	3,33%	8.226	(2.253)	5.973	6.248
Instalações	6,67%	309	(175)	134	154
Equipamentos	6,00%	6.013	(3.116)	2.897	3.272
Arrendamento - Litoral		199.297	(34.739)	164.558	168.801
Veículos	59,31%	174.111	(64.273)	109.838	56.390
Construções Cíveis	20,41%	63.173	(20.082)	43.091	32.312
Equipamentos	78,43%	3.886	(2.374)	1.512	811
Equipamentos de Informática	53,17%	117.464	(63.627)	53.837	43.179
Arrendamento - Direito de Uso		358.634	(150.356)	208.278	132.692
Totais		557.931	(185.095)	372.836	301.493
Imobilizado		355.816	(148.401)	207.415	132.138
Intangível		202.115	(36.694)	165.421	169.355

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$6.498 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	2024	Entradas	Amortizações	2025
Arrendamento - Litoral	168.801	-	(4.243)	164.558
Veículos	56.390	99.062	(45.614)	109.838
Construções Cíveis	32.312	22.157	(11.378)	43.091
Equipamentos	811	2.955	(2.254)	1.512
Equipamentos de Informática	43.179	30.361	(19.703)	53.837
Saldo	301.493	154.535	(83.192)	372.836

Notas Explicativas

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2025:

Descrição	2024	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	2025
Imobilizado							
Terrenos	2.921	-	-	-	-	-	2.921
Construções Cíveis	97.084	260	(2.518)	(1)	8.433	(44)	103.214
Benfeitorias	2.616	-	(208)	-	7.675	-	10.083
Instalações	6.772	293	(815)	(75)	2.740	-	8.915
Equipamentos	56.098	10.180	(6.160)	(324)	-	(201)	59.593
Móveis e Utensílios	25.402	5.631	(3.352)	(193)	-	-	27.488
Equipamentos de Informática	14.865	2.206	(3.878)	(47)	-	-	13.146
Veículos	6.047	12.392	(1.529)	(294)	-	-	16.616
Máquinas, Tratores e Similares	2.621	352	(585)	(18)	-	-	2.370
Ferramentas	793	121	(98)	-	-	-	816
Bens Patrimoniais a Incorporar	1.266	(598)	-	-	-	-	668
Direito de Uso em Arrendamento	132.138	152.416	(77.139)	-	-	-	207.415
Totais Imobilizado	348.623	183.253	(96.282)	(952)	18.848	(245)	453.245
Intangível							
Terrenos	338.999	13.241	-	(60)	11.578	-	363.758
Poços	160.105	140	(2.608)	(255)	10.161	(836)	166.707
Barragens	187.017	19.958	(7.969)	-	15.020	(5.776)	208.250
Construções Cíveis	3.232.127	19.485	(115.973)	(2.285)	515.803	(64.997)	3.584.160
Benfeitorias	65.042	789	(2.224)	-	13.447	(1.304)	75.750
Tubulações	5.392.527	28.711	(196.207)	(150)	509.037	(57.630)	5.676.288
Ligações Prediais	754.779	2.099	(38.062)	(2.415)	99.482	(3.869)	812.014
Instalações	156.360	1.231	(17.503)	-	16.358	-	156.446
Hidrômetros	225.607	21	(38.287)	(2.485)	72.784	-	257.640
Macromedidores	3.380	17	(565)	-	1.230	-	4.062
Equipamentos	673.741	45.593	(62.125)	(4.676)	80.100	201	732.834
Móveis e Utensílios	3.476	439	(391)	(49)	8	-	3.483
Equipamentos de Informática	13.777	182	(3.111)	(15)	3.215	-	14.048
Programas de Informática	61.945	153.882	(31.777)	(51)	1.641	-	185.640
Veículos	4.698	-	(891)	(119)	-	-	3.688
Máquinas, Tratores e Similares	2.093	17	(429)	(76)	-	-	1.605
Ferramentas	104	19	(11)	-	-	-	112
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	3.780	-	(293)	-	-	-	3.487
Crédito de Carbono	-	20	-	-	-	-	20
Proteção e Preservação Ambiental	15.441	-	(3.614)	-	4.178	-	16.005
Concessão do Município de Curitiba	43.907	-	(1.876)	-	-	-	42.031
Bens Patrimoniais a Incorporar	2.555	5.701	-	-	-	-	8.256
Direito de Uso em Arrendamento	169.355	2.119	(6.053)	-	-	-	165.421
Sistemas de Informática em Implantação	78.694	41.928	-	-	-	-	120.622
Total Intangível	11.589.509	335.592	(529.969)	(12.636)	1.354.042	(134.211)	12.602.327
Total Geral	11.938.132	518.845	(626.251)	(13.588)	(a) 1.372.890	(b) (134.456)	13.055.572

(a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

(b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do exercício (nota explicativa 10).

d) Análise do Valor Recuperável de Ativos

Em 31 de dezembro de 2025, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida, a Companhia realizou teste de redução ao valor recuperável, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1), para determinar o valor de recuperação de seus ativos. O estudo técnico baseou-se no método do Valor em Uso, fundamentado em Fluxos de Caixa Descontados (FCD), identificando como unidades geradoras de caixa (UGCs) os segmentos de negócio de saneamento (unificando água e esgoto), água industrial e resíduos sólidos (tratados individualmente por contrato).

Notas Explicativas

Para realização do teste em 2025, os segmentos de Água e Esgoto foram unificados na UGC Saneamento. A mudança reflete a metodologia utilizada pela Agência Reguladora (AGEPAR), que utiliza tarifa média única e subsídio cruzado, onde as entradas de caixa não são geradas de forma independente por serviço.

d.1) Unidade Geradora de Caixa – Saneamento (Água e Esgoto)

- Para a apuração do valor recuperável, foi adotado o método do valor em uso, fundamentado em projeções de fluxos de caixa operacionais projetados para um horizonte de cinco anos;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;
- Taxa de desconto pré-imposto (12,24%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*), como sugere o CPC 01 (R1) nos seus itens 55 e 56, refletindo o custo de capital estabelecido na 3ª RTP;
- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX e CAPEX de manutenção, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O fluxo de caixa considerou o expurgo de efeitos não recorrentes, incluindo honorários da Ação de Imunidade Tributária e provisões para o Programa de Demissão Voluntária - PDV;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradora de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o valor em uso da UGC Saneamento é superior ao seu valor contábil, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável neste segmento.

d.2) Unidade Geradora de Caixa – Segmento Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente (Apucarana, Cianorte e Cornélio Procopio), ou seja, cada um como uma UGC;
- Os resultados econômicos de todas as unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;

Notas Explicativas

- Não existe fato que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos.

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos intangíveis que estão em operação no valor de R\$10.916 e que os ativos em construção no valor de R\$14.874 não são recuperáveis, consequentemente a Companhia reconheceu uma perda por desvalorização (*impairment*) de R\$12.643 no exercício de 2025. Em 31 de dezembro de 2025 o faturamento e o custos de operação com o segmento de resíduos sólidos foram de R\$20.112 e R\$27.269, respectivamente.

d.3) Unidade Geradora de Caixa – Segmento Água Industrial

A unidade geradora de caixa para operação de Água Industrial possui as seguintes características:

- O contrato de fornecimento de Água Industrial no município de Araucária é considerado como uma UGC pelo fato de haver contabilização específica para este segmento e os ativos ali alocados prestarem serviços exclusivamente para este segmento;
- Permanece o impacto do encerramento do contrato com a Usina Elétrica a Gás de Araucária – UEGA em 2023, que representa cerca de 60% da receita desta UGC, sem substituição de demanda até o momento;
- Considerando as premissas supracitadas, os resultados econômicos projetados e fluxos caixa desta operação demonstram que a UGC continuará gerando resultados insuficientes para suprir a recuperabilidade dos ativos alocados;
- No momento do teste de *impairment* não existia fato que evidenciasse mudança de tendência nos resultados econômicos negativos deste contrato.

No exercício de 2025, embora o segmento de Água Industrial tenha apresentado superávit operacional de R\$736 (receitas de R\$3.762 e custos de R\$3.026), o teste de recuperabilidade (*impairment*) indicou que o valor contábil dos ativos não é suportado pelo seu valor em uso. A revisão das projeções de fluxo de caixa reflete uma redução estrutural de aproximadamente 60% na receita histórica, decorrente do novo perfil de demanda da UEGA, cujo retorno em 2025 ocorreu em níveis significativamente inferiores ao contrato encerrado em 2023. Em razão da insuficiência de geração de caixa futura para recuperar o investimento, a Companhia reconheceu uma perda por desvalorização complementar de R\$310 sobre o saldo de R\$8.643 dos ativos intangíveis deste segmento.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS E PPP

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

As obrigações correspondentes aos arrendamentos, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e PPP é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	2025			2024		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	-	-	-	26	-	26
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 0,88%	-	170.535	149.906	320.441	14.919	298.777	313.696
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	152.007	-	152.007	938	150.843	151.781
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	67.966	-	67.966	68.991	64.891	133.882
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	25.247	14.640	39.887	24.686	38.767	63.453
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	18.475	10.721	29.196	17.745	27.889	45.634
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	5.269	483.378	488.647	4.824	461.860	466.684
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	13.046	399.408	412.454	10.018	398.964	408.982
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	2.748	271.531	274.279	2.519	259.484	262.003
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	61.211	69.083	130.294	73.676	126.638	200.314
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	19.819	293.150	312.969	17.379	295.643	313.022
BNDES - FINAME	7,18%	IPCA	890	91.110	92.000	151	32.236	32.387
Arrendamento Direito Uso	13,67%	-	118.359	130.986	249.345	100.966	73.413	174.379
Debêntures 14ª Emissão - Série Única	DI + 1,05%	-	43.033	597.514	640.547	31.789	596.707	628.496
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	2.384	210.195	212.579	2.196	200.944	203.140
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	9.320	357.723	367.043	8.825	342.073	350.898
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	2.764	31.645	34.409	2.803	34.300	37.103
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	6.347	72.813	79.160	6.435	78.924	85.359
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.671	19.185	20.856	1.600	19.923	21.523
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	3.828	44.036	47.864	3.666	45.733	49.399
Banco do Brasil - NCE 1º Emissão	100% do DI	-	57.476	334.035	391.511	-	-	-
BNDES - AVANÇAR	3,59% a 5,60%	IPCA	20.054	277.215	297.269	18.701	269.466	288.167
BNDES - FINEM	7,86%	IPCA	420	51.063	51.483	-	-	-
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	163.724	2.301.584	2.465.308	138.569	2.049.018	2.187.587
Parceria Público-Privada PPP	7,48%	IPCA	-	-	-	2.637	-	2.637
Total em Reais			966.593	6.210.921	7.177.514	554.059	5.866.493	6.420.552
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	30.736	184.414	215.150	30.579	180.204	210.783
Total em Moeda Estrangeira			30.736	184.414	215.150	30.579	180.204	210.783
Saldo no Final do Exercício			997.329	6.395.335	7.392.664	584.638	6.046.697	6.631.335
Empréstimos e Financiamentos			334.511	3.308.504	3.643.015	261.702	2.657.562	2.919.264
Debêntures			524.640	2.662.695	3.187.335	201.954	3.020.079	3.222.033
Arrendamentos			138.178	424.136	562.314	118.345	369.056	487.401
Parceria Público-Privada PPP			-	-	-	2.637	-	2.637

* IPCA como componente variável da TLP

Notas Explicativas**Dívida em Moeda Estrangeira:**

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de €50 milhões, sendo que a primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019. Até o quarto trimestre de 2025 foi liberado o montante de €50 milhões e amortizado o montante de €16.667 mil. Na data de 31 de dezembro de 2025 havia 17 operações de Swap vigentes, totalizando o valor nocional de €33.333 mil para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 81,63% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 11,69% a.a., considerando o CDI acumulado de 14,32% nos últimos 12 meses.

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa incremental aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com o período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada incremental aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 31 de dezembro de 2025 a taxa média ponderada foi de 13,67%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “*leaseback*” de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	2024	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	2025
Arrendamento - Litoral	313.022	-	15.265	33.242	(48.560)	312.969
Arrendamento - Direito de Uso	174.379	154.535	-	17.292	(96.861)	249.345
Totais	487.401	154.535	15.265	50.534	(145.421)	562.314
Circulante	118.345					138.178
Não Circulante	369.056					424.136

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2025 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente aos Arrendamentos está demonstrado a seguir:

			2025	2024
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	49.710	(29.891)	19.819	17.379
Mais de um ano e menos de cinco anos	200.700	(109.735)	90.965	78.106
Acima de cinco anos	270.453	(68.268)	202.185	217.537
Subtotal	520.863	(207.894)	312.969	313.022
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	144.246	(25.887)	118.359	100.966
Mais de um ano e menos de cinco anos	152.202	(21.216)	130.986	73.413
Subtotal	296.448	(47.103)	249.345	174.379
Totais	817.311	(254.997)	562.314	487.401

O passivo de arrendamento de direito de uso foi mensurado considerando a taxa incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025
Arrendamento - Litoral	373.044
Veículos	121.274
Bens Móveis	63.707
Bens Imóveis	48.297
Total	606.322

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a taxa incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos dos arrendamentos de direito de uso e litoral:

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 a 2036	Total
Arrendamento-Litoral	51.027	53.032	54.981	56.931	58.937	61.013	288.488	624.409
Veículos	62.498	55.794	23.542	-	-	-	-	141.834
Bens Móveis	25.094	22.641	11.852	12.169	11.613	-	-	83.369
Bens Imóveis	9.776	11.487	13.470	15.688	18.496	-	-	68.917
Total	148.395	142.954	103.845	84.788	89.046	61.013	288.488	918.529

Notas Explicativas**Parceria Público-Privada:**

O passivo da parceria público-privada reconhecido contabilmente pela Companhia apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	2024	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	2025
Parceria Público-Privada - PPP	2.637	37.458	109	(25)	(40.179)	-
Totais	2.637	37.458	109	(25)	(40.179)	-
Circulante	2.637					-

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e parceria público-privada da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2025	2024
TR	2.465.308	2.187.587
TJLP	170.181	263.767
IPCA	1.994.785	1.844.934
DI	1.984.926	1.636.837
IPC-FIPE	312.969	313.022
EURO	215.150	210.783
Sem Correção Monetária	249.345	174.405
Totais	7.392.664	6.631.335

Notas Explicativas

b) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Debêntures 4ª Emissão	43.722	25.361	-	-	-	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão	14.610	14.071	14.071	14.071	14.071	14.071	14.071	14.071
Debêntures 9ª Emissão	152.007	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures 10ª Emissão	5.269	483.378	-	-	-	-	-	-
Debêntures 11ª Emissão	73.098	-	-	271.531	-	210.195	-	-
Debêntures 12ª Emissão (1)	179.855	149.906	-	-	-	-	357.723	-
Debêntures 13ª Emissão	13.046	-	399.408	-	-	-	-	-
Debêntures 14ª Emissão	43.033	-	-	-	597.514	-	-	-
Subtotais Debêntures	524.640	672.716	413.479	285.602	611.585	224.266	371.794	14.071
BNDES - PAC2	61.211	34.224	29.383	5.476	-	-	-	-
BNDES - AVANÇAR	20.054	19.449	19.449	19.449	19.449	19.449	19.449	19.449
BNDES - FINAME	890	401	7.873	13.016	13.016	13.016	13.016	13.016
BNDES - FINEM	420	-	170	3.197	3.197	3.197	3.197	3.197
Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão	57.476	37.100	37.100	37.100	37.100	37.100	37.100	37.100
Caixa Econômica Federal	163.724	162.763	186.611	192.498	192.488	190.039	148.682	151.338
Banco KfW	30.736	30.707	30.707	30.707	30.707	30.781	30.805	-
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	334.511	284.644	311.293	301.443	295.957	293.582	252.249	224.100
Arrendamento - Litoral	19.819	21.061	21.627	23.982	26.622	29.580	32.900	36.627
Arrendamento - Direito de Uso	118.359	72.703	34.080	16.102	8.101	-	-	-
Subtotais Arrendamentos	138.178	93.764	55.707	40.084	34.723	29.580	32.900	36.627
Totais	997.329	1.051.124	780.479	627.129	942.265	547.428	656.943	274.798
Descrição	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040 a 2048	Total
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	69.083
Debêntures 7ª Emissão	14.071	14.071	14.071	14.071	12.898	-	-	182.289
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	152.007
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	488.647
Debêntures 11ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	554.824
Debêntures 12ª Emissão (1)	-	-	-	-	-	-	-	687.484
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	412.454
Debêntures 14ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	640.547
Subtotais Debêntures	14.071	14.071	14.071	14.071	12.898	-	-	3.187.335
BNDES - PAC2	-	-	-	-	-	-	-	130.294
BNDES - AVANÇAR	19.449	19.449	19.449	19.449	19.449	19.449	24.378	297.269
BNDES - FINAME	12.614	5.142	-	-	-	-	-	92.000
BNDES - FINEM	3.197	3.197	3.197	3.197	3.197	3.197	15.726	51.483
Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão	37.100	37.235	-	-	-	-	-	391.511
Caixa Econômica Federal	139.709	143.833	148.870	132.578	111.750	112.371	288.054	2.465.308
Banco KfW	-	-	-	-	-	-	-	215.150
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	212.069	208.856	171.516	155.224	134.396	135.017	328.158	3.643.015
Arrendamento - Litoral	40.813	42.063	17.875	-	-	-	-	312.969
Arrendamento - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	249.345
Subtotais Arrendamentos	40.813	42.063	17.875	-	-	-	-	562.314
Totais	266.953	264.990	203.462	169.295	147.294	135.017	328.158	7.392.664

- (1) Em fevereiro de 2022 a Companhia realizou captação no mercado de capitais, de R\$600.000 para complementação do plano de investimentos, dividido em duas séries de R\$300.000 cada, sendo a primeira série institucional e a segunda série incentivada. A primeira série tem vencimento final de 5 anos, com repactuação após 30 meses, contado da data de emissão das debêntures, que ocorreram em 15/01/2022. A segunda série tem o vencimento em 10 anos. Houve repactuação da taxa da 1ª série, passando de CDI+1,08% ao ano para CDI+0,88% ao ano, a partir de 15 de julho de 2024, conforme Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de 12ª emissão de Debêntures.

Notas Explicativas**c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:**

Descrição	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do exercício	584.638	6.046.697	671.117	5.106.543
Liberações	-	904.082	-	1.233.592
Juros e Taxas sobre Financiamentos	565.444	-	481.813	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	126.563	-	100.389
Transferências	683.414	(683.414)	396.069	(396.069)
Amortizações	(1.095.760)	-	(1.096.285)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	115	1.407	(794)	2.242
Variações Cambiais	1.602	-	26.221	-
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	65.799	-	58.162	-
Juros e Atualizações Monetárias PPP	84	-	-	-
Arrendamentos	154.535	-	45.698	-
Parceria Público-Privada PPP	37.458	-	2.637	-
Saldos no final do exercício	997.329	6.395.335	584.638	6.046.697

d) Os principais eventos no exercício foram os seguintes:

Durante o ano de 2025 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 4ª Emissão	-	(49.632)
Debêntures 7ª Emissão	-	(29.779)
Debêntures 9ª Emissão	-	(22.218)
Debêntures 10ª Emissão	-	(21.725)
Debêntures 11ª Emissão	-	(98.943)
Debêntures 12ª Emissão	-	(59.015)
Debêntures 13ª Emissão	-	(60.276)
Debêntures 14ª Emissão	-	(78.434)
BNDES - PAC2	-	(86.650)
BNDES - AVANÇAR	15.000	(32.688)
BNDES - FINAME	56.867	(3.043)
BNDES - FINEM	51.667	(737)
Banco Itaú - PSI	-	(26)
Banco do Brasil - Notas Comerciais Escriturais 1ª Emissão	375.000	-
Caixa Econômica Federal	371.816	(332.916)
Banco KfW	33.732	(34.078)
Subtotal	904.082	(910.160)
Arrendamentos (1)	154.535	(145.421)
Parceria Público-Privada PPP (2)	37.458	(40.179)
Totais	1.096.075	(1.095.760)

(1) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa e equivalentes de caixa);

(2) Liberações representam entrada de ativos vinculados à PPP (sem impacto no caixa e equivalente de caixa).

Notas Explicativas**e) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)**

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES, da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) Covenants dos contratos da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) Covenants do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

(v) Covenants do contrato do Banco do Brasil – NCE 1ª Emissão

Índice	Limite
EBITDA ajustado/ Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo os novos contratos denominados “Avançar”, BNDES FINAME 2023, BNDES FINEM 2024 e da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses. No caso do contrato BNDES FINEM 2024, deverá atender somente o item covenant EBITDA / Serviço da Dívida.

Notas Explicativas

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14, em conformidade com a Cláusula Décima Sexta dos referidos contratos, e das Instruções Normativas 22 e 29, em conformidade com a Cláusula Trigésima Segunda dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em relação ao contrato do item (v) referente ao Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, de Distribuição Privada, da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, deverá manter os índices mencionados conforme descrito no item Y, da cláusula 8ª, a qual também prevê que deverá ser desconsiderado o efeito extraordinário decorrente do registro contábil do Precatório a Receber referente à ação judicial contra a União sobre a Imunidade Tributária Recíproca de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atende integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das notas comerciais do Banco do Brasil, debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco KfW.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2025	2024
Contribuição Social a Pagar	1.161	-
COFINS a Pagar	42.984	39.684
PASEP a Pagar	9.146	8.554
IPTU a Pagar	45	-
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	48.557	63.449
Totais dos Impostos e Contribuições	101.893	111.687
Circulante	101.893	111.687

Notas Explicativas

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e CPC 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos.

A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

A Companhia avalia se há evidências de incertezas de tributos sobre lucro, conforme requerido pela ICPC 22 e divulga quando aplicável.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	2025		2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.302.655	2.302.655	2.082.162	2.082.162
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(575.664)	(207.239)	(520.541)	(187.395)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	146.318	52.674	115.717	41.658
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	11.895	-	14.458	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	415	-	470	-
Provisão Passivo Regulatório	(826.360)	(297.489)	-	-
Receita Precatórios a Receber - Ação IRPJ	1.075.805	387.290	-	-
Doações Incentivos Fiscais	(4.402)	(1.585)	-	-
Outros	15.511	(256)	(945)	(237)
Totais das Despesas	(156.482)	(66.605)	(390.841)	(145.974)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(223.087)		(536.815)	
Alíquota Efetiva	9,7%		25,8%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

Notas Explicativas**b) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado sem Efeito dos Precatórios**

Descrição	2025		2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.302.655	2.302.655	2.082.162	2.082.162
Efeito Líquido Precatórios	(764.178)	(764.178)	-	-
Subtotal	1.538.477	1.538.477	2.082.162	2.082.162
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(384.619)	(138.463)	(520.541)	(187.395)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	146.318	52.674	115.717	41.658
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	11.895	-	14.458	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	415	-	470	-
Doações Incentivos Fiscais	(4.402)	(1.585)	-	-
Outros	15.511	(256)	(945)	(237)
Totais das Despesas	(214.882)	(87.630)	(390.841)	(145.974)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(302.502)		(536.815)	
Alíquota Efetiva	19,7%		25,8%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda	(280.767)	(361.297)
Contribuição Social	(110.916)	(134.883)
Constituição/Realização do Imposto de Renda Diferido	124.285	(29.544)
Constituição/Realização da Contribuição Social Diferida	44.311	(11.091)
Totais	(223.087)	(536.815)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas**d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	2025				2024
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	23 anos	1.934.176	483.544	174.076	657.620	496.376
Redução Valor Recuperável Ativos - Resíduos Sólidos	16 anos	25.778	6.444	2.320	8.764	5.756
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.145.492	286.373	103.094	389.467	388.066
Arrendamento - Litoral (Ativo)	11 anos	312.969	78.243	28.167	106.410	106.427
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7 anos	4.163	1.041	375	1.416	1.416
Redução Valor Recuperável Ativos - Água Industrial	5 anos	7.430	1.857	669	2.526	2.514
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	551.560	137.890	49.640	187.530	210.701
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	249.345	62.336	22.441	84.777	59.289
AVP de Contas a Receber	5 anos	52.777	13.194	4.750	17.944	19.274
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	468	117	42	159	115
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	46.175	11.544	4.156	15.700	18.146
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	161.148	40.287	14.503	54.790	5.993
Plano de Demissão Voluntária - PDV	1 ano	69.265	17.316	6.234	23.550	-
Provisão para PPR	1 ano	159.087	39.772	14.318	54.090	40.195
Valor Realizável Líquido de Estoque	1 ano	264	66	24	90	91
Totais			1.180.024	424.809	1.604.833	1.354.359
PASSIVO						
Mais Valia Imobilizado Aquisição CS Bioenergia	48 anos	4.071	1.017	367	1.384	1.459
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	23 anos	1.428.302	357.075	128.547	485.622	409.702
Reserva de Reavaliação	22 anos	64.037	16.009	5.763	21.772	23.731
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.959	2.990	1.076	4.066	3.983
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	17 anos	90.396	22.599	-	22.599	23.797
Arrendamento - Litoral (Passivo)	11 anos	164.558	41.140	14.810	55.950	57.392
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	9 anos	5.773	1.443	520	1.963	2.061
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	208.278	52.070	18.745	70.815	45.116
Totais			494.343	169.828	664.171	567.241
Total Líquido			685.681	254.981	940.662	787.118

Notas Explicativas**e) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2025, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2026	147.921	53.252	201.173	32.067	11.066	43.133
2027	90.767	32.676	123.443	32.067	11.066	43.133
2028	142.598	51.335	193.933	32.067	11.066	43.133
2029	90.768	32.676	123.444	32.067	11.066	43.133
2030	90.768	32.676	123.444	32.067	11.066	43.133
2031 a 2033	144.106	51.878	195.984	64.959	21.950	86.909
2034 a 2036	143.065	51.504	194.569	64.638	21.834	86.472
2037 a 2039	121.726	43.822	165.548	53.258	17.737	70.995
2040 a 2042	82.163	29.578	111.741	53.258	17.737	70.995
2043 a 2045	63.071	22.706	85.777	49.270	17.737	67.007
2046 a 2048	63.071	22.706	85.777	48.094	17.314	65.408
2049 a 2051	-	-	-	64	23	87
2052 a 2054	-	-	-	64	23	87
2055 a 2057	-	-	-	64	23	87
2058 a 2060	-	-	-	64	22	86
2061 a 2063	-	-	-	64	22	86
2064 a 2066	-	-	-	64	22	86
2067 a 2069	-	-	-	63	23	86
2070 a 2072	-	-	-	63	23	86
2073 a 2074	-	-	-	21	8	29
Totais	1.180.024	424.809	1.604.833	494.343	169.828	664.171

17. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia assinou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2022, no montante de R\$17.800. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2025 foi de R\$3.560 (R\$3.560 em 2024). O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$4.153 (R\$7.713 em 2024), sendo R\$3.560 (R\$3.560 em 2024) registrados no passivo circulante e R\$593 no passivo não circulante (R\$4.153 em 2024).

Notas Explicativas

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas, atualizadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia, de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária) e sindicatos, reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) reintegração funcional; iii) equiparação salarial; e iv) integração do vale-alimentação.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material; ii) ações em massa por falta de água e iii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto tais como: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), taxas municipais e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações de IPTU e taxas relacionam-se com questionamentos dos municípios de Curitiba e Londrina. E as principais ações de ISSQN relacionam-se com questionamentos dos municípios de Maringá e Pinhais.

Notas Explicativas

b) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	2024	Adições	Reversões	Pagamentos	2025
Ações Trabalhistas (i)	451.992	201.348	(24.581)	(335.302)	293.457
Ações Cíveis (ii)	137.495	211.539	(70.074)	(48.923)	230.037
Ações Ambientais (iii)	25.986	6.455	(1.911)	(4.866)	25.664
Ações Tributárias (iv)	4.236	2.763	(1.790)	(2.807)	2.402
Totais	619.709	422.105	(98.356)	(391.898)	551.560

Principais eventos no exercício:

Redução das provisões trabalhistas (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$359.883, em razão do arquivamento e baixas parciais de processos, principalmente de ações movidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, no valor de R\$68.455, compensado pelo complemento de provisões trabalhistas no montante de: i) R\$17.569, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; e ii) R\$183.779 referente a atualização dos valores provisionados de ações trabalhistas devido a decisões judiciais, bem como o registro de 104 novas ações no período.

Complemento de provisões cíveis (Adições) no montante de: i) R\$87.320 referente a ação de Indenização por danos patrimoniais ao imóvel objeto de desapropriação do município de Andirá; ii) R\$54.020 referente ação movida pela Construtora Itaú relativa a reequilíbrio econômico-financeiro de Contrato de Obra; e iii) R\$70.199 provisionados de ações cíveis devido a decisões judiciais, bem como o registro de 119 novas ações no período, compensado pela redução das provisões cíveis (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$118.997, referente: i) R\$15.398 referente ação movida pela massa falida da Gea Empreendimentos, relativa a indenização por danos morais, materiais e lucros cessante ii) R\$15.000 referente ao pagamento de reparação e compensação por danos morais coletivos aos consumidores de Ponta Grossa em razão da falta de fornecimento regular de água; iii) R\$10.636 referente ação movida pela Associação de Moradores do Sítio Cercado relativa a questionamentos sobre consumo mínimo e poluição hídrica; iv) R\$8.947 referente a ação movida pela empresa Conterpavi Construções relativa a reajuste de prestações de contratos e v) R\$69.016 referente a alterações nos valores provisionados e pelo encerramento de ações judiciais de indenização por danos morais e materiais, dentre elas destacam-se as indenizações por corte, cobranças indevidas e refluxos de esgoto.

c) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Notas Explicativas

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	2025	2024
Ações Trabalhistas (i)	57.744	76.052
Ações Cíveis (ii)	1.431.802	1.408.775
Ações Ambientais (iii)	399.539	286.292
Ações Tributárias (iv)	52.935	23.203
Totais	1.942.020	1.794.322

d) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	2025	2024
Ações Trabalhistas (i)	150.091	323.702
Ações Cíveis (ii)	207.174	84.483
Ações Ambientais (iii)	14.694	14.346
Ações Tributárias (iv)	12.398	13.525
Totais	384.357	436.056

Principais eventos no exercício de 2025:

Baixas de depósitos judiciais de natureza trabalhista em virtude de encerramentos e levantamentos parciais no montante de R\$321.241, compensado pelo registro de novos depósitos judiciais e atualização no valor de R\$147.630, dos quais novos depósitos judiciais e atualizações se referem a ações movidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, que estão relacionadas com diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, no montante de R\$18.366.

Registro de novos depósitos judiciais de natureza cível e atualização no valor de R\$162.461, principalmente referente a ação de Indenização por danos patrimoniais ao imóvel objeto de desapropriação do município de Andirá no valor de R\$137.738, compensado pelas baixas de depósitos judiciais em virtude de encerramentos e levantamentos parciais no montante de R\$39.770.

Notas Explicativas

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 110/22 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria Fusanprev que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$50.537 (R\$46.966 em 2024) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 66,4% pela patrocinadora e 33,6% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, no exercício de 2025, o montante de R\$115.780 (R\$107.602 em 2024).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução nº 110/22 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Notas Explicativas**Demonstração do passivo atuarial:**

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2025	2024
Valor presente da obrigação no início do ano	1.382.079	773.053	2.155.132	2.135.912
Custo de juros sobre a obrigação	152.544	86.804	239.348	202.141
Custo do serviço corrente, líquido	(4.366)	1.839	(2.527)	(453)
Contribuições de Participantes	18.849	-	18.849	18.361
Benefícios pagos no exercício	(144.699)	(63.572)	(208.271)	(186.847)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	(23.374)	46.149	22.775	(13.982)
Obrigação total no exercício	1.381.033	844.273	2.225.306	2.155.132
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(1.013.761)	-	(1.013.761)	(1.031.386)
Juros sobre os ativos do plano	(111.286)	-	(111.286)	(96.301)
Contribuição dos participantes	(18.849)	-	(18.849)	(18.361)
Contribuição da patrocinadora	(13.571)	-	(13.571)	(13.132)
Benefícios pagos no exercício	144.699	-	144.699	133.682
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(67.046)	-	(67.046)	11.737
Valor justo dos ativos no exercício	(1.079.814)	-	(1.079.814)	(1.013.761)
Passivo reconhecido no final do exercício	301.219	844.273	1.145.492	1.141.371
Circulante	20.081	56.285	76.366	76.091
Não Circulante	281.138	787.988	1.069.126	1.065.280

Demonstração do impacto no Resultado do Exercício:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2025	2024
Custo do Serviço Corrente	(4.366)	1.838	(2.528)	(453)
Custo dos Juros	152.545	86.804	239.349	202.141
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(111.287)	-	(111.287)	(96.301)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(13.571)	(63.572)	(77.143)	(66.297)
Total reconhecido no Resultado	23.321	25.070	48.391	39.090

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas	2025	2024
Taxa Nominal de Desconto para Saúde	11,60% ao ano	11,58% ao ano
Taxa Real de Desconto para Saúde	7,14% ao ano	6,88% ao ano
Taxa Nominal de Desconto para Previdência	11,67% ao ano	11,58% ao ano
Taxa Real de Desconto para Previdência	7,21% ao ano	6,88% ao ano
Taxa Nominal de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	11,60% ao ano	11,58% ao ano
Taxa Nominal de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	11,67% ao ano	11,58% ao ano
Taxa de Crescimento Salarial	3,36% ao ano	3,36% ao ano
Inflação	4,16% ao ano	4,40% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,70% ao ano	3,70% ao ano
Hipóteses Demográficas	2025	2024
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winkloss D10	Winkloss D10
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana D50	Grupo Americana D50
Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos

Notas Explicativas

Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Taxa de Desconto		
Com Acréscimo de 1%	(7,48%)	(8,30%)
Com Redução de 1%	8,73%	9,78%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	-	11,46%
Com Redução de 1%	-	(9,81%)
Expectativa de Vida		
Com Acréscimo de 1 ano	1,41%	2,78%
Com Redução de 1 ano	(1,42%)	(2,78%)
Crescimento Salarial		
Com Acréscimo de 1%	0,31%	-
Com Redução de 1%	(0,27%)	-

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2026:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2026
Custo do Serviço Corrente	5.237	1.379	6.616
Custo dos Juros	152.674	94.740	247.414
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(118.928)	-	(118.928)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(24.747)	(56.226)	(80.973)
Totais	14.236	39.893	54.129

Plano de equacionamento do déficit do Plano de Previdência FusanPrev - 2021

Em 29/12/2022, o Conselho de Administração, na 23ª/2022 Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – Fusanprev referente ao Exercício de 2021, no valor de R\$81.152 apurado de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit está sendo equacionado paritariamente pela Patrocinadora (Sanepar), participantes e assistidos do plano Fusanprev, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R\$40.576, a ser pago através de parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2023 e finalizando em dezembro de 2035, com o valor nominal aproximado de cada parcela mensal de R\$367. A amortização mensal das parcelas é pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 5,50% a.a. e atualizadas mensalmente, a partir da data base, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano FusanPrev.

O reflexo do déficit do Plano Fusanprev foi considerado na apuração das Obrigações Atuariais realizada por atuário independente e está reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a empregados.

Notas Explicativas

Em 2025, foram amortizadas 12 parcelas no montante de R\$5.385 (R\$5.140 em 2024). As parcelas de abril de 2023 a março de 2024 foram amortizadas utilizando o saldo do Fundo de Desligamento do plano Fusanprev no montante de R\$5.012, sem desencaixe financeiro para a Companhia.

Plano de equacionamento do déficit do Plano de Previdência FusanPrev - 2024

Em 25/11/2025, a Diretoria Executiva, na 46ª/2025 REDIR, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – Fusanprev apurado ao final do Exercício de 2024, no valor de R\$83.693, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit será equacionado paritariamente pela Patrocinadora (Sanepar), participantes e assistidos do plano Fusanprev, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R\$41.167, a serem pagos em parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2026 e finalizando em fevereiro de 2038, com o valor nominal aproximado de cada parcela mensal de R\$386, acrescida da taxa anual de juros atuarial. A amortização mensal das parcelas é pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 5,31% a.a., a partir da data base 31/12/2024, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano FusanPrev.

O reflexo do déficit do Plano Fusanprev foi considerado na apuração das Obrigações Atuariais realizada por atuário independente e está reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a empregados.

20. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e os municípios concedentes, conforme demonstrado a seguir:

a) Saldos e transações com Partes Relacionadas

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir os saldos e transações com Partes Relacionadas:

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Estado do Paraná								
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	109.888	86.906	-	-	-	-
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	192.296	178.587	-	-
Contas a Receber	16.575	15.254	-	-	-	-	-	-
Municípios								
Serviços de Resíduos Sólidos	-	-	-	-	20.112	15.470	-	-
Serviços de Cobrança Taxa Coleta de Lixo	-	-	-	-	26.353	25.711	-	-
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	152.672	147.044	-	-
Contas a Receber	59.680	52.545	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	-	-	29.271	34.342	-	-	146.681	141.437
Fundações Sanepar								
Aluguel de Imóvel	-	-	-	-	66	87	709	662
Contribuições Patronais	-	-	-	-	-	-	180.688	170.987
Tecpar								
ISO e plano segurança da água	-	-	-	-	-	-	5	51
Celepar								
Sistema e-Protocolo, entre outros	-	-	17	14	-	-	291	202
Solução Colaboração Google Wokspace	21.521	-	19.156	-	-	-	1.755	-
Investimento em Ação	-	5	-	-	-	-	-	-
Venda de Participação Acionária	-	-	-	-	195	-	5	-
Juros a Receber	12	12	-	-	-	-	-	-
Simepar								
Plano segurança hídrica e outros	-	-	222	-	-	-	3.078	5.778
Ceasa								
Destinação de Resíduos Orgânicos	-	-	-	-	736	943	-	-
Total	97.788	67.816	158.554	121.262	392.430	367.842	333.212	319.117

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2025 foi aprovada pela 61ª/2025 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2025, no montante global de R\$18.565. Para o exercício de 2024 a aprovação se deu pela 60ª/2024 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2024, no montante de R\$17.752.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	2025	2024
Remuneração	12.237	11.455
Encargos e Benefícios	4.626	4.248
Encargos Sociais	4.344	3.986
Plano de Saúde (Sanesaúde)	118	117
Plano de Previdência (Fusanprev)	163	142
Programas Complementares	1	3
Totais	16.863	15.703

Notas Explicativas

21. PROVISÃO PASSIVO REGULATÓRIO

Com o ganho da ação de imunidade tributária do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), referente ao período de maio de 1996 a outubro de 2020, e pelo recebimento financeiro do precatório judicial em 1º de setembro de 2025, a Companhia em observância às normas da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar), registrou a obrigação de compartilhamento de 75% dos ganhos auferidos com a recuperação de créditos fiscais. Portanto, no exercício de 2025, foi constituída uma provisão no montante de R\$3.305.438, classificada no Passivo Circulante.

O passivo regulatório foi reconhecido na proporção de 75% do valor do precatório, líquido de Cofins/Pasep e está sendo atualizado mensalmente pelo WACC regulatório mais a inflação (IPCA), conforme previsto no item 3.14 – Ajustes Compensatórios, da Nota Técnica 07/2024 da Agepar.

Em 21 de outubro de 2025, o Conselho Diretor da Agepar ratificou a decisão do Conselheiro-Presidente de adoção de medida cautelar para suspensão dos efeitos da previsão de compartilhamento de ganhos com recuperação de créditos fiscais (Nota Técnica nº 7/2024 – AGEPAR – DRE/CSB) até a manifestação final de mérito, decorrente da solicitação de manifestação feita pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR diante do questionamento formulado pela Associação Paranaense de Defesa dos Direitos do Consumidor (APDC). O Conselho Diretor da Agepar informou, ainda, que o tema possui caráter técnico e complexidade que requer análise detalhada pelas áreas competentes da Agência antes de decisão de mérito.

A Administração da Companhia, suportada na opinião de seu assessor jurídico, manteve os registros contábeis no encerramento das demonstrações contábeis do exercício de 2025, considerando as regras até então vigentes de compartilhamento do ganho da ação judicial de imunidade tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), uma vez que aguarda a análise e decisão de mérito pela Agepar.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2025	2024
Contratos e Convênios com Terceiros (1)	47.734	56.633
Convênios com Municípios	31.891	26.381
Cauções e Valores a Reembolsar	26.778	15.258
Parcelamento IBAMA - PRD (2)	347	365
Parcelamento IAT (3)	384	1.197
TCCM IBAMA (4)	127.939	87.631
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	29.271	34.342
Totais	264.344	221.807
Circulante	199.084	133.511
Não Circulante	65.260	88.296

- (1) Valor referente a convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre a Companhia, a Itaipu e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu - PTI, para ações de infraestrutura de saneamento e de monitoramento dos recursos hídricos e da saúde pública, visando a promoção de melhorias ambientais, sociais e econômicas na região Oeste do Paraná;
- (2) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA;
- (3) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Água e Terra - IAT;
- (4) 2 (dois) Termos de Compromisso de Conversão de Multas - TCCM, na modalidade direta, que consolidou o valor do débito de 5 (cinco) Autos de Infrações Ambientais – AIA, lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA no ano de 2012, no montante de R\$ 87.631, atualizado monetariamente até o mês de dezembro/25 com saldo de R\$127.939, a ser aplicado diretamente pela Companhia ao longo de 120 (cento e vinte) meses em Ações Ambientais relacionadas a execução de projeto ambiental denominado "Requalificação dos complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno".

Notas Explicativas

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2025, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$8,17 (R\$7,17 em 31 de dezembro de 2024).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$6.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$5.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.653.775	60,1	3	0,0	302.653.778	20,0
Municípios	-	-	5.561.963	0,6	5.561.963	0,4
Investidores Estrangeiros	81.238.234	16,1	379.288.310	37,6	460.526.544	30,5
Demais Investidores	119.843.250	23,8	622.619.984	61,8	742.463.234	49,1
Totais	503.735.259	100,0	1.007.470.260	100,0	1.511.205.519	100,0

b) Reservas de Lucros

b.1) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$103.966 em 2025 (R\$77.262 em 2024), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

Notas Explicativas

b.2) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$243 em 2025 (R\$100 em 2024), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

b.3) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$1.394.082 (R\$1.009.417 em 2024) dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

c) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$3.802 (R\$4.097 em 2024), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Saldos no início do exercício	46.067	50.164
Realização da Reserva de Reavaliação	(5.761)	(6.208)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	1.959	2.111
Saldos no final do exercício	42.265	46.067

Notas Explicativas**d) Ajustes de Avaliação Patrimonial**

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$191 (R\$204 em 2024), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Saldos no início do exercício	4.001	4.205
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(289)	(309)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	98	105
Saldos no final do exercício	3.810	4.001

e) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Saldos no início do exercício	187.790	186.308
Ganhos e Perdas Atuariais	44.271	2.245
Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	(15.052)	(763)
Saldos no final do exercício	217.009	187.790

Notas Explicativas**f) Remuneração aos Acionistas****Prática Contábil:**

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$198.992, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos, considerando ainda a condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia, está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	2.079.568	1.545.347
Doações e Subvenções Governamentais	(243)	(100)
Constituição da Reserva Legal	(103.966)	(77.262)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	1.975.359	1.467.985
Dividendos Obrigatórios (25%)	493.840	366.996
Dividendos Complementares	91.430	95.873
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	585.270	462.869

Notas Explicativas

O montante de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos apurado em 2025 foi de R\$585.270 (R\$462.869 em 2024), sendo retido o valor de R\$60.524 (R\$50.005 em 2024) a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 10,34% (10,80% em 2024).

O saldo da remuneração aos acionistas registrado no Passivo Circulante apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Saldo Anterior	318.066	308.821
Dividendos Adicionais Autorizados	95.873	95.326
Pagamentos realizados no Exercício	(412.743)	(403.072)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	585.270	462.869
(-) Retenção do IRRF sobre JCP	(60.524)	(50.005)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(91.430)	(95.873)
Dividendos e JCP a Pagar (Passivo Circulante)	434.512	318.066

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$91.430, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia foi atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 30 de dezembro do exercício de 2025 e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

g) Resultado por Ação

Em decorrência dos créditos de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2025 e 30/12/2025 os Juros sobre o Capital Próprio, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio - 30/06/2025	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	503.735.259	131.365	0,26078
Ações Preferenciais	1.007.470.260	289.004	0,28686
Totais	1.511.205.519	420.369	

Remuneração para 1 UNIT 1,40823

Juros sobre o Capital Próprio - 30/12/2025	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	503.735.259	51.532	0,10230
Ações Preferenciais	1.007.470.260	113.369	0,11253
Totais	1.511.205.519	164.901	

Remuneração para 1 UNIT 0,55241

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2025	2024
Ações Ordinárias	0,36308	0,28714
Ações Preferenciais	0,39939	0,31586
Valor para 1 "Unit"	1,96064	1,55060

Notas Explicativas

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	649.865	482.921
Ações preferências	1.429.703	1.062.426
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	1,29009	0,95868
Por ação preferencial	1,41910	1,05455

24. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes equivalentes a juros de mora de 0,033% por dia de atraso até a data do pagamento, sem prejuízo da atualização monetária com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice que o substituir e da aplicação de multa de 2%. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

Notas Explicativas

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2025	2024
Receitas		
Receitas de Água	4.584.507	4.368.685
Receitas de Esgoto	2.926.041	2.772.279
Receitas de Serviços	141.201	139.635
Receitas de Resíduos Sólidos	20.112	15.470
Serviços Prestados a Prefeituras	26.353	25.711
Doações efetuadas por Clientes	38.555	44.984
Outras Receitas	9.859	7.838
Totais das Receitas Operacionais	7.746.628	7.374.602
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(444.416)	(433.047)
PASEP	(96.485)	(93.336)
Totais das Deduções	(540.901)	(526.383)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	7.205.727	6.848.219

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A.

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$80.233 (R\$47.481 em 2024), durante o exercício de 2025, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2025			2024		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal (1)	(538.968)	(244.800)	(783.768)	(426.811)	(206.448)	(633.259)
Materiais	(163.724)	(105.354)	(269.078)	(149.562)	(115.818)	(265.380)
Energia Elétrica	(368.119)	(62.042)	(430.161)	(457.903)	(71.770)	(529.673)
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-	(95.235)	(95.235)	-	(42.109)	(42.109)
Serviços de Terceiros	(447.932)	(305.533)	(753.465)	(385.181)	(277.319)	(662.500)
Depreciações e Amortizações	(251.965)	(242.847)	(494.812)	(223.746)	(217.315)	(441.061)
Indenizações por Danos a Terceiros	(30.062)	(7.743)	(37.805)	(12.267)	(3.988)	(16.255)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb.	(79.380)	(67.301)	(146.681)	(76.767)	(64.634)	(141.401)
Outros Custos	(111.470)	(28.308)	(139.778)	(126.127)	(32.621)	(158.748)
Totais	(1.991.620)	(1.159.163)	(3.150.783)	(1.858.364)	(1.032.022)	(2.890.386)

(1) Valor impactado, principalmente, pela provisão do Programa de Demissão Voluntário – PDV, e pelo registro de diversas indenizações trabalhistas referente a processos baixados no exercício.

Notas Explicativas**26. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS**

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2025	2024
Comerciais		
Pessoal (1)	(182.629)	(152.099)
Materiais	(8.395)	(10.284)
Serviços de Terceiros	(246.369)	(206.968)
Depreciações e Amortizações	(13.712)	(12.487)
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos	(236.603)	(124.439)
Indenizações por Danos a Terceiros	(8.955)	(46.442)
Programa Sanepar Rural	(6.021)	(6.148)
Outras Despesas	(3.364)	(3.487)
Totais das Despesas Comerciais	(706.048)	(562.354)
Administrativas		
Pessoal (1)	(962.056)	(840.995)
Materiais	(48.233)	(46.097)
Serviços de Terceiros (2)	(348.224)	(181.025)
Depreciações e Amortizações	(117.727)	(106.401)
Taxa de Regulação	(38.426)	(36.638)
Despesas com Viagens	(8.382)	(6.688)
Custas Legais e Judiciais	(8.658)	(8.844)
Doações Incentivadas (IRPJ)	(17.610)	-
Programas Sociais e Ambientais	(17.546)	(15.549)
Indenizações por Danos a Terceiros	(8.042)	(35.714)
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	(7.192)	(8.206)
Taxas, Alvaras e Licenciamento	(8.045)	(9.076)
Outras Despesas	(34.699)	(32.422)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (3)	116.208	129.850
Despesas Capitalizadas (4)	124.145	115.197
Totais das Despesas Administrativas	(1.384.487)	(1.082.608)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		
Receitas		
Venda de Ativos	15.772	5.877
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	299	386
Subtotal Outras Receitas Operacionais	16.071	6.263
Despesas		
Perdas Eventuais	(788)	901
Multas Ambientais	(4.983)	(5.030)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	(8.883)	(4.488)
Baixas de Ativos	(12.624)	(14.786)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(429)	(484)
Subtotal Outras Despesas Operacionais	(27.707)	(23.887)
Totais Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(11.636)	(17.624)

(1) Valor impactado, principalmente, pela provisão do Programa de Demissão Voluntário – PDV, e pelo registro de diversas indenizações trabalhistas referente a processos baixados no exercício;

(2) Reflexo da provisão de serviços advocatícios relacionados com a ação de Imunidade Tributária do IRPJ;

(3) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(4) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia.

Notas Explicativas

27. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$159.087 referente ao Programa de Participação nos Resultados (PPR) do exercício de 2025 (R\$118.219 em 2024), registrado na conta de Salários e Encargos Sociais no passivo circulante. Este valor, deduzido da reversão de R\$10.122 efetuada no 2T25, decorrente do não atingimento integral de metas relativas ao exercício de 2024, resultou no montante líquido de R\$148.965, impactando efetivamente o resultado de 2025.

28. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2025	2024
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras (1)	460.186	199.293
Variações Monetárias Ativas	95.062	102.597
Variações Cambiais Ativas	22.272	4.669
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	46.717	47.822
Outras Receitas Financeiras	55.354	48.358
Cofins e Pasep sobre Receitas Financeiras	(131.351)	-
Subtotal	548.240	402.739
Juros Auferidos - Receita Precatórios (2)	2.247.462	-
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber (3)	249.348	-
Totais das Receitas Financeiras	3.045.050	402.739
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos (4)	(598.306)	(509.335)
Variações Monetárias Passivas	(117.158)	(92.871)
Variações Cambiais Passivas	(23.874)	(30.890)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros (5)	(69.076)	(29.546)
AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais (6)	(217.088)	(33.672)
Outras Despesas Financeiras	(41.431)	(876)
Subtotal	(1.066.933)	(697.190)
Provisão Passivo Regulatório (7)	(1.763.620)	-
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber (3)	(249.348)	-
Totais das Despesas Financeiras	(3.079.901)	(697.190)
Resultado Financeiro	(34.851)	(294.451)

- (1) Incluí o valor proveniente das Aplicações Financeiras decorrentes do recebimento dos Precatórios relativos à ação do indébito tributário do IRPJ;
- (2) Valor proveniente da atualização dos Precatórios a Receber relativos à ação do indébito tributário do IRPJ;
- (3) Valor referente ao Ajuste a Valor Justo do Precatórios a Receber da Ação do IRPJ, inscrito no Orçamento da União (LOA 2025);
- (4) Aumento da base de cálculo dos juros em função da captação de recursos de terceiros, somado à variação da DI;
- (5) Impacto negativo da variação do Euro sobre as operações de SWAP contratadas pela Companhia;
- (6) Valor referente ao Ajuste a Valor Presente dos Ativos Financeiros Contratuais;
- (7) Provisão Regulatória relativa à ação do indébito tributário do IRPJ sobre o reflexo financeiro a ser compartilhado com os clientes da Companhia em faturamentos futuros de serviços de saneamento básico.

Notas Explicativas

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	2025			2024		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	4.689.567	2.982.294	7.671.861	4.475.314	2.820.755	7.296.069
Outras Receitas Operacionais	41.258	33.509	74.767	43.644	34.889	78.533
Total da Receita Operacional Bruta	4.730.825	3.015.803	7.746.628	4.518.958	2.855.644	7.374.602
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(298.675)	(242.226)	(540.901)	(292.524)	(233.859)	(526.383)
Receita Operacional Líquida	4.432.150	2.773.577	7.205.727	4.226.434	2.621.785	6.848.219
Custo	(1.991.620)	(1.159.163)	(3.150.783)	(1.858.364)	(1.032.022)	(2.890.386)
Lucro Bruto	2.440.530	1.614.414	4.054.944	2.368.070	1.589.763	3.957.833
Despesas Comerciais	(389.609)	(316.439)	(706.048)	(312.526)	(249.828)	(562.354)
Despesas Administrativas	(763.982)	(620.505)	(1.384.487)	(601.655)	(480.953)	(1.082.608)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.127.979	916.143	2.044.122	(9.794)	(7.830)	(17.624)
Resultado Financeiro	46.762	(81.613)	(34.851)	(111.123)	(183.328)	(294.451)
Programa de Participação nos Resultados	(82.201)	(66.764)	(148.965)	(65.700)	(52.519)	(118.219)
Provisões	37.946	30.203	68.149	132.599	106.076	238.675
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(26.707)	(21.684)	(48.391)	(21.744)	(17.346)	(39.090)
Provisão Passivo Regulatório	(850.800)	(691.018)	(1.541.818)	-	-	-
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	1.539.918	762.737	2.302.655	1.378.127	704.035	2.082.162
Imposto de Renda e Contribuição Social	(149.191)	(73.896)	(223.087)	(355.303)	(181.512)	(536.815)
Lucro Líquido do Exercício	1.390.727	688.841	2.079.568	1.022.824	522.523	1.545.347
Margem Operacional - Não Auditado/Revisado	32,6%	25,3%	29,7%	30,5%	24,7%	28,2%
Margem Líquida - Não Auditado/Revisado	31,4%	24,8%	28,9%	24,2%	19,9%	22,6%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Exercício (1)	935.551	1.717.325	2.652.876	734.260	1.177.285	1.911.545
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP's	2.987.863	4.404.801	7.392.664	2.908.386	3.722.949	6.631.335
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, Líquidos	6.994.578	9.746.790	16.741.368	6.378.421	8.337.633	14.716.054
Depreciações e Amortizações do Exercício	(324.496)	(301.755)	(626.251)	(289.815)	(270.134)	(559.949)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	1.544.456	664.616	2.209.072	1.501.877	603.040	2.104.917
Total do Ativo	11.057.518	15.408.406	26.465.924	8.888.841	11.619.159	20.508.000
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	5.706.073	8.412.070	14.118.143	4.245.167	5.434.126	9.679.293
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.530.490	2.652.624	-	3.483.526	2.585.670	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	588.740	478.173	-	583.003	466.043	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(2) Apresentadas pelo valor bruto;

(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

Notas Explicativas**30. SEGUROS**

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$2.190.004, com vigência abrangendo o período de 13/03/2025 a 12/03/2026, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	1.249.491
Máquinas, Equipamentos e Veículos	860.681
Estoque	79.832
Totais	2.190.004

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2025 a Companhia ofereceu garantias por meio do Seguro Garantia em 356 processos judiciais no montante de R\$405.498 com a Pottencial Seguradora S/A, com vencimento em 15/06/2027.

A Companhia também firmou contrato com a AKAD Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 16/01/2027.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de janeiro de 2026, a Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR), publicou na Edição nº 12063 do Diário Oficial do Paraná, a Portaria nº 2/2026, designando servidores para compor Grupo de Trabalho Intersectorial visando realizar análise conclusiva e avaliação dos possíveis tratamentos regulatórios acerca do valor recebido pela Companhia decorrente do precatório n.º 1189180920244019198 e relacionado à ação originária n.º 0008066-96.1994.4.01.3400, da 21ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Em 22 de janeiro de 2026, a Companhia realizou audiência pública na B3, para tratar da Concorrência Pública referente ao Contrato de Locação de Ativos, precedida de execução de obras, do Sistema de Abastecimento Integrado do Norte do Paraná (SAINP).

Em 05 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu o Ofício nº 28/2026/CVM/SEP/GEA-4 da Comissão de Valores Mobiliárias – CVM, relativamente a denúncia encaminhada pela Assembleia Legislativa do Paraná, subscrita pelos deputados Estaduais, Sr. Arilson Maroldi Chiorato e Sr. Maurício Thadeu de Mello e Silva – Requião Filho, sobre denúncias veiculadas na imprensa relacionadas a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

A Administração da Companhia respondeu tempestivamente o referido Ofício em 20 de fevereiro de 2026, bem como requereu arquivamento do processo administrativo por improcedente, considerando que a denúncia faz parte do contexto da “Operação Ductos” que já foi tratada administrativamente pela Companhia.

Proposta de Orçamento de Capital**PROGRAMA DE INVESTIMENTOS**

Em conformidade com as Resoluções CVM informamos a seguir o Programa de Investimentos para os anos de 2026 a 2030 da **Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar**, aprovado na 16ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 11 de dezembro de 2025.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – 2026 a 2030 (em milhões de R\$)

	2026	2027	2028	2029	2030	2026 a 2030
Capex Regulatório	2.134,7	1.878,2	1.596,9	1.624,0	2.086,2	9.320,0
Resíduos Sólidos / Água Industrial	3,9	0,2	0,2	-	-	4,3
Capitalizações	186,5	191,4	202,1	216,5	232,0	1.028,5
Doações de Redes	39,9	43,2	42,8	43,2	43,7	212,8
Parcerias	258,9	307,6	323,8	1.089,6	531,5	2.511,4
Total	2.623,9	2.420,6	2.165,8	2.973,3	2.893,4	13.077,0

	2026	2027	2028	2029	2030	2026 a 2030
Água	918,4	1.002,5	999,2	1.759,4	1.170,5	5.850,0
Esgoto	1.443,7	1.314,9	1.102,4	1.183,6	1.704,6	6.749,2
Outros	261,8	103,2	64,2	30,3	18,3	477,8
Total	2.623,9	2.420,6	2.165,8	2.973,3	2.893,4	13.077,0

	2026	2027	2028	2029	2030	2026 a 2030
Manutenção	331,3	240,8	229,1	248,1	311,1	1.360,4
Ampliação de Mercado	1.578,5	1.710,6	1.619,1	2.516,9	2.401,1	9.826,2
Compliance Ambiental	452,3	366,0	253,4	178,0	162,9	1.412,6
Infraestrutura	261,8	103,2	64,2	30,3	18,3	477,8
Total	2.623,9	2.420,6	2.165,8	2.973,3	2.893,4	13.077,0

O Programa de Investimentos contempla aplicações a fim de garantir o abastecimento de água e sua qualidade; compromissos assumidos nos contratos de concessão e de programa visando a universalização dos serviços de esgoto; demandas oriundas de diagnósticos operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; parcerias; *compliance* ambiental; infraestrutura administrativa, entre outros.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

1. Ativos financeiros contratuais, ativo de contrato e intangível (Notas Explicativas no 10, 11 e 13.b)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado saldos ativos referentes a ativos financeiros contratuais, ativo de contrato e intangível, nos montantes de R\$ 797.305 mil, R\$ 3.685.796 mil e R\$ 12.602.327 mil, respectivamente que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na aquisição, construção ou melhoria da infraestrutura correspondente ao contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados como ativo de contrato, representados pelos gastos com obras em andamento vinculados à concessão; (ii) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; (iii) custos capitalizados ao ativo financeiro da concessão, quando há o direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa e (iv) despesas de manutenção incorridas; bem como aos riscos sobre perda no valor recuperável desses ativos, aliados ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos, podem impactar significativamente as demonstrações contábeis, sendo assim, consideramos esse assunto, novamente, como significativo e um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

- Avaliamos os controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo de contrato, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização;
- Testamos, com base em amostragem, as adições ocorridas durante o exercício, avaliamos a natureza desses investimentos e verificamos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo de contrato da concessão, ativo intangível, ativo

financeiro da concessão e gastos com manutenção;

- Avaliamos o processo de transferência dos custos em ativo de contrato para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização por meio de base amostral;
- Recalculamos as amortizações e a margem de construção reconhecidas no exercício e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados nas demonstrações contábeis;
- Revisamos o teste de valor recuperável dos ativos elaborado pela administração; e
- Analisamos a consistência das divulgações requeridas em notas explicativas nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento, mensuração e apresentação do ativo de contrato, ativo intangível e o ativo financeiro das concessões, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

2. Reconhecimento de receita não faturada (Nota Explicativa no 24)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O reconhecimento da receita de prestação de serviços de água e esgoto inclui a estimativa de volumes consumidos e ainda não faturados, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o fim de cada período. Dessa forma, a Companhia reconhece como receita operacional líquida, os valores referentes aos serviços prestados e não faturados aos consumidores finais, em razão do cumprimento da obrigação de desempenho, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15). Considerando que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, este não coincide com os fechamentos contábeis, e para tanto, a Companhia adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros, a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil.

Levando em consideração o montante envolvido e o grau de julgamento da administração que utiliza dados estimados de volume, entre outros, na preparação dessa estimativa, entendemos este assunto como significativo e, portanto, um principal assunto de auditoria, dado que existem riscos referentes ao cumprimento da obrigação de performance, podendo resultar em não reconhecimento da receita ou seu reconhecimento fora do período que a obrigação de performance foi concluída, com possíveis impactos significativos nas demonstrações contábeis.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

- Avaliamos os controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento e avaliação da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada;
- Para a estimativa da receita a faturar de volumes consumidos, avaliamos os dados do sistema de informação e critérios adotados pela Companhia, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior e realizamos o recálculo da receita a faturar ao final do exercício, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês, bem como realizamos teste de inspeção documental, por meio de base amostral, para exame da fatura e da liquidação subsequente da receita a faturar, avaliando a competência de cada registro. Avaliamos também os valores realizados subsequentemente, visando corroborar com as estimativas adotadas pela Companhia; e
- Realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis das receitas de prestação de serviços de água e esgoto com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimentos subsequentes, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de faturas selecionadas no contas a receber em aberto no final do exercício.

Com base nos procedimentos efetuados e resultado das evidências obtidas, consideramos que as receitas a faturar, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfases

Reconhecimento de provisão para passivo regulatório

Chamamos atenção para a Nota Explicativa no 21 - Provisão Passivo Regulatório das demonstrações contábeis, que descreve o recebimento, pela Companhia, do montante de R\$ 4,05 bilhões decorrente de precatório judicial relacionado à imunidade tributária sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). A destinação desse montante está vinculada à análise regulatória realizada pela Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR), que suspendeu temporariamente a normativa que aprovava e previa o repasse de 75% dos ganhos extraordinários aos consumidores. Dessa forma, a administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seu assessor jurídico, adotou o procedimento de manter o registro contábil do passivo regulatório no percentual de 75% do montante, considerando as regras até então vigentes de compartilhamento do ganho da ação judicial de imunidade tributária de IRPJ, uma vez que, até a data de aprovação das demonstrações contábeis ora apresentadas, não havia, por parte da AGEPAR, decisão de mérito quanto ao tema. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Eventos Subsequentes – Comunicação da CVM relativa à denúncia

Chamamos atenção para a Nota Explicativa no 31 – Eventos subsequentes, que descreve que, em 05 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu o Ofício nº 28/2026/CVM/SEP/GEA-4 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente à denúncia

encaminhada pela Assembleia Legislativa do Paraná, subscrita por determinados deputados estaduais acerca de informações veiculadas na imprensa relacionadas à Companhia. Conforme divulgado na citada nota explicativa, a administração respondeu ao referido Ofício em 20 de fevereiro de 2026 e requereu o arquivamento do processo administrativo, por entender que as alegações tratam de temas pretéritos, já tratados no âmbito da denominada “Operação Ductos”, ocorrida e endereçada em anos anteriores. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-008.839/F-9

Ricardo Engel
Contador CRC 1PR-052.941/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, dentro de suas atribuições e responsabilidades, que não incluem atividades de contabilidade e de auditoria na Companhia, analisaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta para Destinação dos Lucros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Com base nas análises efetuadas, nas discussões mantidas com a Diretoria, nas informações recebidas no decorrer do exercício e no parecer sem ressalvas emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., por unanimidade, entendem que os fatos relevantes trazidos ao seu conhecimento foram adequadamente divulgados nos referidos documentos, os quais estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

DENIZE APARECIDA CABULON GRAÇA
Presidente

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA
Conselheiro

ANDRE LUIS RENNÓ GUIMARÃES
Conselheiro

HELENA MARIA BOSCHINI LEMUCCH
Conselheira

ROBERVAL VIEIRA
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2025

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Sanepar, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, atuou de forma independente e permanente ao longo do exercício de 2025. O colegiado, composto por membros devidamente qualificados tecnicamente para exercer a função, passou por uma alteração em sua composição: o comitê iniciou o ano com os Srs. Cassio Fernandes Beverari, Claudio Nogas, Gustavo Giffhorn Camargo e Milton José Paizani, contudo, em maio, o Sr. José Paulo da Silva Filho ingressou no Comitê em substituição ao Sr. Claudio Nogas, sendo eleito Presidente na reunião de junho. A agenda anual totalizou 13 encontros, compreendendo 12 reuniões ordinárias e 1 extraordinária, ocorrida em abril.

Principais atividades do CAE no exercício

No decorrer do exercício, o CAE monitorou temas estratégicos com foco na segurança contábil e operacional. Destacou-se o acompanhamento da Ação Judicial de Imunidade Recíproca (IRPJ), com ênfase na mensuração do ativo e nos impactos tributários da inscrição do precatório no Orçamento da União. O Comitê supervisionou a elaboração das demonstrações financeiras anuais de 2024 e as informações trimestrais (ITRs) de 2025, aprofundando a discussão sobre variações de receita, custos, EBITDA e indicadores operacionais essenciais. Adicionalmente, avaliou os cálculos atuariais dos planos de benefícios (SaneSaúde e Fusanprev), elaborados por atuário independente, analisando as variações no passivo atuarial e seus reflexos nas demonstrações financeiras, sob a ótica das premissas vigentes e do impacto das taxas de juros.

A Grant Thornton Auditores Independentes foi a responsável pelos trabalhos de auditoria externa ao longo do exercício. O CAE estabeleceu um cronograma de reuniões periódicas com a equipe de auditoria, assegurando o acompanhamento diligente do plano de trabalho, o escrutínio das informações trimestrais e a validação do relatório anual. O Comitê monitorou a implementação dos planos de ação relativos às recomendações de controle interno e ajustes propostos, abrangendo temas como provisões para contingências, depósitos judiciais, reconhecimento de receita, custos de construção e reclassificações contábeis. Em estrito cumprimento às normas de governança, a Grant Thornton ratificou formalmente sua independência e objetividade perante a Companhia. Com base na avaliação técnica de desempenho, o Comitê manifestou-se favoravelmente à renovação contratual da firma para o exercício de 2026.

O CAE exerceu supervisão sobre a execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), integrando o encerramento de ciclos anteriores (Produção, Distribuição e Sustentabilidade) às frentes de 2025, com ênfase em Segurança Cibernética, Gestão de Riscos e conformidade contábil de Obras e Projetos. O Comitê supervisionou a instauração de um Projeto Especial para apuração de denúncias éticas e validou o Plano de Atividades para o ciclo 2026-2030, estruturado com base em riscos corporativos e rotação de ênfase. A Auditoria Interna alcançou um marco relevante com a obtenção da certificação de qualidade (Quality Assessment) do IIA Brasil, atestando a conformidade de suas atividades com as normas internacionais.

O acompanhamento dos controles internos e da gestão de riscos fundamentou-se na análise trimestral de relatórios executivos e na validação do novo portfólio de riscos para 2026. No pilar de Conformidade, o Comitê supervisionou o Programa de Integridade e a Gestão da Consequência. Analisou o Plano de Trabalho Integrado 2025, que unifica as frentes de Riscos, Controles Internos, Compliance e Proteção de Dados. Por fim, o colegiado analisou a revisão anual da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2025, assegurando que as transações ocorram em condições comutativas e preservem o interesse da Companhia e de seus acionistas.

Conclusão

As opiniões e julgamentos do CAE fundamentam-se nas informações, relatórios e dados fornecidos pela Administração da Companhia — notadamente pelas áreas Contábil, Jurídica, de Gestão de Riscos e Auditoria Interna —, bem como pelas fundações de previdência e saúde e pela Auditoria Independente.

No que tange à Auditoria Externa, o Comitê ratifica a inexistência de fatos que comprometam a independência e objetividade dos auditores, não tendo identificado divergências técnicas ou conceituais significativas entre a Administração, a Grant Thornton e este colegiado.

Em relação à Auditoria Interna, os resultados apurados em 2025 não revelaram desvios ou falhas materiais que comprometessem a efetividade dos controles internos, atestando a aderência às políticas institucionais e aos marcos regulatórios vigentes.

Quanto à estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos, o CAE avalia que a cobertura é satisfatória. Não obstante, o Comitê monitora e recomenda o aprimoramento contínuo em processos críticos.

Por fim, o CAE considera que todos os temas relevantes à sua competência foram objeto de diligência e discussão junto à Administração. Diante do trabalho realizado, o Comitê conclui que as informações estão adequadamente refletidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Com base no parecer favorável, sem ressalvas, dos auditores independentes, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

José Paulo da Silva Filho
Presidente

Cassio Fernandes Beverari
Membro

Gustavo Giffhorn Camargo
Membro

Milton José Paizani
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis da Sanepar relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2026.

WILSON BLEY LIPSKI
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

BIHL ELERIAN ZANETTI
Diretor Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI
Diretor Jurídico

MARCOS DOMAKOSKI
Diretor Administrativo

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR
Diretor de Inovação e Novos Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações contábeis da Sanepar referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2025.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

WILSON BLEY LIPSKI
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

BIHL ELERIAN ZANETTI
Diretor Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI
Diretor Jurídico

MARCOS DOMAKOSKI
Diretor Administrativo

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR
Diretor de Inovação e Novos Negócios